



Ministério da
Cultura



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
CURSO DE FORMAÇÃO DE GESTORES CULTURAIS DOS ESTADOS DO
NORDESTE**

GILVANEDJA F. MENDES

**AS CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS CULTURAIS NA FORMAÇÃO
DA AGENDA PÚBLICA PARA A GESTÃO DAS BIBLIOTECAS
PÚBLICAS MUNICIPAIS**

Olinda
2014

GILVANEDJA F. MENDES

**AS CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS CULTURAIS NA FORMAÇÃO
DA AGENDA PÚBLICA PARA A GESTÃO DAS BIBLIOTECAS
PÚBLICAS MUNICIPAIS.**

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste, promovido pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia, em parceria com a Fundação Joaquim Nabuco e o Ministério da Cultura, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Cultural.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Cátia Lubambo

Olinda
2014

GILVANEDJA F. MENDES

**AS CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS CULTURAIS NA FORMAÇÃO
DA AGENDA PÚBLICA PARA A GESTÃO DAS BIBLIOTECAS
PÚBLICAS MUNICIPAIS.**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Cultural pela Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 28 de novembro de 2014.

Banca examinadora

Cátia Wanderley Lubambo

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco

Hérrisson Fábio de Oliveira Dutra

Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco

À Secretaria de Cultura de Pernambuco/
Coordenadoria de Literatura

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, por minha vida, pela oportunidade de realizar mais um sonho e por todas as conquistas e desafios que ainda surgirão em minha trajetória.

Aos meus pais, atores essenciais na minha vida, pelo apoio que me dão ao longo da minha trajetória escolar, acadêmica e profissional, através dos valiosos conselhos e ensinamentos que carrego sempre comigo; mas também durante as várias fases em que estive envolvida com a escrita de trabalhos acadêmicos, deixando-me ausente de muitos momentos importantes vividos pela minha família.

Agradeço também a minha Orientadora, Prof^a. Dr^a. Cátia Lubambo, pela atenção, objetividade, clareza e sugestões dadas durante o processo de orientação, tão valiosas para o aprimoramento da escrita e da própria reflexão sobre a temática trabalhada.

Ao Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro e Leitura e a Secretaria de Cultura de Pernambuco, através da Coordenadoria de Literatura por todo aprendizado, trocas e experiências que tenho vivenciado até o presente momento. Foi com todas e todos que compõem tanto o Fórum, instância da Sociedade Civil, quanto a Secult-PE, que aprendi a importância de uma gestão pública democrática e participativa, que defende as políticas públicas para o segmento, compreendendo a leitura, à cultura, o acesso, a disseminação e uso das bibliotecas como um direito humano.

A minha querida amiga, Tereza Marinho, bibliotecária da qual tive o imenso prazer de trabalhar enquanto estive na Gerência da Biblioteca Popular de Afogados. O desafio foi grande, a experiência de gestão pública foi ímpar; durante quase três anos vivenciamos, juntas, “dores e delícias”, como costumávamos dizer. Tudo, exatamente tudo, teve sua validade, sua importância. Aprendi muito com essa excelente profissional, coisas que vão além das questões profissionais. Muito obrigada!

Aos meus professores e amigos maravilhosos do Curso de Formação de Gestores Culturais do Nordeste pela oportunidade única, pelo rico aprendizado, pelas vivências e discussões que tivemos ao longo da Especialização, enfim, a todos que direta ou indiretamente torceram por mim, muitos deles presentes nas redes sociais, mas que não deixaram de acreditar nos meus ideais e na minha capacidade de realizar meus sonhos. Só tenho a dizer: - Muito obrigada!

“Um por todos e todos por um Brasil de Leitores”
(MOVIMENTO POR UM BRASIL LITERÁRIO)

MENDES, GILVANEDJA. **As contribuições das políticas culturais na formação da agenda pública para a gestão das bibliotecas públicas municipais.** 163p. il. 2014. Monografia (Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

RESUMO

Analisa as contribuições das políticas culturais para o processo de gestão das bibliotecas públicas municipais de Pernambuco à luz do Plano Nacional de Cultura (PNC) e do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Realiza pesquisa descritiva e bibliográfica com o objetivo de conhecer e analisar o atual quadro de formação de agenda no plano nacional e local para o segmento. Para isso, utiliza os dados levantados pelo 1º Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais, realizado em 2010 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Relatório do I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de Pernambuco (EEBPPE), realizado em 2012 pelo Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro e Leitura e, no plano local, o Diagnóstico Situacional da Biblioteca Popular de Afogados(BPA)/Recife. Finaliza apresentando um quadro comparativo entre o que tem sido proposto na formação da agenda pública e o que de fato tem sido executado/implementado na gestão das bibliotecas públicas municipais, especialmente em nível local.

Palavras-chave: Biblioteca Pública. Biblioteca Popular de Afogados – diagnóstico. Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais (FGV/2010). Formação da agenda. Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro e Leitura. Gestão Pública. Plano Nacional de Cultura (PNC). Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Políticas culturais.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	PROBLEMA	11
1.2	OBJETO DA PESQUISA	11
1.3	OBJETIVOS	12
1.3.1	Geral	12
1.3.2	Específicos	12
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	14
3	POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL	20
3.1	BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS CULTURAIS PARA O LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECAS	20
3.2	PLANO NACIONAL DE CULTURA	46
3.2.1	Plano Nacional do Livro e Leitura	50
4	BIBLIOTECA PÚBLICA: CENTRO CULTURAL	52
4.1	BIBLIOTECAS PÚBLICAS: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS	52
4.2	BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS	66
4.3	BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS BRASILEIRAS: DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA	74
4.3.1	Biblioteca Popular de Afogados: diagnóstico situacional	108
5	A FORMAÇÃO DA AGENDA PÚBLICA PARA A GESTÃO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS	118
5.1	AGENDA INSTITUCIONAL DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS BRASILEIRAS: QUADRO COMPARATIVO	134
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
	REFERÊNCIAS	
	APÊNDICES	
	ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

“...A informação é o fio e a Cultura, o tecido...”
(MILANESI, 1997, p.127)

Todos têm direito a ter acesso a informações de seu interesse particular, coletivo ou geral, pois o desenvolvimento de qualquer sociedade passa pela informação. A informação é “um elemento fundamental, pois permite aos indivíduos, em seu meio social, tomarem ciência dos seus direitos e deveres e a partir disso, decidirem sobre suas vidas” (ARAÚJO, 1999, p.155).

Quando acessa, dissemina e usa a informação e a cultura, o sujeito cria um elo com o passado e o presente, desenvolvendo uma forte identificação com a cultura local e nacional que o ajuda a se projetar no futuro.

Nesse sentido, a biblioteca pública é entendida nesta pesquisa como espaço amplo de acesso ao conhecimento produzido pelo homem, que tem a capacidade de armazenar e tornar disponível um vasto número de registros informacionais. Além disso, tem responsabilidade de veicular à sociedade a multiplicidade de informações existentes em seus acervos, o que lhe confere e garante uma posição de destaque. O desenvolvimento de qualquer sociedade passa pela informação. A informação é “um elemento fundamental, pois permite aos indivíduos, em seu meio social, tomarem ciência dos seus direitos e deveres e a partir disso, decidirem sobre suas vidas” (ARAÚJO, 1999, p.155)

O estudo sobre as contribuições das políticas culturais para a formação da agenda pública para as bibliotecas públicas municipais, que busca fazer uma análise à luz do Plano Nacional de Cultura (PNC) e do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) desenvolvido neste trabalho, teve início durante o Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação (UFPE/2012-2014) por meio da pesquisa “*Políticas Públicas: acesso, disseminação e uso da Informação e da Cultura nas Bibliotecas Pernambucanas*”, e neste curso, o intuito é aprofundar a discussão focando nas políticas culturais. Levou-se em consideração, primeiramente, o interesse, preferência e aptidão pessoal para estudar a temática escolhida.

Em segundo lugar, a atualidade e relevância da temática e em terceiro, o conhecimento já adquirido sobre o assunto, principalmente durante o período de atuação na gestão da Biblioteca Municipal de Afogados, em Recife, em que foi possível experimentar e vivenciar na prática como se dá o processo de gestão de uma unidade de informação ligada a uma administração pública, com diversas demandas, necessidades e funções a serem cumpridas para atender à população que dela necessita. Também foi durante a atuação dentro do Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro e Leitura que tive a oportunidade de compreender melhor a importância das políticas públicas permanentes e estruturantes para o segmento já que as políticas de governo não têm demonstrado dar conta das diversas necessidades e especificidades das bibliotecas públicas, bem como das cadeias que compõem o setor do Livro e Leitura, a saber: cadeia criativa, mediadora e produtiva do livro.

Ainda atribuo a escolha, ao trabalho que vem sendo desempenhado dentro da Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco – Secult-PE, através da Coordenadoria de Literatura onde a atuação tem tido foco na realização de seminários formativos no campo das políticas públicas para as bibliotecas, discussão e orientação para a elaboração planos municipais do livro e leitura em diversos municípios das 12 regiões de desenvolvimento do estado, durante as ações sistemáticas realizadas pela referida Coordenadoria dentro do Festival Pernambuco Nação Cultural – FPNC, promovido anualmente pela Secult-PE.

Segundo Marteleto (1994), a cultura é construída pelos agentes e instituições sociais em constante interação baseada na produção, difusão, recepção e apropriação de bens simbólicos, cujo processo se dá através do compartilhamento de informações. Hoje, o aprendizado do mundo é mediado pelas informações que ordenam nossa cultura e dão sentido à nossa relação com o mundo.

Para a autora Linda Rubim (2005), o compromisso com a cultura deve passar necessariamente pelo acesso à informação, à formação e pela democratização tanto da fruição quanto da produção dos bens culturais¹.

No âmbito individual ou coletivo, a informação tornou-se bem desejável e, cada vez mais, adquirível. O acesso à informação e ao conhecimento tornou-se indispensável não somente ao mundo do trabalho, mas para o desenvolvimento da cidadania, para a produção da cultura e da arte, para propiciar processos de inclusão social. (RAMOS, 2008, p.26)

¹Nesta pesquisa, “*bens culturais*”, referem-se ao conceito trazido pela Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, em que se estabeleceu que o patrimônio cultural brasileiro é composto de bens de natureza material e imaterial, incluídos aí os modos de criar, fazer e viver dos grupos formadores da sociedade brasileira.

No capítulo “*Políticas culturais*”, contempla-se os aspectos conceituais e históricos, além do enfoque dado às contribuições trazidas por estas o contexto da gestão das bibliotecas públicas pernambucanas, com o intuito de reforçar a necessidade de apontar, por meio de quadro comparativo, o que tem sido proposto à agenda pública do Setor e o que de fato, tem sido implementado na prática.

No capítulo “Biblioteca Pública”, utiliza-se dos conceitos de informação social para apresentar as bibliotecas públicas, enquanto instituições sociais e culturais dinâmicas, complexas e com inúmeras potencialidades e também desafios da gestão para promover o acesso, a disseminação e uso da informação e da cultura como direito humano nesses espaços, essenciais no processo de construção da cidadania.

No capítulo “*Gestão Pública - Formação da Agenda*”, apresenta-se um breve arcabouço conceitual acerca do processo de formação da agenda pública, incluindo uma análise, por meio de quadro comparativo, contendo dados levantados pelo *1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais*², realizado pela Fundação Getúlio Vargas em 2010, do Mapeamento Preliminar sobre as bibliotecas públicas pernambucanas, além de Diagnóstico da situação atual das bibliotecas públicas municipais do Recife, apresentando e tecendo análises, por meio de dados qualitativos e quantitativos acerca dos parâmetros ideais necessários ao desenvolvimento desses equipamentos culturais propostos para serem incluídos na agenda pública e quais ações têm sido, de fato, implementadas.

1.1 PROBLEMA

Quais as necessidades e demandas da agenda pública para as bibliotecas públicas municipais em nível nacional e local? Quais propostas têm sido concretamente executadas/implementadas?

1.2 OBJETO DA PESQUISA

² *1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais* foi realizado pela Fundação Getúlio Vargas em 2010, sob a orientação e diretrizes do Ministério da Cultura – Minc, e teve como principal objetivo fazer um mapeamento e levantamento sobre as condições de funcionamento das bibliotecas públicas municipais brasileiras.

O objeto deste estudo está focado na relação entre as políticas culturais e a formação da agenda pública para a gestão das bibliotecas públicas municipais em nível nacional e local.

Sabe-se que a grande maioria das bibliotecas públicas municipais encontra-se em situação difícil, considerando-se o desenvolvimento sustentável desses equipamentos face à ausência de políticas de Estado para o setor, principalmente no âmbito dos estados e municípios brasileiros, e sobretudo nos municípios do estado de Pernambuco.

Diante de tal cenário, observa-se uma provável inexistência de ações planejadas e prontas para serem adotadas, principalmente, por parte dos governos municipais e estaduais que ainda não enxergam as bibliotecas públicas para além de um espaço apenas de guarda de livros e pesquisa escolar, e por isso, há enormes lacunas quanto aos investimentos no que se refere aos eixos: espaço físico, acervo, mediação e gestão dessas unidades de informação.

Em face dessa realidade, esta investigação deve embasar-se nos conceitos existentes sobre políticas culturais, formação da agenda pública e sua contribuição para a gestão das bibliotecas públicas. Para respaldar a pesquisa, serão apresentados e analisados os dados levantados pelo 1º Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais, realizado em 2010 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), pelo Relatório do I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de Pernambuco (EEBPPE), realizado em 2012 pelo Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro e Leitura e, no plano local, pelo Diagnóstico Situacional da Biblioteca Popular de Afogados(BPA)/Recife.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Geral

Conhecer e analisar as propostas da agenda no plano nacional e local para o segmento, pelos governos municipais e estadual no campo da gestão das bibliotecas públicas pernambucanas observando-se as contribuições das políticas culturais propostas e executadas, a abrangência e o atendimento das reais necessidades dessas instituições.

1.3.2 Específicos

- Identificar e avaliar as necessidades e demandas das bibliotecas públicas municipais a partir dos dados do 1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais que foi

realizado pela Fundação Getúlio Vargas em 2010 e do Relatório do I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de Pernambuco (EEBPPE), realizado em 2012 pelo Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro e Leitura e, no plano local, o Diagnóstico Situacional da Biblioteca Popular de Afogados(BPA)/Recife;

- Identificar e avaliar as propostas da agenda pública para as bibliotecas públicas municipais em nível nacional e local (bibliotecas públicas municipais de Recife), especificamente para a Biblioteca Popular de Afogados/Recife.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi desenvolvida com base em procedimentos metodológicos (métodos e técnicas) considerados apropriados para alcançar os objetivos propostos, e envolveu fases, que foram desde a formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.

Com base em Köche (2009), sob o ponto de vista do método científico utilizado para alcançar os objetivos desta pesquisa, trata-se do método dedutivo, pois conforme Severino (2007), é uma forma de raciocínio, isto é, procedimento racional de argumentação ou de justificação de uma hipótese que pretende, a partir de verdades universais, tirar conclusões particulares. De um princípio geral, deduzem-se outros menos gerais até fatos particulares.

De acordo com Oliveira (2010), neste método utilizam-se princípios já reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis para se chegar a uma determinada conclusão: a utilização do método dedutivo leva o pesquisador, a partir do que já é conhecido para a generalização.

Nesta pesquisa, portanto, a partir dos conceitos teóricos acerca das políticas públicas de cultura, biblioteca pública e gestão pública, pretendeu-se apresentar elementos que corroborassem a necessidade de reflexão sobre as propostas que têm sido incluídas na agenda pública do setor e as políticas que, de fato, têm sido executadas nas bibliotecas públicas, especificamente nas bibliotecas municipais pernambucanas.

Em relação à natureza da pesquisa, trata-se de uma pesquisa aplicada, pois pretende conforme explica Moresi (2003), gerar conhecimentos que possam ser aplicados na solução de problemas específicos, ligados, neste caso, ao campo das bibliotecas públicas.

Quanto à forma de abordagem do problema, neste aspecto, a pesquisa é qualitativa, pois conforme explicação de Nascimento (2008) possui especificidades não passíveis de quantificação, e em consonância com Gil (2009) e Moresi (2003), considera-se que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não poderá ser traduzido em números.

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (MORESI, 2003, p.9)

A escolha também se apoiou na concepção de GONSALVES (2007), para a qual, a pesquisa qualitativa preocupa-se com a compreensão, e com a interpretação de um fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica, ou seja, a adoção do método interpretativo.

Entende-se, portanto, que para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, mais do que apenas mensurar dados, foi necessário compreender os fenômenos ligados às políticas públicas de cultura enquanto instrumentos que podem possibilitar a implantação de ações estruturadoras e permanentes nas bibliotecas públicas, a fim de garantir seu desenvolvimento sustentável na sociedade.

Sob o ponto de vista dos seus objetivos, é uma pesquisa exploratória e analítica, pois conforme Gil (2009), a pesquisa exploratória tem como objetivo possibilitar uma maior familiaridade com o problema, tornando-o mais claro. Ou ainda, é aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado. Esse tipo de pesquisa também é denominada ‘pesquisa de base’, pois oferece dados elementares que dão suporte para a realização de estudos mais aprofundados sobre o tema. (GONSALVES, 2007, p.67)

Esta pesquisa envolveu: a) levantamento bibliográfico; b) uso de fontes documentais (relatórios, pesquisas, censo) já existentes; e c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Também apresenta dados estatísticos acerca da situação das bibliotecas públicas municipais em nível nacional e local, fazendo uso de amostra de dados quantitativos coletados por meio de questionários aplicados a um grupo específico.

Sendo assim, a pesquisa também teve uma finalidade analítica, pois conforme os estudos de Moresi (2003), a pesquisa analítica tem como principal objetivo tornar algo inteligível, justificar-lhe os motivos. Visa, portanto, esclarecer quais fatores contribuem, de alguma forma, para a ocorrência de determinado fenômeno. Por exemplo: as raízes do problema do esvaziamento das bibliotecas públicas brasileiras.

Para isso, pressupõe pesquisa descritiva, que com base em características de determinada população ou de determinado fenômeno; pode também estabelecer correlações entre variáveis e se utilizar de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Sob o ponto de vista dos procedimentos técnicos, conforme Gil (2009), para que fosse possível analisar os fatos do ponto de vista empírico e confrontar a visão teórica com os dados da realidade, fez-se necessário traçar um modelo conceitual e operativo da pesquisa, ou seja, um delineamento.

O delineamento refere-se “ao planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, que envolve tanto a diagramação quanto a previsão de análise e interpretação de coleta de dados” (GIL, 2009, p.43). Considera o ambiente em que são coletados os dados e as formas de controle das variáveis envolvidas.

Assim, ainda segundo Gil (2009), neste trabalho, podem ser identificadas a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, que se valem das chamadas fontes de ‘papel’ e aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas.

A pesquisa bibliográfica, entende-se como aquela desenvolvida com base em material já elaborado, constituído a análise das contribuições de diversos autores que já abordaram a questão.

Pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma. O material publicado pode ser fonte primária ou secundária. (MORESI, 2003, p.10)

A finalidade da pesquisa bibliográfica, conforme Gonsalves (2007) é colocar o investigador em contato com o que já se produziu a respeito do seu tema de pesquisa; e que por isso mesmo, além de material impresso, utiliza os textos disponíveis em fontes online (blogs, sites, bases de dados, homepages, fóruns e listas de discussão, entre outros.) que tratam do assunto pesquisado.

Quanto à Identificação das fontes, foram utilizadas, em sua maioria, fontes impressas (em papel), livros técnicos, artigos de periódicos científicos (revistas), teses e dissertações, anais de encontros científicos; e de fontes digitais – e-books, textos da internet, oriundos de blogs, sites, notícias de jornais eletrônicos, de e-mails, artigos de repositórios digitais e, quando se fez necessário, consulta a obras de referência (dicionários e enciclopédias).

Quanto à localização das fontes e obtenção do material, os materiais impressos, parte foi obtida através de empréstimos à Biblioteca Joaquim Cardoso, do Centro de Artes e Comunicação da UFPE e por meio da professora orientadora; parte foi adquirida por meio de

compra, já que alguns tratam de pesquisas e abordagens recentes que ainda não estão disponíveis nas bibliotecas.

Quanto aos materiais digitais, foram obtidos por meio de pesquisas em sites governamentais como, por exemplo, o site do Ministério da Cultura e o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas; blogs, download de artigos de repositórios digitais, em sites de revistas especializadas, e-mails, jornais eletrônicos, dentre outros.

Assim sendo, este estudo buscou levantar e discutir os conceitos já existentes sobre, acesso, disseminação e uso da informação, cultura, biblioteca pública, política pública, política cultural e setorial, papel do Estado, dentre outros.

Ainda quanto ao delineamento da pesquisa, optou-se pelo levantamento, que de acordo com Gil (2009), utiliza-se de informações solicitadas a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Na maioria dos levantamentos, não são pesquisados todos os integrantes do grupo estudado, antes se seleciona, mediante procedimentos estatísticos, uma amostra significativa de todo o universo, que é tomada como objeto de investigação. As conclusões obtidas com base nessa amostra são projetadas para a totalidade do universo, levando em consideração a margem de erro, que é obtida mediante cálculos estatísticos. (GIL, 2009, p.51)

Em seguida, definiu-se onde e como seria realizada a pesquisa. De acordo com Moresi (2003), definiu-se o tipo de pesquisa, a população (universo da pesquisa), a amostragem, os instrumentos de coleta de dados e a forma como se pretendeu tabular e analisar seus dados.

Sendo assim, a amostra foi obtida com base em duas pesquisas: nos dados levantados pelo 1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais (2010), pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) a pedido do Ministério da Cultura e no Mapeamento Preliminar realizado pelo Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro e Leitura durante o 1º Encontro de Bibliotecas Públicas em Pernambuco (2012).

O 1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais teve por objetivo subsidiar o aperfeiçoamento de políticas públicas em todas as esferas de governo – federal, estadual e municipal – voltadas à melhoria e valorização das bibliotecas públicas brasileiras. A partir de entrevistas e dados dos 5.565 municípios brasileiros, o Censo apresenta um panorama das bibliotecas em todo o país, tendo sido realizado em 2009, contém dados sobre os acervos das bibliotecas, suas infraestruturas e equipamentos, o perfil dos seus profissionais e usuários,

instalações e equipamentos, a formação/qualificação, os serviços prestados aos usuários, entre outras características.

Dos 5.565 municípios pesquisados, em 4.905 municípios foram realizadas visitas in loco, no período de 8 de setembro a 9 de novembro de 2009, para a investigação sobre a existência e condições de funcionamento das Bibliotecas Públicas Municipais (BPM's). Os 660 municípios restantes, identificados sem bibliotecas em 2007 e 2008 pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) e atendidos pelo Programa Mais Cultura com a instalação de BPM's, foram pesquisados por contato telefônico.

Quanto ao Mapeamento Preliminar, os instrumentos de coleta de dados escolhido, tendo como base os objetivos que se pretendeu alcançar com esta pesquisa e o universo a ser investigado, foram:

a) observação assistemática: utilizados os sentidos para obtenção de dados de determinados aspectos da realidade, não havendo planejamento e controle previamente elaborados, apenas a observação;

c) questionário com perguntas abertas, fechadas e de múltiplas escolhas: série ordenada de perguntas que foram respondidas por escrito pelo grupo participante. Foi construído em blocos temáticos obedecendo a uma ordem lógica na elaboração das perguntas.

Quanto à coleta de dados, deu-se através da aplicação de questionários aos participantes, durante a realização do I Encontro Bibliotecas Públicas em Pernambuco (2012), realizado entre os dias 13 e 14 de novembro de 2012, na Academia Pernambucana de Letras, organizado em três mesas temáticas e grupos de trabalho distribuídos em dois dias de atividades.

Foi resultado de uma ação articulada entre organizações não governamentais e movimentos sociais, órgãos do governo estadual e municipal e instituição pública de ensino superior. Teve como objetivo, reunir os diferentes segmentos de bibliotecas públicas para promover o debate sobre a situação das bibliotecas pernambucanas na política pública para o setor do livro, leitura e bibliotecas, resultando num mapeamento rápido participativo sobre a situação desses equipamentos no Estado.

Através da aplicação de questionários foi possível colher uma amostra composta por informações fornecidas por 172 participantes, sendo estes coordenadores de bibliotecas municipais, escolares e comunitárias, bibliotecários, professores, servidores públicos e prestadores de serviço lotados em bibliotecas e salas de leitura, secretários de educação e cultura e profissionais ligados às Gerências Regionais de Ensino (GRE's), oriundos dos

municípios que compõem as 17 Regiões de Desenvolvimento do estado de Pernambuco, compreendidas na região Metropolitana, Zona da Mata, Agreste e Sertão.

Já o Diagnóstico Situacional das bibliotecas públicas do Recife foi elaborado durante o período em que estive na gestão da Biblioteca Popular de Afogados (2010-2013), instituição ligada à administração municipal da cidade de Recife, em que foi possível fazer um diagnóstico da situação do equipamento cultural levando-se em consideração os aspectos de espaço físico, acervo, mediação e gestão.

3 POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

3.1 BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS CULTURAIS PARA O LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECAS

Ao falar de políticas culturais, mesmo com todas as discussões e questões teóricas sobre o conceito de *cultura*, a maior parte dos estudiosos (Teixeira Coelho, Garcia Canclini, Nivón Bolán, entre outros) concorda que se trata de

um conjunto de ações elaboradas e implementadas de maneira articulada pelos poderes públicos, pelas instituições civis, pelas entidades privadas, pelos grupos comunitários dentro do campo do desenvolvimento do simbólico, visando a satisfazer as necessidades culturais do conjunto da população (CALABRE, 2009, p. 12).

De acordo com Calabre (2009), a relação entre o Estado e a cultura é milenar, contudo, é contemporâneo o olhar do Estado sobre a cultura como uma área que deva ser tratada sob a ótica das políticas públicas, definidas como resultado das atividades políticas que envolvem diferentes agentes e que necessitam de alocação de recursos de natureza diversa e tem caráter normativo e ordenador.

Traçando uma breve trajetória das políticas públicas de cultura no Brasil, tem os anos 1930 como ponto de partida, já que foi o período pelo qual o país passou por uma série de transformações políticas, econômicas, urbanas, administrativas etc.

De acordo com Eduardo Nivón Bolán³ (2006 citado por CALABRE, 2009), um dos aspectos que diferencia o final do século XX e o início do XXI é a percepção da política cultural como globalidade por meio de uma concepção que articula ações isoladas, aplicadas há muito tempo aos distintos setores culturais. Indo muito além da soma de políticas setoriais (arte, patrimônio, teatro, literatura etc.) e assentando-se sobre um esforço de articulação de todos os agentes que intervêm no campo cultural, seja na área pública ou privada.

No Brasil, segundo Calabre (2009), os estudos na área das políticas culturais são bem recentes e dispersas, concentradas em diversas áreas do conhecimento como Ciência Política, Sociologia, Direito, Economia. Têm como um dos trabalhos pioneiros o “*Estado e cultura no Brasil*”, organizado por Sérgio Miceli (1984).

³ BOLÁN, Eduardo Nivón. La política cultural: temas, problemas y oportunidades. México: Conacuta/Fondo Regional para la Cultura y las Artes de la Zona Centro, 2006.(Colección Intersecciones).

Nos anos 1990 até o início do século XXI, o país viu crescer o processo de institucionalização do campo da cultura nos âmbitos estadual e municipal, em que a partir do momento que a cultura passa a integrar a pauta das políticas públicas, exige-se das administrações uma maior qualificação tanto dos quadros funcionais quanto das ações elaboradas, a fim de que estas não se limitassem a meros projetos individuais desconectados entre si.

No primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), houve um grupo de ações articuladas no campo da cultura que tomaram forma de políticas culturais, como a criação do Departamento de Cultura de São Paulo.

No período de 1985 a 2002, de acordo com Calabre (2009), a presença do Estado na elaboração de políticas e no financiamento da área da cultura foi sendo gradativamente reduzida, em que predominaram as leis de incentivo e da retirada do governo do cenário decisório. Foi com o Governo Lula que um novo esforço foi empreendido para recompor e ampliar a institucionalidade da área da cultura, que havia sido perdida nas décadas anteriores.

Nos anos 30, período marcado por um processo de urbanização crescente, pelo aumento da produção industrial e pela conquista e consolidação de uma série de direitos trabalhistas, ou seja, período de transição de um modelo de Estado agrário-exportador para um modelo urbano-industrial, consolidado efetivamente no governo de Juscelino Kubitschek.

Foi em 1930, primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1934), que se criou o Ministério de Educação e Saúde (MES), chefiado por Francisco Campos até 1934 e depois substituído por Gustavo Capanema que ficou no cargo até 1945, em que se destacou pelo processo de construção institucional do campo da cultura.

No organograma do MES, foi criado o Departamento Nacional de Ensino, ficando as bibliotecas, os museus e as escolas de arte subordinados a este departamento. Contudo, foi com a criação do Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo em 1935, no âmbito municipal, que se teve a primeira experiência efetiva de gestão pública implementada no país no campo da cultura.

Ligadas a esse Departamento estavam três divisões, dentre elas, a Divisão de Bibliotecas, que sob a direção de Rubens Borba de Moraes, era responsável pelas bibliotecas municipais, a biblioteca infantil, a biblioteca brasileira e as bibliotecas circulantes.

No período de 1935 a 1938, na gestão de Mário de Andrade, o Departamento de Cultura realizou investimentos na qualificação dos profissionais, tendo sido criado um curso para a formação de bibliotecários. Novas bibliotecas foram criadas, os acervos das já

existentes foram atualizados, ao mesmo tempo em que ocorriam concursos públicos de literatura, inclusive com publicações como forma de premiação e estímulo da produção local.

Estava previsto a existência de biblioteca pública municipal, das bibliotecas circulantes – instaladas em um caminhão que a cada dia estacionava em uma praça diferente da cidade de São Paulo – e das bibliotecas populares.

Segundo Calabre (2009), em 1937, através da Lei nº 378 de 13 de janeiro, o artigo 44 previa a criação do Instituto Cairu que seria responsável por organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira. E em dezembro do mesmo ano, através do Decreto-lei nº 93, foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL), substituindo o criado em janeiro.

De acordo com Santos (2010), foi momento bastante significativo na história das bibliotecas públicas brasileiras, pois o INL

teve a finalidade de propiciar meios para a produção, o aprimoramento de livros e a melhoria dos serviços bibliotecários, priorizando a instalação de bibliotecas públicas em todo o País, e representou uma resposta do governo federal aos intelectuais que criticavam a falta de uma política cultural, fato esse aflorado na Semana de Arte Moderna, em 1922 (BRAGA, 2004, p.31).

O artigo 1º do referido Decreto estabelecia as seguintes seções e atribuições para compor o Instituto:

- a) organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional e revisando suas edições;
- b) editar obras raras e esgotadas no mercado que fossem de grande interesse para a cultura nacional, tendo Sérgio Buarque de Holanda como primeiro chefe;
- c) promover ações para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país, além de facilitar a importação de livros estrangeiros;
- d) incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas em todo o território nacional, chefiada pelo primeiro Diretor, Augusto Meyer.

Contudo, a atuação do INL não aconteceu de acordo com sua concepção filosófica; e “o que se presenciou foi uma desenfreada distribuição de livros, cujos benefícios se estendiam mais para as editoras do que para as prefeituras, chegando ao extremo de se estabelecer como critério para as doações, a compra de livros por parte das prefeituras” (MILANESI, 1986, p. 94).

Mesmo assim, não se pode deixar de destacar que as grandes contribuições do INL foram “a incorporação das bibliotecas públicas à agenda governamental, o crescimento dos acervos e o apoio ao desenvolvimento da Biblioteconomia no país” (BRAGA, 2004, p. 31).

De acordo com Zitá de Oliveira (1994), entre 1938 e 1939, Augusto Meyer elaborou dois projetos pioneiros: a criação de 25 bibliotecas populares, no Distrito Federal (sediado na época no Rio de Janeiro), que funcionariam através do sistema de associados e teriam os acervos construídos a partir do interesse local, onde se pode perceber a intenção de envolver a comunidade local nas atividades e na formação do acervo das instituições.

O segundo projeto se referia a

a criação de bibliotecas centrais regionais, que deveriam ser implantadas em Recife, Salvador, Belém, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, dirigidas por bibliotecários diplomados pela Biblioteca Nacional e que teriam entre suas tarefas principais a coordenação das pequenas bibliotecas públicas sob a sua jurisdição (CALABRE, 2009, p. 41).

Esse já era um embrião do atual Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), composto por um conjunto de sistemas estaduais em cada unidade da federação, cuja principal função é coordenar e dar apoio às bibliotecas municipais existentes nos 26 estados e no Distrito Federal. Diante de motivos políticos e conjunturais, nenhuma das iniciativas foi implementada.

Para que os projetos fossem adiante, era necessário um processo de participação democrática que requeria “uma comunidade organizada e alfabetizada capaz de definir o papel da instituição pública no seu meio e garantir sua manutenção”, quadro que não refletia a realidade vivida pelo país (OLIVEIRA, 1994, p.50).

Entre 1937 e 1945, de acordo com Calabre (2009), a principal política do INL foi colocar em circulação obras esgotadas e lançamentos de livros que geravam interesse no mercado editorial, sempre a preços mais acessíveis, sendo 78 títulos em 1938 e 332, em 1945. No caso da política de bibliotecas, a solução encontrada foi a de efetuar convênios diretos entre o INL e as prefeituras dos municípios.

Uma das características do conjunto das políticas implementadas ao longo do governo Vargas foi articular as mais diversas demandas setoriais, muitas delas presentes desde a década de 1920, com o interesse do Estado, transformando-as em ações efetivas, onde o governo manteve a habilidade política de contar com a colaboração de intelectuais de diversos

matizes, sentar para negociar com empresários e trabalhadores e, acima de tudo, transformar reivindicações antigas em novas políticas de governo.

Já após a 2ª Guerra Mundial, período entre 1946 e 1960, o país vivia um processo de aceleração da produção industrial e do desenvolvimento urbano, da consolidação dos meios de comunicação de massa – do rádio e da TV, contudo, no campo da cultura, houve uma fraca presença e atuação do Estado, em que a maior parte das ações se restringia a dar continuidade a parte das ações instituídas no governo Vargas, onde as ações planejadas e continuadas, com base em planos anuais, estiveram mais no campo das regulamentações do que das efetivações.

Vale destacar, que no final da década de 1949, nos Estados Unidos, com o objetivo de buscar um modelo de biblioteca pública que atendesse as demandas da sociedade e cumprisse minimamente com o que lhe fora determinado dentro de um Estado Nacional, lançou-se o *Manifesto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (UNESCO), revisado em 1972 e atualizado em 1994⁴, servindo de mecanismo para a formulação de uma política de bibliotecas públicas ao afirmar que,

a biblioteca pública é um centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros. Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo minorias linguísticas, pessoas com deficiências, hospitalizadas ou reclusas. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As colecções devem reflectir as tendências actuais e a evolução da sociedade, bem como a memória do esforço e da imaginação da humanidade. As colecções e os serviços devem ser isentos de qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa e de pressões comerciais. Os serviços da biblioteca pública devem, por princípio, ser gratuitos. A biblioteca pública é da responsabilidade das autoridades locais e estatais. Deve ser objecto de uma legislação específica e financiada pelos governos nacionais e locais. (ORGANIZAÇÃO..., 1994).

Em 1953, a área de Saúde ganhou um ministério próprio e, então, foi criado o Ministério da Educação e Cultura, que por meio do Decreto nº 34.078 de 6 de outubro de 1953, foi aprovado o regimento da Divisão de Educação Extraescolar do Departamento Nacional de Educação e Cultura, tendo como uma de suas principais tarefas promover

⁴ Essa última versão do Manifesto foi preparada em cooperação com a Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e de Bibliotecas (IFLA) e aprovada pela UNESCO em novembro de 1994 (ORGANIZAÇÃO..., 1994).

concursos e pesquisas de natureza científica, literária ou artísticas de interesse para o desenvolvimento das atividades culturais no país, incentivando assim a formação e a difusão da cultura.

Poucas atividades do iniciativa do MEC foram lançadas nesse período, sendo uma delas a criação de um prêmio anual de literatura e artes. O fato é que o período de 1945 a 1960 foi marcado por um processo de significativo investimento privado nas atividades culturais ligadas à indústria cultural.

Rubim (2007) avalia que a história das políticas culturais no Brasil está marcada por “tristes tradições que podem ser condensadas em expressões como: autoritarismo, caráter tardio, descontinuidades, paradoxos, impasses e desafios” (CALABRE, 2009, p.57), herança essa que diz respeito, em parte, às décadas de 1960 e 1970.

Segundo Calabre (2009), o início da década de 1960 carregava promessas de mudanças profundas, tanto na política como nos campos das linguagens artísticas e práticas culturais, tendo a cultura de massa, por meio do rádio e da televisão, invadido os lares da população da época, transformando hábitos cotidianos; a forte presença do cinema hollywoodiano sendo consumido; na música, o *rock and roll* e a bossa nova; no mercado editorial, as revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*.

Entre as décadas de 1960 e 1970, ainda de acordo com Calabre (2009), as questões da cultura ganharam maior importância dentro da área do planejamento público, passando a ser incluídas no rol daquelas ligadas à problemática do desenvolvimento. Um exemplo disso, foi a promulgação do Decreto nº 50.293 de 23 de fevereiro de 1961, durante o governo de Jânio Quadros, que criava o Conselho Nacional de Cultura diretamente subordinado à Presidência da República para maior controle sobre as políticas públicas, que não tinha ligação com o então conselho criado em 1938.

O CNC era composto por comissões nacionais – formada por membros designados pelo presidente da República e pessoas consagradas e de elevada notoriedade no campo da cultura. Assim, havia as comissões de literatura, teatro, cinema, música e dança, artes plásticas, filosofia e ciências que estiveram reunidas durante a instalação do referido órgão em 20 de maio de 1961, em Brasília, com exceção da Comissão de Literatura. Contudo, o CNC não funcionou por muito tempo diante da saída de Jânio Quadros da Presidência em agosto de 1961, sendo reformulado em 1962 e novamente subordinado ao Ministério da Educação e Cultura, como era em 1938.

Com vistas ao desenvolvimento das bibliotecas públicas brasileiras, algumas medidas foram tomadas, como a criação do Serviço Nacional de Bibliotecas, em 1961, um projeto que não vingou e, sete anos depois, foi incorporado ao INL, passando a coordenar a política nacional de bibliotecas públicas. Nessa época, segundo Braga (2004), foram firmados 'convênios' com as prefeituras para o desenvolvimento de um trabalho em parceria para manutenção de bibliotecas públicas.

A questão da falta de verbas para a cultura sempre foi um fator que esteve presente durante a trajetória das políticas culturais no Brasil, seja dentro dos ministérios e secretarias para a execução de ações, seja para a manutenção das instituições culturais públicas, do patrimônio histórico e artístico nacional.

Em uma série de ensaios jornalísticos, o jornalista Franklin de Oliveira, na época, do jornal *O Globo*, traz denúncias sobre uma série de problemas vividos pela Biblioteca Nacional que colocava em risco tanto a preciosidade do acervo quanto a sobrevivência da própria instituição, diante da falta de atualização do acervo e das técnicas de tratamento bibliográfico.

Contudo, embora o discurso do governo fosse da escassez de verbas orçamentárias, o dinheiro existia, o que não se contemplava, de fato, eram as necessidades e especificidades dos setores culturais, ou seja, não era interesse aplicar verbas na cultura. Não só o setor do Livro, Leitura e Bibliotecas se ressentia da ausência de investimento do Estado, outros setores da cultura também, principalmente entre 1955 e 1965, período da política desenvolvimentista da gestão do governo do presidente Juscelino Kubitschek, que estabeleceu outras prioridades de aplicação de recursos para o país.

Segundo Calabre (2009), durante o governo instaurado pelo golpe de 1964, percebeu-se desde os primeiros tempos uma preocupação com o campo da cultura, tanto dos mecanismos de censura quanto de preocupação com o abandono do patrimônio e das instituições nacionais. Diante disso, em meados de 1966, foi formada uma comissão para reformular a política cultural do país e criar um Conselho Federal de Cultura (CFC) nos moldes do Conselho Federal de Educação, alegando-se que o Conselho Nacional de Cultura existente se limitava a realizar ações pontuais de pouca abrangência.

Sendo assim, em 24 de novembro de 1966, por meio do Decreto-lei nº74, foi criado CFC com 24 membros nomeados diretamente pelo presidente da República e nomes como Gilberto Freyre, Ariano Suassuna, João Guimarães Rosa, Pedro Calmon fizeram parte do órgão. Dividido em quatro comissões: artes, letras, ciências humanas e patrimônio histórico e artístico nacional, tinha como obrigação formular a política cultural nacional.

A recuperação da Biblioteca Nacional foi uma das primeiras tarefas consideradas prioritárias pelo CFC, com o objetivo de

fortalecer tais instituições e fornecer efetivo alcance nacional, possibilitando que, modernizadas, se tornassem coordenadoras do processo de crescimento de instituições congêneres, agindo assim com órgãos centralizadores e de normatização em suas respectivas áreas (CALABRE, 2009, p. 69),

no caso das bibliotecas, com a criação do sistema nacional de bibliotecas, por exemplo.

Em 12 de fevereiro de 1968, por meio do Decreto nº 62.256, foi convocada a Primeira Reunião Nacional dos Conselhos de Cultura, visando à articulação, à coordenação e à execução do Plano Nacional de Cultura, que precisava ser aprovado e posto em prática. Em Abril, aconteceu o referido encontro que contou com a presença de todos os estados os estados. Na abertura, destacou-se que a reunião representava o primeiro passo para a construção de um Sistema Nacional de Cultura.

Havia uma preocupação crescente por parte do governo com a cultura. Em 8 de agosto de 1969, em conferência proferida na Escola Superior de Guerra, sob o título de “*Ação do Ministério da Educação e Cultura: momento atual e perspectivas*”, o ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra afirma que o plano de reforma educacional não estaria completo sem a cobertura da linha da cultura.

De acordo com Calabre (2009), na década de 1970, o país foi marcado por um processo de crescimento econômico, com a modernização das estruturas do Estado que ocorreu sob forte controle da censura e da repressão política. De acordo com Ridenti (2003), foi um momento próspero em empreendimentos privados, dentre eles, no campo do mercado editorial que desencadeou-se por meio de uma série de publicações em fascículos dos mais variados assuntos.

De acordo com Calabre (2009),

o CFC tentou aprovar por anos seguidos o Plano Nacional de Cultura, pois considerava este como a única forma de garantir os recursos financeiros necessários para a implementação das políticas setoriais de longo prazo. O projeto era criar um fundo similar ao existente na área da educação [...] (CALABRE, 2009, p.72).

Em 1973, o então presidente do Conselho Federal de Cultura, Arthur Reis, no discurso de despedida, retomou a problemática da ausência do Plano Nacional de Cultura, reafirmando

que a situação dificultava a execução de programas, pois faltavam efetivamente diretrizes orientadoras das ações políticas do Estado no campo da cultura.

Quando o ministro Jarbas Passarinho assumiu o Ministério da Educação e Cultura, em janeiro de 1973, solicitou ao CFC que elaborasse diretrizes para uma política nacional de Cultura, já que a proposta da gestão anterior de criação de um sistema de execução do Plano Nacional de Cultura tinha se tornado inviável.

Sendo assim,

em lugar de planos, deveriam ser preparadas diretrizes para as políticas públicas de cultura que, após serem submetidas à apreciação do presidente da República, deveriam ser desdobradas pelo Departamento de Assuntos Culturais em planos, programas, projetos e políticas (CALABRE, 2009, p.77).

Em março de 1973, o CFC entregou ao ministro Jarbas Passarinho um documento denominado “*Diretrizes para uma política nacional de Cultura*”, um dos subsídios para a elaboração da Política Nacional de Cultura lançada em 1975.

De acordo com Calabre (2009), a partir de 1974, na gestão do presidente Ernesto Geisel e do ministro de Educação e Cultura, Ney Braga, a área de cultura passou por uma série de reformulações. Em palestra sobre a política de educacional e Cultural do Brasil, proferida na em agosto de 1974, na Escola Superior de Guerra, o ministro assegurava que daquele momento em diante, o Plano de Ação Cultural (PAC), instituído na gestão do ministro Jarbas Passarinho (1969-1973), estaria

centrado em diretrizes bem fundamentadas e que a política cultural do MEC giraria em torno de três atitudes fundamentais: difusão das manifestações do âmbito da cultura; incentivo à criatividade artística brasileira e preservação e defesa dos bens culturais” (CALABRE, 2009, p.78).

Ficava evidente que esse discurso apresentava um conjunto de linhas de ação que iriam compor a política cultural do MEC durante toda a sua gestão, abrangendo as áreas artísticas, passando pelo cinema, pela literatura e pela história e chegando até o conteúdo educativo televisivo.

Para Sérgio Miceli⁵ (1984), o ministro Ney Braga conseguiu:

⁵ MICELI, Sérgio (Org.) **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

[...] inserir o domínio da cultura entre as metas da política de desenvolvimento social do governo Geisel. Foi a única vez na história republicana que o governo formalizou um conjunto de diretrizes para orientar suas atividades na área da cultura [...] (MICELI, 1984, p. 75 citado por CALABRE, 2009, p.79).

As alterações implantadas por Ney Braga, bem como a criação de novos órgãos cumpria parte das metas previstas na Política Nacional de Cultura, que tinha como objetivos principais: “gerar conhecimento sobre a cultura brasileira; preservar os bens culturais; incentivar a criatividade; difundir as criações e manifestações culturais; contribuir para o processo de integração nacional” (CALABRE, 2009, p. 79).

Sendo assim, elaborada em 1975, a Política Nacional de Cultura (PNC) e lançada em 1976, segundo Botelho (2001), foi o grande divisor de águas entre o período anterior, de completa ausência de políticas; promovendo a reorganização das instituições num organograma da área que sedimentou o apoio federal à cultura até a década de 1990.

Segundo Calabre (2009), após um período de forte perseguição política, com intensa ação repressiva, o governo do presidente Geisel marca o início da abertura lenta e gradual, no qual o governo busca se reaproximar, obter simpatia e mesmo o apoio da classe artística e da intelectualidade.

Em julho de 1976, por convocação do MEC, ocorreu, em Salvador, o Encontro de Secretários de Cultura, no qual participaram o CFC, os Conselhos Estaduais de Cultura, as Secretarias de Cultura e de Educação e Cultura, universidades, fundações e outras entidades culturais, tendo como tema geral “Sistema Nacional de Cultura”, no qual ficaram demonstradas as preocupações com a elaboração de políticas para a área de cultura. Nesse período, dentre as ações realizadas, tem-se a produção de relatórios para a tentativa do estabelecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas.

Em 1977, na tradicional palestra anual realizada na Escola Superior de Guerra, o ministro Ney Braga reafirma os princípios de apoio, incentivo e não intervenção política nas manifestações culturais e realiza uma espécie de balanço das políticas empreendidas em sua administração. Afirma que em 1974, primeiro ano de governo Geisel, foram aplicados recursos na ordem de Cr\$ 128.5 milhões e, em 1977, estavam sendo aplicados recursos na ordem de Cr\$ 561 milhões.

No campo do livro e da leitura, segundo Calabre (2009), foram lançados 253 novos títulos pelo Instituto Nacional do Livro (INL), além da distribuição de 560 novas bibliotecas aos municípios. Já no setor da formação profissional, as áreas estavam sendo cobertas com a

ampliação de cursos técnicos e universitários (Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia, Música e Artes em geral).

Esse cenário, de acordo com Ney Braga⁶ (1977 citado por CALABRE, 2009), refletia que os objetivos da Política Nacional de Cultura estavam sendo plenamente cumpridos, significando a presença do Estado como elemento de apoio e estímulo à integração do desenvolvimento brasileiro.

Ainda na gestão Ney Braga, houve a criação da Secretaria de Assuntos Culturais (Seac), por meio do Decreto nº 81.454 de 17 de março de 1978, tendo como atribuições:

planejar, coordenar e supervisionar a execução da política cultural e realizar as atividades relativas à cultura em âmbito nacional, prestando cooperação técnica e financeira às instituições públicas e privadas, de modo a estimular as iniciativas culturais (CALABRE, 2009, p.92).

Contudo, a efetivação dessas alterações administrativas, bem com a implantação da Seac aconteceram em 1979, no governo do presidente João Figueiredo. Segundo Botelho (2001), a nova secretaria trazia uma formulação diferente para a política cultural do ministério, que em parte, estava assentadas nas recomendações internacionais, apresentadas nos diversos encontros da Unesco.

Foram elencados dez grandes desafios conjunturais vividos pela educação e pela cultura, definindo linhas de ação do MEC e seus objetivos gerais, a saber: distorções na criação, distribuição, acesso e consumo de bens culturais, com mínima contribuição aos objetivos do desenvolvimento social; quadro de ausência de democratização da cultura.

De acordo com Calabre (2009), com o objetivo de solucionar o quadro de problemas, apresentou-se algumas linhas de ação, dentre elas fazer a política nacional de cultura por meio de mecanismos revisados ou reestruturados para que estejam a serviço da produção, distribuição e consumo de bens culturais; aperfeiçoamento dos conselhos federal e estaduais de educação e cultura; ação educativa-cultural, incluindo a incorporação das práticas culturais do conjunto da população, em especial, o atendimento das necessidades das camadas populares, dos grupos periféricos com base nos objetivos gerais traçados pelo MEC, respeitando as peculiaridades regionais e da implantação de uma política cultural de base popular.

⁶ BRAGA, Ney A. de Barros. **Política da educação, da cultura e do desporto**. Conferência na Escola Superior de Guerra, 22/09/1977. Brasília: Ministério da Educação e Cultura – Departamento de Documentação e Divulgação, 1977.

De acordo com Ferreira (2006), o processo de redemocratização vivenciado pelos brasileiros a partir dos anos 1980 trouxe profundas mudanças. Houve tentativas de diversos segmentos e grupos organizados da sociedade civil que participaram intensamente, incorporando suas reivindicações e pressionando por políticas públicas mais imediatas e intervencionistas, com o objetivo de encontrar novos caminhos após longo período da Ditadura Militar.

Ainda segundo Ferreira (2006), dentre esses grupos, destacaram-se aqueles voltados para a área de cultura que buscavam estabelecer novos padrões musicais, novas formas de fazer teatro, dança, trazer para o cenário a cultura popular. Também se discutiam

novos padrões para as bibliotecas, para os museus e para os arquivos como espaços privilegiados para a preservação da memória social e difusão de valores culturais que pudessem estar a serviço da coletividade, cumprindo seu verdadeiro papel de espaço público a serviço de todos os cidadãos (FERREIRA, 2006, p.114).

Ferreira (2006, p. 114) afirma que a participação das diversas organizações de cultura foi, sem dúvida, importante na indicação de propostas que contribuíram para formulação e implementação de políticas públicas, “as quais deram ao Estado subsídios para elaboração de planos e metas que, em algumas áreas, foram importantes no sentido de garantirem direitos e ampliar consciências”.

Em 1980, na gestão do ministro Rubem Ludwig, nomeou-se Aloísio Magalhães diretor da Seac que se incumbiu, dentre outras coisas, de criar a Secretaria de Cultura (SEC), que foi concretizada com a promulgação da Portaria Ministerial nº 276, em 10 de abril de 1981, vinculando alguns órgãos à Fundação Nacional Pró-Memória, dentre eles, a Biblioteca Nacional e o Instituto Nacional do Livro (INL).

De acordo com Calabre (2009), em 1981, o documento “Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC” buscou avançar em relação às propostas da gestão do ministro Eduardo Portela, no campo da participação social e na elaboração das políticas culturais. Em 1984, na abertura do Encontro Nacional de Políticas Culturais, em Belo Horizonte, Marcos Vilaça que substituiu Aloísio Magalhães após sua morte, afirmava que pela primeira vez, o MEC tinha todos os órgãos de cultura congregados sob a mesma condução, isso também vinha acontecendo fora do âmbito federal, contudo, o maior problema da secretaria era o baixo orçamento.

De acordo com Ferreira (2006), outra conquista importante foi a divulgação da *Declaração de Caracas*, em 1985, coincidindo com o momento em que o Brasil discutia estratégias de viabilizar políticas públicas encaminhadas por diversos setores da sociedade civil e pelas pressões desencadeadas para a realização da Assembleia Nacional Constituinte.

A *Declaração de Caracas* é documento que define também as funções de uma biblioteca pública, fruto de um encontro sobre biblioteca pública realizado em 1985⁷, em que foram reafirmados os compromissos com o *Manifesto da UNESCO* e aprovadas diretrizes para nortear a ação das bibliotecas públicas.

Por meio dessa declaração as bibliotecas públicas passam a ser compreendidas como um instrumento de transformação social em toda a América Latina e no Caribe. Nela, uma série de diretrizes são definidas como sendo papel da biblioteca pública, entre as quais destaca-se:

Asegurar a toda la población el libre acceso a la información en sus diferentes formas de presentación. Esta información debe ser amplia, actualizada y representativa de la suma de pensamientos e ideas del hombre y la expresión de su imaginación creativa de tal manera que tanto el individuo como la comunidad, puedan situarse en su entorno histórico, socio económico, político y cultural. Estimular la participación activa y efectiva de la población en la vida nacional, incrementando así el papel de la biblioteca como instrumento facilitador de cambio social y de participación en la vida democrática; servir como centro de información y comunicación para la comunidad; Promover el rescate, comprensión, difusión y defensa de la cultura nacional e autóctona; Apoyar el desarrollo de una industria editorial nacional y regional económicamente fuerte y culturalmente independiente. (DECLARACIÓN..., 1999, p.57).

Esse processo de mobilização estimulou a reorganização de categorias de profissionais, dentre as quais a de bibliotecários que, em diferentes estados, passaram a pensar novos modelos de gestão para as bibliotecas públicas, incluindo temas como práticas democráticas de incentivo à leitura, ação cultural em bibliotecas públicas, estratégias de atuação para que as bibliotecas se tornassem canais de intermediação entre a sociedade e a informação. Assim, as bibliotecas públicas começam a adotar modelos mais democráticos de gestão, estimuladas pela formação de novos bibliotecários egressos dos cursos de Biblioteconomia das universidades federais de todo o país.

⁷ Esse encontro foi organizado pela International Federation of Lybrary Associations (IFLA) e pelo Centro Regional para el fomento del libro en América Latina y el Caribe (CERLALC). Participaram desse encontro representantes de organizações regionais, nacionais e de cooperação técnica de trinta países da América Latina e do Caribe para pensar estratégias para o desenvolvimento das bibliotecas públicas.

O processo de fortalecimento e institucionalização no campo da cultura que vinha ocorrendo em vários âmbitos da federação contribuiu para a criação de um Fórum Nacional de Secretários de Cultura, com caráter permanente, função consultiva e de recomendação, em que entre novembro de 1983 e março de 1985, foram realizadas seis reuniões e dentre as recomendações mais presentes estavam a maior participação da cultura nos orçamentos (dentro do próprio MEC, dos níveis estadual e municipal) e a criação de um fundo federal de cultura (Fundo Federal de Desenvolvimento da Cultura).

Uma das posições defendidas pelos Fórum de Secretários de Cultura, segundo Calabre (2009), era a criação do Ministério da Cultura, também muito debatida e defendida pelo Conselho Federal de Cultura na década de 1970, que também incentivava os estados e municípios a criarem estruturas autônoma.

Com a Nova República, que elegeu de forma indireta Tancredo Neves, falecido antes de assumir o cargo, José Sarney, por meio do Decreto nº 91.144, em 15 de março de 1985, cria o Ministério da Cultura, justificando que sua criação se devia ao fato de que os assuntos da cultura nunca haviam sido objeto de uma política consistente, já que as atenções se voltavam para a área da educação e que “diante do grau de desenvolvimento do país era inadmissível que o mesmo não contasse com uma política nacional de cultura” (CALABRE, 2009, p.100).

Celso Furtado, em 1986, assumiu o Ministério da Cultura e foi considerado o primeiro ministro que buscou, efetivamente, promover a estruturação necessária para o funcionamento do MinC. Dentre elas, a desvinculação da Biblioteca Nacional e do INL da Fundação Pró-Memória, surgindo a Fundação Nacional Pró-Leitura.

Conforme Calabre (2009), com a falta de recursos orçamentários para investimentos e para o fomento à produção cultural em seu conjunto era um problema que se arrastava dentro da gestão, foi aprovada a Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, concedendo benefícios fiscais na área do imposto de renda para operações de caráter cultural ou artístico, benefícios esses, conhecidos como Lei Sarney, já que ele, desde quando foi deputado federal, buscava aprovar uma modalidade de incentivo à cultura. Sarney afirmava que o objetivo era que os financiadores dessa nova modalidade fossem a própria sociedade, do indivíduo comum à grande empresa, e não apenas o governo sozinho. O discurso era que o desejo era mudar a ideia de que “é o Estado, e o Estado apenas, que deve sustentar a arte e a cultura” (SARNEY, s.d., p.7 citado por CALABRE, 2009, p.102).

Celso Furtado em discurso dizia que em “uma sociedade democrática as funções do Estado no campo da cultura são de natureza supletiva”, ou seja, são os indivíduos que devem assegurar o enriquecimento contínuo da cultura (FURTADO, s.d, p.9 citado por CALABRE, 2009, p.102).

O que se tem em vista é estimular a emergência e o desenvolvimento das forças criativas, tão vigorosas em nosso povo; é facilitar o surgimento e o revigoramento de instituições locais de apoio à ação cultural, e ainda ativar na sociedade a consciência de que o efetivo controle do uso dos recursos que se aplicam na cultura e transitam pelo Estado é tarefa que corresponde a comunidades que deles se beneficiam (FURTADO, s.d, p.9-10 citado por CALABRE, 2009, p.102).

Contudo, em todo o período que a Lei Sarney esteve vigente foi alvo de inúmeras críticas diante da falta de transparência na aplicação dos recursos e por privilegiar alguns grupos de empresas cadastradas. Além disso, durante o período de gestão do presidente Sarney, foi grande a instabilidade política dentro do MinC, ocasionando a descontinuidade de projetos e pesquisa.

Em 1988, o país promulgou uma nova Constituição, na qual, por meio do artigo 215, ficava estabelecido que o Estado garantiria “a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).

Contudo, de acordo com Calabre (2009, p.105),

apesar de garantidos constitucionalmente há mais de vinte anos, as regulamentações específicas, estabelecendo as maneiras pelas quais o pleno exercício e direito de manifestação e acesso às fontes da cultura se efetivariam, não foram elaboradas. A nova Constituição garantiu maior autonomia para os municípios, que gradativamente passaram a deter um papel fundamental dentro do processo de gestão de políticas públicas de cultura.

O início da década de 1990, nas palavras de Calabre (2009, p.107) sofreu “um grande baque na área cultural”. Em 12 de abril de 1990, o presidente Fernando Collor de Mello promulgou as Leis nº 8.028 e nº 8.029, a primeira, transformando o MinC em secretaria e a segunda, extinguindo uma série de entidades da administração pública, na qual a cultura foi duramente atingida. Instituições como a Fundação Nacional de Arte (Funarte), a Fundação Nacional Pró-Leitura foram extintas, sendo as atividades desta última, por exemplo, incorporada à Biblioteca Nacional.

No Governo Collor, com a extinção do *Instituto Nacional do Livro (INL)*, as bibliotecas perdem uma das suas referências, já que o INL vinha reformulando sua filosofia de trabalho para adequar-se às novas demandas e anseios daqueles que pensavam as bibliotecas públicas a partir do princípio de que devem garantir o acesso à informação a todas as camadas sociais.

Também por meio do Decreto nº 99.180, de 15 de março de 1990, o presidente Collor promoveu uma série de reformulação dentro dos órgãos da presidência da República e dos ministérios, e nessas mudanças, o artigo 25 dizia que “competia a Secretaria de Cultura (ex-MinC) preservar e desenvolver o patrimônio cultural brasileiro, estimular a criatividade artística e promover a preservação da identidade cultural do país” (CALABRE, 2009, p.108).

Era composta pelo Conselho Nacional de Política Cultural (o CFC foi extinto junto com o MinC), pelo Departamento de Produção Cultural e pelo Departamento de Cooperação e Difusão Cultural. Dentre as atribuições do Departamento de Produção Cultural, estava o controle e a fiscalização das atividades relacionadas à comercialização de livros, arrecadação, distribuição e ao pagamento dos direitos autorais.

No período de março de 1991 a outubro de 1992, a Secretaria de Cultura teve Sérgio Paulo Rouanet, um intelectual com maior sensibilidade para as questões culturais que seu antecessor, Ipojuca Pontes. Foi nesse momento que em substituição a Lei Sarney foi promulgada a Lei que instituiu o Programa Nacional de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991) ou também conhecida como Lei Rouanet, que buscava corrigir problemas e distorções apresentados pela legislação anterior.

Segundo Calabre (2009), nos primeiros anos de implantação da Lei Rouanet, estudos da Fundação João Pinheiro apontavam que, entre 1985 e 1992, os estados tiveram gastos crescentes com a cultura, enquanto no governo federal ocorreu o oposto, e em 1992, chegando ao índice mais baixo de investimento em todo o período de existência do MinC. Contudo, mesmo com essas dificuldades iniciais, a Lei Rouanet gerou um novo impulso às produções culturais, sendo o patrocínio o mecanismo mais utilizado, inclusive, o MinC ao se estruturar em torno da lei de incentivos, fez desse recurso quase que exclusivamente a única fonte de financiamento para a cultura.

Em 19 de novembro de 1992, no governo do presidente Itamar Franco, por meio da Lei nº 8.490, o Ministério da Cultura foi recriado e nomeado o ministro Antônio Houaiss, que durou alguns meses no cargo.

Nesse período houve a criação do *Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas* (SNBP), em 1992, no âmbito Federal, vinculado ao Ministério da Cultura, cujo principal objetivo foi o fortalecimento das bibliotecas públicas por meio da “implantação de um processo sistêmico baseado em ações voltadas para a interação e integração dessas bibliotecas em âmbito nacional” (BIBLIOTECA NACIONAL, 2006).

Para isso, criou-se em cada estado brasileiro um Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas com o objetivo de apoiar a implantação e dinamizar de bibliotecas em todos os municípios, além da capacitação de auxiliares de biblioteca que se responsabilizariam em coordenar as ações das bibliotecas nesses municípios.

Atualmente, de acordo com Machado (2010), é de responsabilidade do SNBP o desenvolvimento das seguintes ações: programa Livro Aberto, que propõe implantar bibliotecas em municípios que não as possuem e a revitalizar as já existentes; cadastro de bibliotecas públicas; capacitação e seminários; e assessoria técnica para as bibliotecas que fazem parte do sistema.

Ainda em 1992, houve o lançamento do *Programa Nacional de Incentivo à Leitura* (PROLER), pelo governo federal, que surge como uma ação do Ministério da Cultura voltada à formação de leitores e que, segundo Machado (2010), por meio de seus comitês regionais, desenvolve ações em parceria com as secretarias estaduais e municipais de cultura e educação pelo país. Em sua sede, no Rio de Janeiro, também são oferecidos cursos de formação, palestra, entre outras atividades de incentivo à leitura para professores, bibliotecários e agentes de leitura da rede pública.

Em 1993, ocorreu em Brasília a 1ª Conferência Nacional de Cultura, organizada pela sociedade civil a partir de uma ONG chamada Cult, cuja intenção era criar um foro permanente de discussão sobre arte, cultura e políticas culturais, com reuniões anuais, porém a organização não se efetivou.

Apesar disso, “o evento foi um marco no processo de construção de uma prática de mobilização mais permanente dos artistas, produtores e do conjunto da sociedade civil em torno das questões culturais” (CALABRE, 2009, p. 113).

Ainda nesse ano, houve a criação do programa *Uma Biblioteca em Cada Município*, cujo objetivo era implantar bibliotecas pelo país, distribuindo estantes, livros e oferecendo capacitação para a gestão dessas bibliotecas. Segundo Machado (2010, p. 100), “um típico exemplo de política elaborada no estilo tradicional, ou seja, universalista, centralizada e tecnocrática”. Ainda vale destacar que nesse período, o Ministério da Reforma Agrária, por

meio da Secretaria do Desenvolvimento Agrário, lançou o projeto *Arca das Letras*, cujo objetivo foi criar bibliotecas rurais e formar agentes de leitura locais para atuar nesses espaços.

Em janeiro de 1995, com a eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, assumiu o Minc Francisco Welfort que se manteve no cargo até 2002, e em sua gestão,

as discussões e propostas de implantação e de elaboração de políticas de cultura praticamente desapareceram da prática governamental, sendo um período dedicado ao aprimoramento das leis de incentivo, alinhado à política neoliberal implantada pelo presidente Fernando Henrique, cujo principal exemplo foi a política de privatização das empresas estatais das mais diversas áreas (CALABRE, 2009, p. 114).

Em dezembro de 1995, o MinC promoveu um ciclo de reuniões com especialistas franceses e brasileiros, denominados “*Encontros Malraux*”, sob o tema “Cultura, Estado e Sociedade: França e Brasil”, centrados em duas mesas: “a administração da cultura: centralização e descentralização”, “Quem financia a cultura?”, onde as conferências dos secretários brasileiros tiveram como principal foco a problemática da escassez de recursos para a cultura, a necessidade de ampliação dos recursos humanos e de sua qualificação, por meio do compartilhamento de responsabilidades entre o governo federal, a sociedade civil e os outros níveis de governo.

O então secretário de Apoio à Cultura do MinC, José Álvaro Moisés durante vários momentos dos encontros se referia ao Fundo Nacional de Cultura como “o mecanismo a ser utilizado para diminuir as desigualdades regionais de acesso aos recursos que, historicamente, se mantêm concentrados na região Sudeste” (CALABRE, 2009, p. 115).

Com a alteração do artigo 18 da Lei Rouanet, alguns segmentos artísticos passaram a contar com o abatimento integral de investimento sobre o imposto de renda devido, sendo um deles, os livros de valor artístico, literário ou humanístico; doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinemateca, bem como o treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos.

De acordo com as informações extraídas da Legislação cultural Brasileira até o ano de 1997 e de demais dados do site do MinC, de acordo com Calabre (2009), verificou-se que praticamente um terço da legislação cultural promulgada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foi direcionada às questões de lei de incentivo, deixando-se de se elaborar propostas, planos ou diretrizes de gestão pública para o campo da cultura.

Compreende-se, de acordo com Ferreira (2006, p.115), as políticas públicas como estratégias que servem para produzir mudanças sociais que “têm como princípio a igualdade social, sendo, portanto, um processo dinâmico, permanente e contínuo, contraditório, fruto geralmente da ação e/ou posição dos vários movimentos sociais nos estados capitalistas”, contudo, segundo Lindoso (2004) a percepção da importância das bibliotecas não surge espontaneamente na população. É um trabalho de décadas de conscientização e de investimento público.

Tomando como base a análise realizada por Paiva (2008) e reforçada por Machado (2010), é possível perceber que, nas últimas décadas, as políticas públicas para bibliotecas no Brasil pouco contribuíram para melhorar essa percepção.

Machado (2010, p.95), afirma que

o discurso político sempre defendeu e ressaltou a importância das bibliotecas públicas, mas na prática pouco foi feito para apoiar efetivamente estas instituições. A herança histórica brasileira de desigualdades favoreceu o processo de desmonte do Estado, do serviço público e das instituições ligadas a ele, tais como as bibliotecas públicas. Em relação às políticas públicas, os governos, por décadas seguidas, tomaram decisões com base em um viés conservador e elitista, o que levou à uniformização de propostas, as quais eram enquadradas em formatos genéricos que facilitavam o tratamento administrativo.

Somente a partir de 2003, percebe-se algumas mudanças no sentido de ampliar o diálogo e a participação da sociedade no que se refere às políticas públicas nacionais para bibliotecas.

Com a posse do ministro Gilberto Gil, em 2003, na primeira gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), foram iniciados os trabalhos de reformulação do Ministério Visando a dar mais agilidade política ao mesmo, já que a estrutura herdada estava centrada no modelo de financiamento via Lei Rouanet, com uma série de superposições entre as instituições vinculadas.

Sendo assim, com a reformulação aprovada em 12 de agosto de 2003, por meio do Decreto nº 4.805, foram criadas a Secretaria de Articulação Institucional (SAI), a Secretaria de Políticas Culturais, a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, a Secretaria de Programas e Projetos Culturais, a Secretaria do Audiovisual e a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural. Nessa primeira gestão, logo no primeiro ano, foi colocada a problemática da reformulação da Lei Rouanet, pois as críticas eram constantes ao mecanismo.

Diante disso, o Minc com o intuito de coletar subsídios para a reformulação da Lei, lançou uma ampla consulta pública por meio dos seminários “*Cultura para todos*”, que percorreram os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pará e Pernambuco, além de realizar encontros setorializados com os secretários de cultura estaduais e municipais, com investidores privados, fundações e pessoas físicas.

O objetivo era que respondessem a duas perguntas: quais os principais entraves para o acesso ao financiamento público federal da cultura (Lei Rouanet ou Lei do Audiovisual) e que mecanismos devem ser adotados para garantir a transparência, a democratização e a descentralização do financiamento público da cultura.

Uma das marcas da primeira gestão do ministro Gil para diminuir o processo de concentração regional e setorial, foi o investimento no processo de seleção de projetos por meio de editais. Outra ação de destaque foi a *1ª Conferência Nacional de Cultura (CNC)* que constituiu uma inovação no campo da participação social mais ampla.

Conferências municipais, estaduais e interestaduais que precederam a CNC possibilitaram em todas as regiões do país, a instalação de diferentes espaços reflexão, debate sobre a situação da cultura no Brasil, o que contribuiu para que se avaliassem perspectivas, se levantassem possibilidades de avanço e se propusessem novas formas de atuação. (CALABRE, 2009, p.122).

Formalmente, a CNC foi uma das etapas do processo de elaboração do Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Emenda Constitucional nº 48, de 1º de agosto de 2005. Segundo o previsto na Emenda, o PNC deveria conduzir à:

- a) defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- b) produção, promoção e difusão de bens culturais, e aqui, pode-se incluir as bibliotecas públicas;
- c) formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- d) democratização do acesso aos bens da cultura;
- e) valorização da diversidade étnica e regional.

De acordo com Calabre (2009), dentro do processo de estruturação e institucionalização do campo da cultura, voltou-se a discutir acerca da importância da construção do Sistema Nacional de Cultura (SNC), elemento indispensável na sustentação e operacionalização das diretrizes nacionais que seriam traçadas pelo Plano Nacional de

Cultura. Além disso, a criação e manutenção de um Sistema Nacional de Informações Culturais, atual SNIIC, permitiria a elaboração de políticas públicas articuladas entre os três níveis de governo. A aprovação pelo Congresso do Plano Nacional de Cultura e a construção efetiva de um Sistema Nacional de Cultura foram alguns dos desafios enfrentados pelo MinC na segunda gestão do presidente Lula.

Outro grande passo dado pela gestão de Gil foi a criação, por meio da Portaria Ministerial nº 156, de 06 de julho de 2004, do *Programa Cultura Viva* que envolvia cinco ações: Pontos de Cultura, Agentes Cultura Viva, Cultura Digital, Escola Viva e Griôs-Mestres dos Saberes, programa este ligado à Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC), cujo objetivo principal seria promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, dentro de uma prática de cooperação social.

Em 24 de agosto de 2005, criou-se por meio do Decreto nº 5.520, o *Conselho Nacional de Política Cultural* (CNPC), pertencente ao Minc e composto paritariamente por representantes de vários ministérios, dos estados, municípios e dos mais diversos setores da sociedade civil, se constituindo em outro elemento articulado entre o PNC e o SNC.

O Ministério da Cultura, juntamente com o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) vem, desde 2004, por meio de várias ações, como por exemplo, o *Programa Livro Aberto* - ação que por meio do estabelecimento de um contrato de comodato entre a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e a prefeitura beneficiada, buscou garantir a entrega de um conjunto de equipamentos tecnológicos, mobiliário e acervo- realizando um grande movimento a favor da ampliação do número de bibliotecas públicas no país, assim como a modernização de bibliotecas já existentes. Durante o período de 2004 a 2011, período em que perdurou o Programa, foram criadas 1.705 novas bibliotecas e modernizadas 682, além disso, concedeu bolsas na área do livro e da leitura, realizou capacitação de agentes públicos na área, entre outros.

Com o intuito de servir como uma estratégia para articular o conjunto de ações realizadas pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil organizada, o governo federal cria o *Programa Fome de Livro*, que em sintonia com o *Plan Ibero-americano de Lectura*, estabelece o ano de 2005 como o ano do livro e da leitura e institui a marca VIVALEITURA.

De acordo com Machado (2010), em decorrência dessa ação surgiu, capitaneada pelo MinC, o Programa Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), com a intenção de se constituir numa política de Estado para a área de bibliotecas. E que para viabilizar a elaboração e implementação de políticas públicas para a área, iniciou um processo de articulação dos

inúmeros projetos, programas, ações e atividades em geral ligadas ao livro, à leitura, à literatura e à biblioteca.

O SNBP participou da construção do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), integrando o eixo 1 – democratização do acesso, seguindo, assim, as suas diretrizes e estimulando a criação de Planos Estaduais e Municipais do Livro, Leitura e Bibliotecas, de acordo com os parâmetros traçados pelo PNLL.

Nos objetivos do PNLL, conforme afirma Machado (2010), pode-se constatar a disposição do Estado em reorganizar essa situação, no sentido de articular ações até então dispersas e fragmentadas.

[...] criar condições e apontar diretrizes para a execução de políticas, programas, projetos e ações continuadas por parte de diferentes esferas de governo e também por parte das múltiplas organizações da sociedade civil [...] (PLANO NACIONAL DO LIVRO E DA LEITURA, 2006).

De acordo com Machado (2010, p. 103), nunca no país tinha ocorrido um processo semelhante, pois esse processo foi marcado pela intensa participação da sociedade civil, “por meio de inúmeras reuniões regionais e nacionais para discussão e formulação dessa nova política nacional para o livro e a leitura, além das constituições dos representantes e conselhos regionais”. Para isso, criou-se a Câmara Setorial do Livro e da Leitura (CSLL), com o intuito de reunir e representar os diversos setores - governo (federal, estadual e municipal), universidades, professores, bibliotecários, escritores, ONGs e empresas privadas - que tivessem envolvimento com o assunto.

De acordo com Machado (2010, p. 95), no que se refere às informações sobre bibliotecas, “até bem pouco tempo só contávamos com o cadastro⁸ do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) o qual disponibiliza a relação de bibliotecas públicas conveniadas ao órgão”. Contudo, ainda em 2003, o MinC deu início à construção de um banco de experiências⁹ com o objetivo de mapear as ações em prol do livro e da leitura.

Já na área de produção de informações que subsidiassem as políticas, de acordo com Calabre (2009), a fim de suprir o déficit de informação organizada na área da Cultura e criar o *Sistema de Informação e Indicadores Culturais* (Sniic), o Ministério da Cultura (MinC) assinou um acordo de parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em dezembro de 2004.

⁸ <Endereço eletrônico: http://catalogos.bn.br/scripts/odwp012k.dll?INDEXLIST=snbp_pr:snbp>

⁹ <Endereço eletrônico: <http://www.pnll.gov.br/>>

O acordo gerou diversos resultados, como a inclusão de um bloco referente à cultura na Pesquisa de Informações Básicas Municipais em 2005, assim como a realização de um suplemento de cultura na mesma pesquisa, o *Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais* (MUNIC 2006)¹⁰, que percorreu todos os municípios brasileiros. Em 2009, foi publicado o anuário de estatísticas culturais – *Cultura em números*, “resultado da compilação de dados levantados em pesquisas desenvolvidas em parceria com o IBGE, o Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA) e outras fontes” (MACHADO, 2010, p.95).

As informações foram elementos primordiais para a elaboração de políticas públicas, sobretudo no campo da cultura, no qual o país sofria com a inexistência de informações de tal natureza. Estas seriam fundamentais para a produção e o acompanhamento das políticas culturais, assim como das ações e projetos (CALABRE, 2009, p. 125).

Em 2006, Ministério da Reforma Agrária, por meio da Secretaria do Desenvolvimento Agrário, criou o projeto *Bibliotecas Famílias Agrícolas*, com foco na distribuição de livros para as Escolas Famílias Agrícolas e Casas Familiares Rurais. Contudo, conforme Machado (2010, p.102), é possível constatar que

as ações governamentais voltadas para a área de bibliotecas não se restringem apenas ao MinC, outros órgãos e ministérios incluíram em seus programas ações que, de alguma forma, pretendiam potencializar esses espaços. No entanto, um problema se evidencia: a falta de articulação e sinergia entre as diferentes iniciativas.

Dando continuidade às ações implementadas pelo governo federal, em 2007, por meio do Decreto Federal nº 6.226, o Presidente da República instituiu o *Programa Mais Cultura*, com o objetivo de:

- I – ampliar o acesso aos bens e serviços culturais e meios necessários para a expressão simbólica, promovendo a autoestima, o sentimento de pertencimento, a cidadania, o protagonismo social e a diversidade cultural;
- II – qualificar o ambiente social das cidades e do meio rural, ampliando a oferta de equipamentos e dos meios de acesso à produção e à expressão cultural; e
- III – gerar oportunidades de trabalho, emprego e renda para trabalhadores, micro, pequenas e médias empresas e empreendimentos da economia solidária do mercado cultural brasileiro (BRASIL, 2007a, p. 1).

O *Programa Mais Cultura* ampliou o conceito dos Pontos de Cultura (ação do Programa Cultura Viva) e criou os *Pontos de Leitura* que, enquanto polo de articulação local,

¹⁰ <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura2006/>>

incorporaram as experiências das bibliotecas comunitárias, ou seja, aqueles espaços de leitura criados por pessoas ou grupos de pessoas, sem vínculo direto com órgãos governamentais, que tem por objetivo ampliar o acesso de uma determinada comunidade à leitura e ao livro” e que [...] deveriam ser articulados às bibliotecas públicas municipais [...], fortalecendo espaços públicos já constituídos, aproximando esferas que têm os mesmos ideais e que, de maneira sistêmica, terão melhores condições de enriquecer seus serviços, assim como sedimentar e multiplicar suas ações” (MACHADO, 2010, p.105).

Dentro das três linhas de ação previstas pelo Programa Mais Cultura, a primeira, “Cultura e cidadania” está voltada às bibliotecas públicas com o objetivo de “garantir o acesso dos brasileiros aos bens e serviços culturais” (BRASIL, 2007b). De acordo com Machado (2010), por meio dessa linha de investimento, vários editais foram abertos para que os municípios pudessem pleitear recursos para as bibliotecas públicas do país.

Ainda segundo Machado (2010), o Edital de Concurso Público nº 1/2009, “*Edital Mais Cultura de Modernização de Bibliotecas Públicas Municipais*”, por exemplo, destinou um total de 6,5 milhões de reais para a modernização de 200 bibliotecas de municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, cujo investimento se deu em mobiliário, equipamentos e acervo. Já o Edital de Concurso Público nº 3/2010, “Edital Mais Cultura de Apoio às Bibliotecas Públicas 2010”, disponibilizou R\$ 30.600.000,00 (trinta milhões e seiscentos mil reais) para investimentos em acervos, equipamentos, mobiliários e capacitação de pessoal de bibliotecas municipais já existentes; implantação de bibliotecas de bairro, distritais e/ou rurais; e, apoio às bibliotecas acessíveis.

Também em 2010, juntamente com a Diretoria do Livro, Leitura e Literatura (DLLL) do MinC, lançou o I Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais com o objetivo de identificar o perfil destes equipamentos culturais no Brasil. Desde então o SNBP vem trabalhando esses dados e validando as informações juntamente com os SEBP, com vistas a embasar as políticas, ações e investimentos públicos na área de bibliotecas no país.

Em 2012, o SNBP aderiu formalmente ao Programa Iberoamericano de Bibliotecas Públicas – IBERBIBLIOTECAS que tem por objetivo promover o acesso livre e gratuito a leitura e a informação de todos os cidadãos sem discriminação, por meio da formação de uma rede iberoamericana de cooperação em matéria de bibliotecas públicas.

Em 18 de março de 2014, a Ministra da Cultura, *Marta Suplicy*, assinou o lançamento de mais quatro editais para incentivo à leitura, formulados de forma integrada entre a

Secretaria do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e a Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas – DLLLLB em diálogo com a sociedade civil e que segundo *José Castilho e Fabiano Piúba*, tem como objetivo maior "formar um país de leitores".

Para apoiar esse objetivo, o total investido será de R\$6,6 milhões divididos em quatro ações: 1) Prêmio Boas Práticas e Inovação em Bibliotecas Públicas (R\$ 1.700.000,00); 2) Bolsas de Fomento à Literatura (R\$ 1.900.000,00); 3) Prêmio Leitura Para Todos: projetos sociais de Leitura (R\$ 1.500.000,00); 4) Circuito de Feiras de Livros e Eventos Literários (R\$ 1.500.000,00). Vale ressaltar que os objetivos desses editais têm relação direta com as metas do Plano Nacional de Cultura (PNC) voltadas às bibliotecas públicas.

As ações implementadas pelo SNBP são planejadas de acordo com as metas estabelecidas do Plano Nacional de Cultura (PNC). Atualmente, são 13 metas relacionadas às bibliotecas e, dentre elas, destaca-se a Meta 32, cujo objetivo é que 100% municípios brasileiros tenham bibliotecas públicas em funcionamento e atendendo à população.

Para atingir essa meta, o projeto “*Mais Bibliotecas Públicas – Apoio à instalação e qualificação de Bibliotecas Públicas*”, resultado do convênio entre a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e o Centro de Desenvolvimento e Cidadania (CDC) por meio SNBP, vêm realizando um processo de mobilização local a favor da ampliação do número de bibliotecas públicas no Brasil.

Para atingir estes objetivos, foi realizado um levantamento, análise e validação de dados sobre os municípios que estavam sem bibliotecas públicas. A partir disso, foram realizados mais de 20 encontros regionais, com 349 municípios de 18 estados, envolvendo um número aproximado de 1.300 pessoas, para mobilizar e sensibilizar os gestores públicos e a sociedade civil no intuito de ampliar o número de bibliotecas públicas no território brasileiro, além de reabrir o equipamento cultural nos municípios em que se encontra fechado.

De acordo com o site do SNBP, o trabalho envolve também a articulação entre os Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas (SEBPs) e as lideranças locais que participam da construção dos Planos Estaduais e Municipais do Livro e Leitura, assim como instituições não governamentais e coletivos que atuam na valorização e requalificação de bibliotecas públicas comunitárias e escolares.

Quanto aos investimentos, de 2004 a 2012, de acordo com o site do SNBP, foram investidos em:

- Contratos de comodato – Total dos investimentos: R\$ 96.673.800,33, por meio do *Programa Livro Aberto*, o SNBP/FBN apoiou 1.705 municípios na instalação de novas bibliotecas públicas;
- Investiu também na modernização de 682 bibliotecas públicas municipais, nas 27 unidades da federação com R\$ 20.542.543,10;
- Convênios – Total dos investimentos: R\$ 59.633.432,71, foram realizados 44 convênios com Estados e Municípios brasileiros que obtiveram repasse de recursos financeiros para apoiar a implantação e modernização de bibliotecas públicas e também a instalação de *Pontos de Leitura*;
- Prêmios – Total dos investimentos: R\$ 16.683.362,50, foram distribuídos 691 prêmios no período, sendo: 100 prêmios para modernização de bibliotecas públicas e 591 para instalação de pontos de leitura.

Em 2012, o SNBP investiu:

- R\$ 1.350.160,00 na modernização de 82 bibliotecas públicas com recursos da FBN;
- Distribuiu 250 kits de instalação/modernização de bibliotecas públicas referentes a contratos de comodatos estabelecidos entre a FBN e municípios brasileiros nos anos de 2008 a 2012.
- Investiu R\$ 500.000,00 no Projeto *Mais Bibliotecas Públicas*;
- Investiu US\$ 90.000,00 no Programa IBERBIBLIOTECAS;
- Doou para as bibliotecas públicas e comunitárias de todo o país 43.401 exemplares de obras produzidas com o apoio de leis de incentivo fiscal.

Em 2013, o SNBP investiu:

- R\$ 3.200.000,00 em 100 bibliotecas comunitárias e pontos de leitura;
- Modernizou 47 bibliotecas públicas municipais por meio da doação de mobiliário, equipamentos eletroeletrônicos e acervo, os quais haviam sido adquiridos com recursos de anos anteriores.
- Investiu R\$ 600.000,00 no Projeto Piloto *Bibliotecas em Rede* que atuará em seis bibliotecas públicas no Estado de Sergipe.
- Investiu US\$ 90.000,00 no Programa IBERBIBLIOTECAS.

- Doou para as bibliotecas públicas e comunitárias de todo o país 200.981 exemplares de obras produzidas com o apoio de leis de incentivo fiscal.
- Por meio de duas emendas parlamentares investiu R\$ 700.000,00 na área, sendo R\$ 600.000,00 para as bibliotecas públicas do estado de São Paulo e R\$ 100.000,00 para a biblioteca pública do município de Pinhais (PR).

Dentre os vários discursos em que o ministro Gilberto Gil (2003) apresentou a política do MinC, destacaram-se três desafios centrais do Minc em sua gestão: retomar o papel constitucional de órgão formulador, executor e articulador de uma política cultural para o país; completar a reforma administrativa e a capacitação institucional para operar a política; obter recursos indispensáveis à implementação da política.

Para Isaura Botelho (2007), na gestão Gil, depois de muitas idas e vindas do ministério, teve início um “processo de discussão e reorganização do Estado na área cultural”, com tentativas de recomposição de orçamento, melhor distribuição dos poucos recursos. Além disso, destaca também o investimento “na recuperação de um conceito abrangente de cultura”, considerando como fundamental a articulação entre cultura e cidadania, defendido também por Marilena Chauí (ver ano), além do peso que a cultura tem apresentado em termos da economia global do país (BOTELHO, 2007, p.128.).

3.2 PLANO NACIONAL DE CULTURA (PNC/2010)

Desde a década de 1966, no período do governo do presidente Juscelino Kubistscheck, que se discutia a necessidade da formulação, coordenação e execução de uma política cultural nacional. Uma das tentativas ocorreu com a criação do Conselho Federal de Cultura (CFC) em 24 de novembro de 1966, por meio do Decreto-lei nº74.

De acordo com o Ministério da Cultura (MinC), o Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010, tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo (até 2020) voltadas à proteção e promoção da diversidade cultural brasileira, expressa em práticas, serviços e bens artísticos e culturais determinantes para o exercício da cidadania, a expressão simbólica e o desenvolvimento socioeconômico do País.

Dentre os objetivos do PNC estão o fortalecimento institucional e a definição de políticas públicas que assegurem o direito constitucional à cultura; a proteção e promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural; a ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território; a inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico e o estabelecimento de um sistema público e participativo de gestão, acompanhamento e avaliação das políticas culturais.

Traçando um breve histórico do PNC, tem-se entre 2003 e 2005, no 1º mandato do governo Lula, o momento de articulação política e participação social com a realização de um conjunto de seminários, o “Cultura para Todos” em todo o país; a instalação e trabalho das Câmaras Setoriais, hoje Colegiados; a aprovação da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais; a criação da Agenda 21 da Cultura para as cidades e a aprovação da emenda constitucional que insere o PNC no art. 215 da Constituição Federal.

Em maio de 2004, durante o IV Fórum de Autoridades Locais de Porto Alegre para a Inclusão Social, no marco do Fórum Universal das Culturas – Barcelona 2004, os governos locais do mundo, comprometidos com os direitos humanos, a diversidade cultural, a sustentabilidade, a democracia participativa e a criação de condições para a paz se reuniram e aprovaram a Agenda 21 da cultura como documento norteador das políticas públicas de cultura e como contribuição para o desenvolvimento cultural da humanidade.

Houve também a realização da 1ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), realizada em dezembro de 2005, em Brasília, precedida por conferências regionais, estaduais, municipais e por reuniões setoriais realizadas nas cinco macrorregiões brasileiras, que contou com a presença de delegados e observadores, colegiados, dentre eles, o do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, além de convidados de todo o País para debaterem as propostas provenientes das Conferências Estaduais e do Distrito Federal, antecedidas pelas Conferências Municipais, Intermunicipais e pelos Seminários Setoriais de Cultura.

De acordo com o Relatório da 1ª CNC, que traz o quadro geral das conferências realizadas, com base em relatórios remetidos pelas comissões organizadoras de cada uma das conferências municipais, estaduais ou do Distrito Federal ao Ministério da Cultura, a 1ª Conferência Nacional de Cultura se traduziu num

esforço nacional inédito de participação da sociedade brasileira, de órgãos, gestores governamentais e mandatários do poder legislativo na discussão e na formulação de propostas para a construção de um Plano

efetivamente Nacional de Cultura. (RELATÓRIO DA 1ª CONFERÊNCIA..., 2006, p.3).

Entre 2006 e 2008, houve a apresentação do Projeto de Lei do PNC ao Congresso Nacional contendo em seus anexos uma proposta de plano composto por eixos, diretrizes e propostas prioritárias a serem implementadas; a realização de pesquisas no campo da cultura (IBGE e IPEA); a realização de seminários em todos os estados e fórum virtual e a criação do Conselho Nacional de Política Cultural, um órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério da Cultura que foi reestruturado a partir do Decreto 5.520, de 24 de agosto de 2005 e instalado em 19 de dezembro de 2007, tendo como finalidade propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional.

Já entre 2009 e 2010 aconteceu a 2ª Conferência Nacional de Cultura; a análise do Projeto de Lei do PNC na Comissão de Educação e Cultura e na Comissão de Constituição e Justiça do Congresso e em 2 de dezembro de 2010 ocorre a aprovação da Lei do PNC (Lei nº 12.343/2010), instituindo assim, o Plano Nacional de Cultura – PNC e cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC, além de outras providências.

Entre 2011 e 2012, o foco foi na formulação das metas do PNC, dos planos de ação para as metas e no desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Foram construídas, de forma coletiva, 53 metas envolvendo a sociedade civil e todas as unidades do Sistema MinC, contou também com a colaboração do Legislativo, tendo sua aprovação ocorrida em dezembro de 2011.

No período compreendido entre 2013 e 2014, houve o acompanhamento dos planos municipais e estaduais de cultura, incluindo o Distrito Federal, são os chamados Planos Territoriais que apresentam um diagnóstico da cultura naquele território e um conjunto de objetivos, estratégias, metas e ações que direcionam as políticas culturais de acordo com as especificidades de cada região, buscando um alinhamento com as metas do PNC.

Também ocorreu o processo de monitoramento das metas do PNC e a realização da 3ª Conferência Nacional de Cultura. Além da finalização do processo de revisão do PNC e publicação das alterações. De 2014 a 2020, o objetivo é realizar a elaboração dos Planos Plurianuais (PPA) com base nas metas do PNC revisado, continuar com o monitoramento das metas e realizar da 4ª Conferência Nacional de Cultura, culminando com a elaboração de novo PNC.

A Lei que criou o PNC previu metas para a área da cultura a serem atingidas até 2020. As atuais 53 metas foram estabelecidas por meio da ampla participação da sociedade e gestores públicos através de diversos fóruns e conferências de cultura realizados nos níveis da federação (municipal, estadual e federal). Dentre as metas do PNC, tem-se aquelas direcionadas à área de bibliotecas, a saber:

Meta 18 – Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura.;

Meta 19 – Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento;

Meta 20 – Média anual de 4 livros lidos fora do aprendizado formal por cada brasileiro;

Meta 22 – Aumento em 30% no número de municípios brasileiros com grupos em atividade nas áreas de teatro, dança, circo, música, artes visuais, literatura e artesanato;

Meta 25 – Aumento em 70% nas atividades de difusão cultural em intercâmbio nacional e internacional;

Meta 29 – 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência;

Meta 32 – 100% dos municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca pública em funcionamento;

Meta 34 – 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados;

Meta 35 – Gestores capacitados em 100% das instituições e equipamentos culturais apoiados pelo Ministério da Cultura;

Meta 41 – 100% de bibliotecas públicas e 70% de museus e arquivos disponibilizando informações sobre seu acervo no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC);

Meta 42 - política para acesso a equipamentos tecnológicos sem similares nacionais formulada;

Meta 43 - 100% das Unidades da Federação (UFs) com um núcleo de produção digital audiovisual e um núcleo de arte, tecnologia e inovação;

Meta 45 - 450 grupos, comunidades ou coletivos beneficiados com ações de Comunicação para a Cultura.

3.2.1 Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)

O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) foi instituído por meio da Portaria Interministerial Nº 1.442, de 10 de agosto de 2006, pelos ministros da Cultura e da Educação, Gilberto Gil e Fernando Haddad, respectivamente, dando continuidade a toda a mobilização e aos debates oriundos do Ano Ibero-americano da Leitura comemorado em 2005, que teve como fruto a criação do Prêmio VIVALEITURA, com o objetivo de estimular, fomentar e reconhecer as melhores experiências que promovam a leitura.

De acordo com o Minc, o Plano Nacional do Livro e Leitura teve sua origem em mais de 150 reuniões públicas em todo o País nos anos de 2005 e 2006, período em que sugestões para o Plano eram colhidas.

Participaram do debate representantes de toda a cadeia produtiva do livro – editores, livreiros, distribuidores, gráficas, fabricantes de papel, escritores, administradores, gestores públicos e outros profissionais do livro, bem como educadores, bibliotecários, universidades, especialistas em livro e leitura, organizações da sociedade civil, empresas públicas e privadas, governos estaduais, prefeituras e interessados em geral. O seu texto final foi aprovado em 19 de dezembro de 2006, em reunião da Câmara Setorial do Livro e Leitura (CSLL), com a participação de representantes do Estado e da sociedade.

O PNLL está constituído por diretrizes para uma política pública voltada à leitura e ao livro no Brasil (e, em particular, à biblioteca e à formação de mediadores), levando-se em conta o papel de destaque que essas instâncias assumem no desenvolvimento social e da cidadania e nas transformações necessárias da sociedade para a construção de um projeto de nação com uma organização social mais justa.

De acordo com Ministério da Cultura - MinC, essas diretrizes têm por base a necessidade de formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a estruturação de um país economicamente viável.

Está estruturado por meio de quatro eixos que orientam a sua organização, a saber:

- EIXO 1 - Democratização do acesso;
- EIXO 2 - Fomento à leitura e à formação de mediadores;
- EIXO 3 - Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico;

- EIXO 4 - Desenvolvimento da economia do livro.

Ainda de acordo com o Minc, pretende-se conferir a este Plano a dimensão de uma Política de Estado, de natureza abrangente, que possa nortear, de forma orgânica, políticas, programas, projetos e ações continuadas desenvolvidos no âmbito de ministérios, e em particular os da Cultura e da Educação, governos estaduais e municipais, empresas públicas e privadas, organizações da sociedade e, em especial, todos os setores interessados no tema.

Em 1º de setembro de 2011, o PNLL foi instituído por meio do decreto Nº 7.559, firmado pela presidente Dilma Rousseff, dando-lhe maior dimensão, por meio das 19 linhas de ações presentes dentro dos quatro eixos estratégicos, bem como definindo as formas de representação das instâncias de governo e sociedade civil, além das competências de cada uma dessas instâncias.

No período compreendido entre 2013 e 2014, com o objetivo de incentivar a criação dos planos para outras linguagens, foram realizadas uma série de orientações para a elaboração de planos setoriais de cultura, buscando garantir que as especificidades próprias de cada setor da cultura sejam observadas e atendidas pelas políticas públicas.

A formulação dessas políticas deve estar baseada em processos de consulta e participação da sociedade, como expresso no objetivo XIV do PNC (Artigo 2º, Lei 12.343/2010), o que reforça a necessidade de que o processo de elaboração e de tomada de decisão dos Planos Setoriais seja estruturado num amplo sistema de discussão e reflexão coletiva sobre a atual situação de cada setor.

São dezenove os setores culturais com representação no Conselho Nacional de Políticas Culturais – CNPC: arquitetura, circo, dança, música, arquivos, arte digital, design, patrimônio material, artes visuais, cultura afro, livro e leitura, patrimônio imaterial, artesanato, cultura indígena, moda, teatro, audiovisual, cultura popular, e museus.

Desses setores, até o momento, nove já possuem planos setoriais elaborados (circo; dança; música; artes visuais; livro e leitura; cultura indígena; teatro; cultura popular; e museus), sendo os formatos e estágios dos planos elaborados bastante diferentes entre si.

4 BIBLIOTECA PÚBLICA: CENTRO CULTURAL

4.1 BIBLIOTECAS PÚBLICAS: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

De acordo com Martins (2002), no decorrer de sua existência material e espiritual, o homem sentiu a necessidade da criação de um ambiente que permitisse armazenar, organizar, controlar e recuperar as informações, impedindo assim sua dispersão. Para alguns historiadores, a existência de "bibliotecas" antecedeu aos registros escritos, para outros surgiu concomitantemente a eles.

De acordo com Fonseca (2007), a palavra *biblioteca* vem do grego *bibliothéke*, e que no latim *bibliotheca*, tem como raiz βιβλίον (*biblíon*) e θήκη (*théke*). A primeira significa livro, apontando como a raiz latina *liber*, para a entrecasca de certos vegetais com a qual se fabricava o papel na Antiguidade. *Théke*, por sua vez, é qualquer estrutura que forma um invólucro protetor: cofre, estojo, caixa, estante, edifício.

O *Novo Dicionário da Língua Portuguesa (2009)* traz as seguintes definições: 1. coleção pública ou privada de livros e documentos congêneres, organizados para estudo, leitura e consulta; 2. Edifício ou recinto onde se instala essa coleção; 3. Estante ou outro móvel onde se guardam e/ou ordenam livros; 4; Processamento de Dados. Coleção ordenada de modelos ou rotinas ou sub-rotinas por meio da qual se podem resolver os problemas e suas partes. No *Novo Dicionário da Língua Portuguesa (2009)* também é usada em sentido institucional, designando órgãos da administração pública (a Biblioteca Nacional, a Biblioteca Pública Estadual etc.) ou privada e como título de coleções bibliográficas, e mesmo de obras individuais e coletivas.

Entre as bibliotecas que se destacaram, na Antiguidade, estão as egípcias, sendo a de Alexandria a mais famosa; as bibliotecas de Nínive e Rodes, na Mesopotâmia; a biblioteca de Pérgamo e de Atenas, na Grécia e as bibliotecas públicas romanas.

Quanto à criação, Battles (2003) destaca que a biblioteca de Alexandria, exemplo de grande influência exercida na cultura antiga, foi fundada durante o reinado de Ptolomeu Sóter, no século III a.C., para ser o espaço capaz de concentrar em si toda a sabedoria acumulada pelo mundo grego e reunir, num mesmo lugar, todos os livros da terra, ação que produziu efeitos intelectuais, influenciou os modos da escrita, da leitura e a forma de gerir a memória da humanidade.

Aliada a um museu e a uma academia, em termos atuais, essa biblioteca seria uma combinação de centro de pesquisa, editora, instituto de estudos linguísticos, museu e repositório cultural, funções essas que muitas bibliotecas de hoje ainda estão por alcançar. (BRAGA, 2004, p. 25).

Fora dos limites de Alexandria, na Antiguidade, Martins (2002) registra que, na Grécia, a primeira biblioteca foi estabelecida por Pisístrato (506-527 a.C.), com caráter de biblioteca pública e com finalidade de “reunir as obras de Homero e outros rapsodos para realizar o que hoje chamaríamos de primeira edição.” (MARTINS, 2002, p.76)

Quanto aos romanos, Martins (2002) destaca o seu grande interesse pela palavra escrita e oral:

é um povo militar e guerreiro, comerciante e prático, imediatista e político, que só admitia a palavra escrita ou oral, como instrumento da ação, que vai, no mundo ocidental, possuir as melhores bibliotecas e, em particular, as primeiras bibliotecas públicas. Nisto, aliás, neste último traço, está gravado o caráter de um povo, voltado para a conquista do mundo e capaz de imediatamente perceber a utilidade de todas as armas: com os romanos, o livro passa da categoria sagrada para a categoria profana, deixa de ser intocável para ser condutor, e, posto ao alcance de todos, é o veículo por excelência das ideias, dos projetos e dos empreendimentos (MARTINS, 2002, p.77).

Na Mesopotâmia, de acordo com Battles (2003), as informações contidas nas bibliotecas, diferente dos rolos de papiro de Alexandria, resistiram ao fogo porque tinham os livros gravados em argila. Seus acervos literários continham profecias, fórmulas de encantamento, hinos sagrados, peças literárias escritas em diversas línguas da Mesopotâmia. Essas bibliotecas chegaram ao seu apogeu durante o reinado de Assurbanipal II, que governou a Assíria no século VII a.C.. Foi ele quem organizou, na antiga cidade de Nínive, uma grande biblioteca que chegou a abrigar 25 mil placas, a qual era considerada amplamente organizada.

As bibliotecas antigas, no conjunto, são assim caracterizadas por Samaran¹¹(1939) citado por Martins (2002):

Os antigos povos do Oriente, por exemplo, os assírios e os egípcios, parecem ter conhecido apenas as bibliotecas religiosas, e a sua noção de biblioteca se confundia com a de arquivos; não se tratava de bibliotecas em que um público, mesmo restrito, fosse admitido à consulta; os livros eram reservados a oficiantes ou comentadores quase funcionários. Com os gregos, uma evolução se produziu. A biblioteca de Pérgamo, a de Alexandria foram sem dúvida, ao mesmo tempo, conservadoras de textos profanos e órgãos difusores do pensamento, sem que saibamos claramente se eram reservadas

¹¹ SAMARAN, Charles. La civilisation écrite. Encyclopédie Française. v.18. Paris: Larousse, 1939.

somente aos eruditos ou a um público mais largo. Eram, em todo caso, instituições oficiais, e o seu orçamento dependia das finanças públicas ou da lista particular do soberano. (SAMARAN, 1939 citado por MARTINS, 2002, p.74)

Com relação às bibliotecas medievais, Martins (2002) considera que foram simples prolongamento das antigas, tanto pela composição, quanto pela organização, natureza e funcionamento. Ele as denomina, de acordo com o poder de quem as mantém e por elas se responsabiliza, a saber: monacais, universitárias e particulares.

Nesse período histórico, conforme destaca Le Goff(2003), ocorreram profundas transformações, essencialmente em virtude da difusão do cristianismo como religião e como ideologia, exercendo forte monopólio sobre o funcionamento das bibliotecas.

Às monacais, situadas no interior dos conventos e dos mosteiros, competia, de acordo com Martins (2002), exercer o trabalho escriturário como dever piedoso, porém selecionando e condenando ao fogo as produções classificadas como pagãs.

Por outro lado, autores como Michon (1931)¹²e Dahl¹³ (1933 citados por MARTINS, 2002) reconhecem a importância do trabalho escriturário dos monges para a preservação de muitas obras da Antiguidade e para a própria origem do livro no Ocidente.

Em relação às bibliotecas universitárias da época, Bonnerot¹⁴ (1927 citado por MARTINS, 2002) as descreve como:

um lugar sagrado e augusto, no qual só se entra de beca e boné. Quando a leitura termina é aconselhável refletir e meditar, passeando devagar ao longo da galeria coberta que rodeia a biblioteca. Depois, quando as sombras da noite se adensam, cada um se recolhe à sua casa, visto ser proibido, por prudência trazer lanterna... (BONNEROT, 1927, citado por Martins, 2002, p. 90).

A existência do espaço sagrado e augusto nas universidades, contudo, ainda não significava que o acesso às informações estivesse socializado. Sobre as bibliotecas particulares, Martins (2002) aponta que elas eram mantidas por imperadores e grandes senhores, posteriormente transformadas em bibliotecas oficiais, empregando copistas para multiplicarem os manuscritos, como ocorreu nas bibliotecas bizantinas. Segundo o referido autor, teria sido a fuga dos monges e sábios de Bizâncio para o Ocidente, a responsável pelo

¹² MICHON, Louis-Marie; CALOT, Frantz; ANGOULVENT, Paul. **L'art du livre em France. Des origines à non jours**. Paris: Delagrave, 1931.

¹³ DAHL, Svend. **Histoire du livre de l'Antiquité à nos jours**. Paris: J. Lammare, 1933.

¹⁴ BONNEROT, Jean. *La Sorbonne. La vie, son rôle, son oeuvre à travers les siècles*. Paris: PUF, 1927.

acesso deste aos manuscritos greco-latinos, que tornaram possível o resgate dessa literatura para que houvesse a Renascença.

Constata-se, que, da Antiguidade até a Idade Média, “a figura do leitor era quase inexistente, pois os progressos instrucionais eram lentos, mesmo entre as classes privilegiadas e, dentre as finalidades das bibliotecas, não constava a difusão dos saberes para uma coletividade mais ampla” (BRAGA, p.24, 2004).

Martins (2002) reforça essa afirmativa quando diz que do ponto de vista intelectual, a humanidade se dividiu, por séculos e séculos, entre ‘clérigos’ e ‘laicos’, entre iniciados à palavra e os não iniciados, sendo compreensível que a presença de leitores circulando por espaços de leitura não fosse uma prática comum. A biblioteca de Nínive, por exemplo, tinha uma única porta para dar acesso ao interior do edifício, característica que a sacralizava como uma instituição inibidora do acesso aos leitores comuns.

A invenção da imprensa, entre 1450 e 1455, por Gutenberg (1398-1468), é considerada por muitos autores ponto decisivo para a criação de um grande conjunto de leitores e para o desenvolvimento de uma atividade de publicação intensa.

Parecia que se iniciava um afastamento do “culto aos mortos”, ao que era sagrado e que, por isso, merecia ser guardado e escondido, para celebrar a vida que, marcadamente, em relação às bibliotecas, se caracterizava pela laicização, democratização, especialização e socialização.

Sendo assim, do mesmo modo que o livro fora dessacralizado para tornar-se instrumento de trabalho, que a vida social se submetia cada vez mais aos documentos em vez dos dogmas, aos contratos em vez dos mandamentos.

Segundo Braga (2004), a partir do livro tipográfico (Século XV), várias transformações são verificadas nas comunidades leitoras e livrescas; como por exemplo, a sua proliferação. A autora comenta ainda os avanços mais acentuados na ciência e tecnologia, certa diminuição do analfabetismo, a criação de universidades e, conseqüentemente, a necessidade de atendimento aos estudos acadêmicos, os quais dentre outros fenômenos, contribuíram para uma revolução nas funções da biblioteca, que se torna, progressivamente, um centro de divulgação do saber.

A biblioteca passa a gozar, [...] do estatuto de instituição leiga e civil, pública e aberta, tendo o seu fim em si mesma e respondendo a necessidades inteiramente novas [...]foi o livro, ou seja, a biblioteca, um dos instrumentos mais poderosos da abolição do ‘antigo regime’” (MARTINS, 2002, p. 323-324).

A uma democratização do espaço, correspondia o preparo do ambiente para atender as especificidades próprias das necessidades sociais e das relações que os leitores, agora provenientes de classes diversificadas, passavam a ter com a leitura e a escrita. Desse modo, a biblioteca:

não apenas abriu largamente as portas, mas ainda sai à procura de leitores; não apenas quer servir ao indivíduo isolado, proporcionando-lhe a leitura, o instrumento, a informação de que necessita, mas ainda deseja satisfazer às necessidades do grupo, assumindo voluntariamente o papel de um órgão sobrecarregado, dinâmico e multiforme da coletividade. [...] (MARTINS, 2002, p.325).

O autor continua dizendo que, ao desempenhar esse papel, a biblioteca também amplia o sentido da palavra “pública”, que passa a não se aplicar só à biblioteca administrada por órgãos governamentais ou por entidades particulares, mas passa a ter uma noção de prestação de serviço público, entendido como “tudo o que deve comportar de flexibilidade e de adaptação a necessidades variadas”. (CAIN¹⁵, 1939, citado por MARTINS, 2002, p. 326).

Historicamente, a contemporaneidade começa com a Revolução Francesa, em 1789, e se prolonga até os nossos dias. É no século XIX que surge um novo tipo de biblioteca – a de empréstimo, em que a informação materializada nos livros passa a circular entre os usuários. O citado século foi palco de uma "segunda revolução gutenberguiana" encabeçada pela imprensa industrial, que contribuiu para a democratização da biblioteca e de seu aporte informacional, somente insinuada nos séculos precedentes.

Na medida em que acontecia a evolução social e tecnológica, diversificavam-se os instrumentos e o conteúdo de registros, de modo que a biblioteca pudesse acompanhar o desenvolvimento e estar disponível e apta a atender as necessidades diversificadas do público, que já não conseguia armazenar na memória individual o conteúdo das bibliotecas, tal era o seu volume. A hegemonia da escrita dava sinais de que se estabelecia mediante a necessidade de um mundo plural.

Assim, no início do século XX, “pode-se observar a proliferação da informação registrada em diferentes suportes, o que acaba por inviabilizar a manutenção de uma biblioteca domiciliar” (BRAGA, 2004, p.26). Então, “as bibliotecas tornam-se um recurso absolutamente indispensável, espaço de preservação e difusão [...]” (CHARTIER, 2002, p. 124-126).

¹⁵ CAIN, Julie. La civilisation écrite. In: Encyclopédie Française, v. 18. Paris: Larousse, 1939.

Contudo, a onda desenvolvimentista ainda reservava outra revolução instrumental: a II Guerra Mundial – que contribuiu para que a revolução eletrônica, segundo Le Goff (2003), viesse a se constituir num auxiliar no intuito de expandir o legado da humanidade, produzido por todas as áreas do conhecimento e sendo determinante para o seu progresso. Sendo assim, a biblioteca lança mão do recurso eletrônico para dar conta de novas necessidades, atenta, entretanto, a descartar o que se torna obsoleto e a incorporar a novidade.

Ao tratar do tema, Jacob (2008) traz uma definição ampla de biblioteca quando afirma que:

Lugar de memória nacional, espaço de conservação do patrimônio intelectual, literário e artístico, uma biblioteca é também o teatro de uma alquimia complexa em que, sob o efeito da leitura, da escrita e de sua interação, se liberam as forças, os movimentos do pensamento. É um lugar de diálogo com o passado, de criação e inovação, e a conservação só tem sentido como fermento dos saberes e motor dos conhecimentos, a serviço da coletividade inteira (JACOB, 2008, p.53).

Como nó de uma rede, a instituição biblioteca é o espaço onde circulam matérias que se tornam signos, que se revestem de significado. Ao coletar, preservar e disponibilizar informações oportuniza a resolução da contradição entre a presença num lugar e a ausência desse lugar, constituindo-se como intérprete e intermediário entre presença e ausência. Implica ainda compreender a natureza dos materiais utilizados na construção dos acervos, os agentes de conservação e os conceitos de serviços e sua disponibilização nos diferentes períodos históricos.

A biblioteca é:

O cruzamento paradoxal de um projeto utópico – fazer coexistir num mesmo espaço todos os vestígios de pensamento humano confiados à escrita – com as restrições técnicas, ergonômicas, políticas de conservação, de seleção, de classificação e de comunicação dos textos, das imagens e, hoje, dos sons (JACOB, 2008, p.10).

Além de ser lugar de memória na qual se depositam os extratos das inscrições deixadas pelas gerações, a biblioteca é:

espaço dialético no qual, em cada etapa dessa história, se negociam os limites e as funções da tradição, as fronteiras do dizível, do legível e do pensável, a continuidade das genealogias e das escolas, a natureza cumulativa dos campos de saber ou suas fraturas internas e suas reconstruções (JACOB, 2008, p.11).

Quando Jacob afirma que uma biblioteca só adquire sentido pelo trabalho de seus leitores, ele atenta para a possibilidade de metamorfose dos leitores e das leituras, das políticas de domínio e de comunicação da informação, em que:

cada leitor é levado a desenvolver estratégias de apropriação e de memorização, através das quais o saber extraído dos livros é reelaborado, classificado, pronto para ser novamente mobilizado na escrita de novos textos, instrumento de pesquisa, de reflexão e de compreensão do mundo (JACOB, 2008, p.12).

Milanesi (1997) reforça essa ideia quando relata que no seu interior [da biblioteca] “tudo é informação e toda informação é mutante: livros, discos, vídeo, telas, esculturas, objetos, a paisagem externa, formam um todo complexo e inter-relacionado” (MILANESI, 1997, p.17).

Nuñez (2002) amplia a missão da biblioteca, defendendo-a como:

um centro cultural, um lugar de encontro onde cabem todos os cidadãos, independentemente de sua idade, formação, sexo, classe social ou profissional. A biblioteca é para todos e, por isso, deve dar respostas às necessidades informativas, de entretenimento, etc., que solicitem. Essas necessidades devem formular-se tanto no continente (edifício) como no conteúdo (fundo documental de diferente suporte). (NUÑES, 2002, p.242)

Na obra “*Casa de Invenção*”, Milanesi (1997) discute a relação entre biblioteca e centro cultural e descreve vários casos de criação de casas de cultura no país. Segundo o autor, a política cultural estabelecida no Brasil a partir da década de 40 colocou as bibliotecas públicas dentro de uma categoria à parte, sem relações orgânicas com o tecido cultural. As bibliotecas estabeleceram-se como instituições a serviço unicamente da escola e de seus alunos, sem ter um objetivo específico nem desempenhar um papel próprio no campo das atividades culturais.

A biblioteca ficou como o lugar da coleção de livros e o centro cultural como o local de atividades menos convencionais e mais criativas, como o teatro e as exposições. Assim, criaram-se conceitos diferentes, separando o acesso ao conhecimento (bibliotecas) da criação de um conhecimento novo (centros de cultura).

Contudo, segundo Ramos (2008), desde o início dos anos 90, para a autora, já não é mais possível construir uma biblioteca pública e um centro de cultura, como entidades distintas, pois a primeira deixou de ser apenas uma coleção de livros e a segunda só pode

existir se as informações estiverem disponíveis. O caminho, portanto, é o do espaço polivalente, que integra o acesso ao conhecimento às ações de discussão, criação de novos conhecimentos e difusão de novas informações.

Nessa perspectiva, alguns autores, como Milanesi (1997), Cardoso & Nogueira (1994) e Nascimento (2004), sustentam que com a evolução tecnológica e desenvolvimento das TIC's (Tecnologias de Informação e Comunicação), foram criados novos mecanismos de acesso, seleção, organização e difusão das informações e, ao mesmo tempo, foram desenvolvidos outros modos de registrar e acessar a informação, relacionados ao aparecimento de novos suportes e mídias para registro; por isso, hoje, mais do que nunca, as bibliotecas públicas precisam evoluir do perfil tradicional para se tornarem, cada vez mais, centros culturais.

Neste contexto, o acervo tradicional composto por documentos em papel e coleções bibliográficas precisa ser superado, bem como o papel das estruturas envolvidas no processo informacional. É preciso diminuir os obstáculos entre o usuário e o acervo, especialmente quando se acessa a área da biblioteca, onde os documentos estão dispostos de modo a facilitar o acesso, e o público pode pegar, folhear, ler, ouvir, comparar e comentar as informações acessadas.

Para Nuñez (2002):

é muito importante saber que biblioteca queremos, que biblioteca consideramos a mais idônea para nossos usuários, qual vai ser o funcionamento da mesma e de cada uma de suas seções. Isso requer conhecer a fundo a cidade e o tipo de biblioteca que vamos planificar e outras características, como tipo de usuários tanto reais como potenciais, para adaptar a biblioteca a essas características (...) (NUÑES, 2002, p.243-244).

A ideia contemporânea de biblioteca é, portanto, a de um centro cultural. É o que afirma também Teixeira Coelho (1997):

se a biblioteca moderna e pré-moderna era o lugar da coleção, a biblioteca pós-moderna se apresenta (ou quer ser) como o lugar da informação, da discussão e da criação, rompendo vastamente com seus modelos passados (COELHO, 1997, p. 78).

Os centros culturais surgem como um modelo alternativo, que vem sendo desenhado e experimentado em diversos lugares do mundo. Abrigam, ao mesmo tempo, a identidade

individual e a coletiva, por isso a sua democratização é fundamental como instrumentos que possibilitam ao homem o contato com a produção cultural para fruir e produzir.

Campos (1995) afirma que as bibliotecas entendidas como centros culturais, são núcleos de uma expressão cultural viva, criados para propiciar e desenvolver uma dinâmica cultural, com o objetivo de favorecer uma ação cultural na qual importa a criação, e não apenas o consumo, de cultura.

A mesma questão também é observada por Botelho (2003) que, ao analisar os equipamentos culturais da cidade de São Paulo, descreve a situação das bibliotecas públicas da capital:

pertencentes à esfera municipal, a maioria das bibliotecas têm ações que ultrapassam suas obrigações tradicionais, mantendo projetos para públicos específicos, tais como os de estímulo à leitura, voltado para crianças, assim como projetos para a terceira idade. Desenvolvem, ao mesmo tempo, uma gama de atividades ligadas às artes (dança, música, teatro, por exemplo). Algumas têm um núcleo Braille, outras mantêm pequenos museus ligados à história do bairro. Uma delas mantêm sessões semanais de cinema, numa região em que não há nenhuma sala cinematográfica comercial. Ou seja, percebe-se um esforço de se responder a demandas mais amplas do que simplesmente colocar livros à disposição de consulentes, funcionando, em alguns casos, como pequenos centros culturais (BOTELHO, 2003, p.6).

Portanto, dentro de uma concepção contemporânea, as bibliotecas públicas, enquanto centros culturais, devem buscar caminhos para que sua atuação seja a de um centro aglutinador, gerador e disseminador de ações culturais e de informação. Para Milanesi (1997), o que caracteriza esses espaços é a reunião de produtos culturais, sejam de que natureza forem, a possibilidade de discuti-los e a prática de criar novos produtos. São, portanto, espaços para conhecer, discutir e criar. “Quem entra num centro cultural deve viver experiências significativas e rever a si próprio e suas relações com os demais” (MILANESI, 1997, p. 28).

Quando pensamos nas bibliotecas que vêm atuando como centros culturais espalhados pelo mundo, é possível observar uma tendência para o acúmulo de funções; o uso da tecnologia de forma a propiciar a criação de ambientes interativos e a espetacularização da cultura e da arte, visto que a cultura necessita de um espaço para si, pois é aquela que nasce da inquietação, do conhecimento, da reflexão compartilhada. Como coloca Milanesi, “os centros culturais são espaços para cultivar a capacidade de romper e criar” (MILANESI, 1997, p. 145).

Assim, os centros de cultura são espaços que aglutinam atividades de criação, reflexão, fruição, distribuição de bens culturais. Constituem um núcleo articulador e gerador de ações culturais de criação. Devem dispor de infraestrutura que permita o trabalho cultural e devem propiciar o encontro criativo entre as pessoas.

Para Teixeira Coelho (1997), estes centros têm que criar condições para o surgimento de uma cultura viva, uma cultura que se faz pela experiência, que implica em consciência, entrega, disciplina e comprometimento. Uma cultura viva é construída pelos próprios sujeitos, em interação com outros sujeitos, com a obra de arte, com a informação; inseridos em um processo crítico, criativo, provocativo, grupal e dinâmico.

Ramos (2006) afirma que sejam quais forem as condições de atuação, o centro de cultura deve ser um espaço de descoberta, de desvelamento da realidade. Um centro de cultura deve fazer uma clara opção pelo indivíduo numa situação coletiva; ele só tem razão de existir se está comprometido com a formação de sujeitos e sua inserção na coletividade, valorizando ao mesmo tempo a diversidade e a individualidade.

Primeiramente, as bibliotecas públicas devem se apresentar como sendo um espaço da comunidade, interagindo com os acontecimentos locais, onde as pessoas devem se sentir convidadas a entrar e participar; tais centros culturais devem estimular seus frequentadores a expressarem o que percebem e sentem, devem possibilitar que todos participem ativamente como criadores e se apropriem do espaço.

Ainda segundo Ramos (2006), os centros culturais são o lugar onde a experiência deve se dar e, por isso, deve haver espaço para se fazer circular ideias, sons, imagens, pensamentos que propiciem que o frequentador explore sua própria subjetividade e se encontre com suas próprias emoções.

Desta forma, estes espaços, segundo Cenni (1991), devem proporcionar algo que vá além dos modelos escolares, das propostas eruditas e das práticas desinteressadas do lazer. Pois, “a função do centro cultural é procurar reativar as diferenças, diversificar o pensamento e mostrar que há outras formas de se olhar para o mundo além dos discursos oficializados pela escola, pela instituição e pela mídia” (CENNI, 1991, p. 199).

A biblioteca pública pode, através da ação cultural, fazer com que as pessoas tomem consciência de si mesmas diante de si mesmas e do coletivo. E como a experiência da vida social situa-se, em sua maior parte, em grupos, o centro cultural deve promover trabalhos com grupos, utilizando a matéria cultural do coletivo, de modo a propiciar a conscientização da pessoa e da sociedade.

O centro cultural deve promover encontros, debates, estimular e favorecer a convivência, como é colocado por Widmer¹⁶ (1979), “implantadas num contexto urbano ou em região metropolitana, oferecem o lugar apropriado de encontro e transformação [...] dos homens entre si. Têm a finalidade da transformação de um privilégio em bem comum” (WIDMER, 1979, p. 32, citado por RAMOS, 2008, p.97).

Para o referido autor, o centro cultural é um instrumento de prática ideológica e política, e não um posto de serviço ou um centro de compras culturais. Não deve estar vinculada a uma camada ou classe social, mas também não pode ser apolítica ou neutra em suas ações. Milanesi (1997) também toca na relação entre o centro e a cidade; para ele, o centro cultural deve estar conectado à cidade, deve estar atento e responder às demandas e anseios dos cidadãos, deve propiciar o encontro entre as pessoas e a cidade, deve possibilitar o entendimento dos acontecimentos contemporâneos e deve prestar serviços à população (fornecer informações e dados, esclarecer dúvidas, facilitar o acesso).

As bibliotecas públicas vistas sob a perspectiva de centros culturais, são instituições que nasceram no contexto da Sociedade da Informação, e que por isso, devem estar atentas às mudanças sociais, necessidades coletivas e formulações culturais características do mundo contemporâneo. Para Ramos (2006), questões como globalização, tecnologias de informação e comunicação, identidade cultural e a importância da informação e do conhecimento estão na ordem do dia e devem estar contempladas nas ações e na própria maneira como esses espaços se organizam e atendem a seus usuários.

Ainda segundo Ramos (2006), os centros culturais atuam como espaço de encontro, experimentação e reflexão, mas, também como equipamento disseminador de informação. Isso acontece quando divulga suas atividades entre os usuários; quando promove seminários e debates; quando possibilita o acesso à internet e disponibiliza para seu público equipamentos multimídia; quando promove lançamento de livros, sessões de cinema, etc. Enfim, ao mesmo tempo em que realiza a ação cultural, o centro realiza a ação informacional.

Para Teixeira Coelho (1986), uma das principais funções atribuídas a um centro de cultura é permitir a liberdade de chegar ao conhecimento e de discuti-lo. O acesso à informação, sua amplificação através da discussão e da análise, seu registro e preservação, a construção de informações novas e a disseminação das informações construídas estão entre as muitas ações que devem ser realizadas no interior desse espaço de cultura. Isso porque,

¹⁶ WIDMER, Ernst. Problemas da Difusão Cultural. In: Cadernos de Difusão Cultural. Salvador: Universidade Federal da Bahia –UFBA, 1979.

cultura e informação, no mundo contemporâneo, são duas faces de uma mesma moeda, a ação informacional está implícita nas atividades promovidas pelos centros de cultura.

Silva (1995) caracteriza o centro cultural como um organismo de informação, pois seria um local onde as pessoas encontram as informações úteis no dia-a-dia. Para ela, o centro cultural:

visa reunir bens culturais e colocá-los à disposição do público. [...] Entretanto, ele quer mais, quer ser um espaço de criação de novos bens. Isto garante a sua funcionalidade. Ao reunir os bens culturais pode se promover também a sua reinterpretação. O conhecimento adquire um caráter dinâmico. [...] Tudo passa a ser informação (SILVA, 1995, p.46).

Para Teixeira Coelho (1986) e também Milanesi (1997), os centros devem realizar ações que integrem três campos comuns ao trabalho cultural: criação, circulação e preservação. Para o primeiro campo, devem-se incorporar ações que visam estimular a produção de bens culturais. Devem-se promover oficinas, cursos e laboratórios; deve-se investir na formação artística e na educação estética de modo a possibilitar o contato sensível com o mundo, a ampliação das percepções e o aprendizado das diferentes formas de expressão artística.

Outra responsabilidade que os centros culturais têm é com a distribuição dos bens culturais e a circulação de informação. Uma vez produzido o bem cultural este deve ser tornado público, através de ações que possibilitem a participação da sociedade. A circulação do bem cultural e da informação, de acordo com Milanesi (1997), cria novas demandas culturais e informacionais, e esta é uma condição básica do trabalho cultural.

Da mesma forma, as demais funções a que se destinam os centros de cultura, como formação artística, estética e de público; fruição e recepção crítica de bens culturais; reflexão e construção da identidade estão ancoradas no acesso à informação. Por isso, Milanesi (1997) entende que os três verbos fundamentais a serem conjugados num centro de cultura são: informar, discutir e criar.

Informar seria o primeiro verbo conjugado num centro de cultura. A informação deve estar organizada e acessível. O centro deve disponibilizar a mais variada coleção de registros do conhecimento humano, apresentados em livros, jornais, revistas, fotos, discos, filmes e tantos outros tipos de suporte quanto a tecnologia permitir. As informações devem ser organizadas com os recursos da informática, que ficam mais baratos a cada dia e que permitem o acesso via computador e internet. (RAMOS, 2006, p.103)

Ainda segundo a mesma autora, outro verbo importante a ser conjugado num centro cultural é: discutir. O centro de cultura deve abandonar a postura passiva das antigas bibliotecas, que organizavam as informações para atender a uma demanda e passar a oferecer a oportunidade de reflexão e crítica. Devem ser organizados seminários e ciclos de debates para que a ação de discutir potencialize a informação e, desta forma, se torne peça fundamental da ação cultural.

Por fim, o terceiro verbo, criar, é aquele que dá sentido aos demais. É, segundo Ramos (2006) o objetivo primeiro de um centro cultural, que deve ser gerador de estímulos, de novos discursos, de novas propostas. Assim, junto ao acervo e às atividades de discussão, deverão estar disponíveis salas para oficinas, laboratórios, experiências criativas, onde os frequentadores possam investigar, propor, expressar-se. A invenção, segundo Milanesi (1997), só é possível mediante um trabalho de organização de estímulos e eliminação de obstáculos à liberdade de expressão. Os centros culturais, “indo contra os preceitos que pedem aos homens que não inventem, que não ousem, que não saiam da rotina, devem centrar na invenção de discursos o seu objetivo. Ou há criatividade ou não existe ação cultural” (MILANESI, 1997, p.181).

Assim se dá, nestes espaços, o ciclo da ação cultural:

o público tem acesso às informações, as elabora e discute para, finalmente, criar seu próprio discurso, expressá-lo por meio de diversas linguagens expressivas e, sempre que possível, registrá-lo para possibilitar a uma ação cultural contínua e permanente (RAMOS, 2006, p. 104).

Para Milanesi (1997), no que diz respeito à informação, a preocupação básica de um centro cultural deve ser com a gerência da informação para uma determinada coletividade e não com a gerência de um acervo. O acervo é posto a serviço da coletividade, mas a ação que objetiva informar vai muito além dos limites de uma coleção. O autor afirma que a base de toda atividade cultural é a disponibilidade de informações. É um equívoco imaginar que o desenvolvimento (do que quer que seja) se fará sem o controle da informação localizável e de fácil acesso, pois, nada poderá ser inventado sem que se conheçam as invenções precedentes.

É preciso, essencialmente, conhecer o que já foi criado para poder criar uma nova expressão. Mas nada disso seria possível, no mundo atual, sem a organização, o acesso e a distribuição da informação. Por isso, o centro cultural, além de local de encontro, criação e

fruição estética, deve ser um banco de informações culturais, com seu acervo bibliográfico, sua hemeroteca, discoteca e videoteca.

De acordo com Ramos (2006), nesse processo de promover acesso e a transmissão do conhecimento, os autores alertam para a necessidade de se levar em conta o perfil do usuário, suas demandas informacionais e o uso que cada frequentador do centro cultural faz da informação ali recebida ou acessada, pois, “a informação seria traduzida em conhecimento quando de sua assimilação e incorporação ao mundo do receptor, e aquele, por sua vez, a convertesse em ação” (NASCIMENTO, 2004, p.42-43).

Cenni (1991) propõe que os centros culturais funcionem como um espaço de “congestões” culturais, ajudando as pessoas a digerirem os milhares de produtos culturais e informações transmitidas pelos meios de comunicação de massa. A principal função destes espaços, nesta perspectiva, seria a de auxiliar as pessoas a processarem os símbolos presentes em sua cultura, capacitando-se para dialogar com estes símbolos e, inclusive, tornarem-se produtores de novos símbolos, novas significações e novas atitudes. Assim, “os centros culturais poderiam funcionar como um espaço de leitura crítica, apropriação, conciliação e intervenção na contemporaneidade, propondo uma relação de diálogo com a cidade, a comunidade, as pessoas, o seu entorno” (CENNI, 1991, p.206).

Segundo Ramos (2006), originando-se nas bibliotecas tradicionais, os centros de cultura têm a função primordial de garantir o direito à informação, de permitir a liberdade de chegar ao conhecimento, discuti-lo e produzir novo conhecimento. A informação é a matéria-prima da cultura dos homens contemporâneos. É forma e fundo, é linha e tecido, é também o divisor de águas.

Assim, cabe às bibliotecas públicas, enquanto espaços de invenção e criatividade, fornecer aos seus usuários a matéria-prima para transformar a realidade em que vivem e, desta forma, possibilitar que cada um, junto com todos, possa apropriar-se de sua cultura. A matéria-prima, no mundo contemporâneo, é a informação produzida, transmitida, preservada. Essas instituições, nos moldes dos centros de cultura, caracterizam-se, então, como legítimos centros de informação.

4.2 BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS

De acordo com Santos (2010), diante da escassez de documentos e da existência de poucas pesquisas sobre a temática, pouco se sabe sobre a existência de livros e bibliotecas na primeira metade do século XVI no Brasil, já que “os livros no Brasil Colonial eram escassos, devido à proibição de Portugal de se instalar uma tipografia no país e da censura imposta pela Inquisição Católica” (SANTOS, 2010, p.52).

Deve-se a Moraes (1979) o levantamento mais eficiente e detalhado das bibliotecas existentes no Brasil no período colonial, em que, segundo ele, nos três primeiros séculos de colonização, o país contava com bibliotecas dos mosteiros, conventos e de colégios religiosos bem como de bibliotecas particulares, do qual não há muitas informações sobre essas nos séculos XVI e XVII. De acordo com Martins (2002), poucas pessoas livres possuíam livros e estas eram, principalmente, de Minas Gerais: padres, advogados e cirurgiões possuíam as maiores e melhores bibliotecas.

Santos (2010, p.51) afirma que “o aparecimento de livros, instituições de ensino e, posteriormente, as bibliotecas, só ocorrerão a partir de 1549 com a instalação do Governo Geral, em Salvador(Bahia)”. Foi a partir dessa data que, de fato, iniciou-se o sistema educacional no Brasil, com o estabelecimento dos conventos de diversas ordens religiosas, principalmente da Companhia de Jesus – e, conseqüentemente, a formação dos primeiros acervos no país.

De acordo com Santos (2010, p.51), no Brasil, a história das bibliotecas até o início do século XIX pode ser resumida em três etapas sucessivas. “Inicia-se com as bibliotecas dos Conventos e Particulares, passa-se pela fundação da Biblioteca Nacional e chega-se até a criação da Biblioteca Pública da Bahia”.

Segundo Fonseca (2007), no Brasil Colônia, meados do século XVI, as primeiras bibliotecas brasileiras foram organizadas pelos jesuítas que concentravam os livros nos Conventos, principalmente dos padres da Companhia de Jesus, a começar pelo da Bahia que, no princípio tinha caráter privativo e com o tempo se tornou público. Também na Bahia surgiu a primeira biblioteca monástica, com a fundação, em 1582, de um mosteiro beneditino. Outras ordens religiosas foram se estabelecendo no Brasil – franciscanos, carmelitas, oratorianos, mercedários – e, com elas, novas bibliotecas. Sendo assim, até metade do século XVIII, as bibliotecas dos Conventos foram centros de cultura e formação intelectual dos jovens brasileiros.

A existência de uma vida cultural mais significativa passou a ocorrer a partir do século XVIII, que segundo Moraes (1979), estava concentrada no norte do país, sendo lá o início da produção literária, período que ele chamou de “Idade Média Brasileira”.

Em 1773, de acordo com Souza (2005), houve a extinção da Companhia de Jesus pelo Marquês de Pombal que expulsou dos Jesuítas do Brasil, confiscou seus bens, e com isso, as Bibliotecas Jesuítas tiveram seus acervos amontoados em lugares impróprios durante anos, até que se findassem os inventários dos bens e sua destinação final.

Segundo Santos (2010, p.53), na passagem do século XVIII para o XIX,

a leitura e os livros foram tornando espaço no Brasil. Muitas pessoas passaram a reservar mesas e móveis para os livros e, posteriormente um cômodo. Foram instaurados também lugares especiais para os livros, como bibliotecas e livrarias. A leitura oral, pública ou privada, proliferou e os livros passaram a serem lidos e debatidos.

Em 1810, instala-se no Rio de Janeiro, a Biblioteca Real trazida durante a transferência da família real portuguesa para o Brasil, com um acervo de 60 mil peças, entre livros, manuscritos, estampas, mapas, moedas e medalhas para o Brasil. Sendo oficialmente inaugurada em 13 de maio de 1811, data de aniversário de D. João, nas instalações do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, sendo franqueada apenas aos estudiosos mediante prévia solicitação. Só em 1814, a biblioteca foi aberta ao público e em 1821 foi publicado seu estatuto, que com 32 artigos, pouco difere da maioria dos regimentos de algumas das bibliotecas públicas criadas anos depois. Com a Independência do Brasil, passou-se denominar Biblioteca Nacional.

De acordo com Souza (2005), a biblioteca permaneceu por quase 50 anos em um prédio inadequado, enfrentando problemas de orçamento, graves deficiências no tratamento do acervo, despreparo e má remuneração dos funcionários e falta de segurança. Somente em agosto de 1858, a Biblioteca Nacional se mudou para o Largo da Lapa, depois da insistência de um dos seus diretores, o monge beneditino Camilo de Montserrat.

Contudo, diante das obras de expansão do acervo e com o desenvolvimento da produção editorial, a generalização do depósito legal, as compras e doações de grandes coleções, além do crescimento da população letrada, foram exigidos espaços mais amplos e acondicionamentos apropriados às diferentes espécies documentais. A biblioteca só teve um prédio próprio e definitivo em 1910, quando mudou-se para a Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro.

Em 13 de maio de 1811, inaugura-se a Biblioteca Pública da Bahia, na administração de D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos e então Capitão-General da Província da Bahia. Surge por iniciativa de um rico senhor de engenho, *Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco* e de um grupo de homens cultos, que criam um plano – “*Plano para o estabelecimento de huma biblioteca publica na cidade de S. Salvador Bahia de Todos os Santos*”, impresso pela conhecida Typographia de Manuel Antônio da Silva Serva - e inspirado, ao que parece, nas bibliotecas públicas que apareceram durante o século XVIII nos Estados Unidos e na Europa.

De acordo com Moraes (1979), era a primeira com um caráter verdadeiramente público uma vez que as dos Conventos não eram públicas e a Real Biblioteca do Rio de Janeiro já existia em Lisboa e tinha sido apenas transferida de sede.

Ainda segundo Moraes (1979), a biblioteca da Bahia, contou inicialmente com apenas quatro mil livros, sendo três mil em língua francesa, e vivia das doações de sessenta provincianos, seus primeiros sócios, no valor anual de dez mil Réis cada. Tendo como primeiros diretores, *Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco* e *Dr. José Avelino Barbosa e Lúcio José de Matos*, bibliotecário.

Após passar por intempéries diversas (falta de recursos financeiros, pragas, incêndios, mudanças de instalações, alagamentos) teve seu verdadeiro renascimento em 1939, segundo Moraes (1979), quando Jorge Calmon assumiu a direção da biblioteca e durante três anos de trabalho e dedicação total à instituição, conseguiu dar-lhe vida nova, integrando-a nas modernas tendências do pensamento contemporâneo e justificando assim, o seu título de biblioteca pública.

A partir de então, de acordo com Fonseca (2007), várias outras iniciativas governamentais surgiram para criação de bibliotecas em meados do século XIX, surgindo outras bibliotecas estaduais no Brasil, como as de Sergipe (1851), Pernambuco (1852), Espírito Santo (1855), Paraná (1857), Paraíba (1858), Alagoas (1865), Ceará (1867), Amazonas e Rio Grande do Sul (1871).

Contudo, foram criadas sem levar em consideração a definição de uma infraestrutura adequada, culminando com instalação de bibliotecas em “[...] locais improvisados, acervo desatualizado e composto de doações, instalações precárias, carência de recursos humanos adequados etc. [...]”(SUAIDEN, 2000, p. 52).

Fonseca aponta que “depois de alcançar períodos de esplendor, a maior parte dessas bibliotecas entrou em decadência, vítimas, talvez, da burocracia governamental” (FONSECA, 2007, p. 57).

“Tendo o livro como principal produto, a história das bibliotecas brasileiras ao longo da República Velha e da Primeira República [...] contou com um retraimento de usuários devido ao ensino precário e de acesso restrito” (Braga, 2004, p. 30), sendo poucas as pessoas eruditas que se interessavam pela informação bibliográfica, já que, segundo Gomes (1983), o contexto exigia o fornecimento de informações utilitárias e de cidadania para beneficiar grande percentual da população que era analfabeta. Observa-se assim, que a ideia de biblioteca pública brasileira já nasceu desvirtuada em relação à realidade, onde existem desnivelamentos regionais marcantes.

Ao tratar de biblioteca pública, enquanto local inegável aberto a transmissão do conhecimento, que oferece oportunidades para o cidadão, o *Manifesto da Unesco* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) traz a seguinte definição e diretrizes:

a biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros. Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. [...] Todos os grupos etários devem encontrar documentos adequados às suas necessidades. As colecções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriados assim como fundos tradicionais. É essencial que sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As colecções devem reflectir as tendências actuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade e o produto da sua imaginação. As colecções e os serviços devem ser isentos de qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa e de pressões comerciais (MANIFESTO DA UNESCO SOBRE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, 1994).

Esse Manifesto retrata a biblioteca pública como força em prol da educação, da cultura e da informação, além de instrumento indispensável para promover a paz e a compreensão entre povos e nações, sendo, pois, considerada como uma necessidade de qualquer sociedade. Porém, “para que ela se faça útil, deve estar de acordo com os determinantes econômicos, políticos e culturais da população a que se destina” (BRAGA, 2004, p.31).

De acordo com Shera (1976)¹⁷, em sua obra *Introduction to Library Science*, a ideia da verdadeira biblioteca pública surgiu no começo do século XX, com o movimento liderado por Horace Mann e Henry Barnard, em favor da educação para todos os segmentos da sociedade. Para esses educadores, o programa nacional de educação somente se completaria com o estabelecimento de bibliotecas para todo o povo, enfaticamente consideradas “a glória suprema de nossas escolas públicas”.

Embora Milanesi (1989) afirme que a ideia de biblioteca como depósito de livros ou coleção já está “morta há várias décadas (...) desde que o suporte da informação superou a forma do livro e da própria escrita” (MILANESI, 1989, p.188); a realidade brasileira é outra. A maior parte das autoridades brasileiras – federais, estaduais e municipais – ignora o papel da biblioteca pública apontado por um manifesto da Unesco¹⁸: a biblioteca como força viva para a educação popular.

Enquanto países mais desenvolvidos continuam apoiando as bibliotecas públicas,

as bibliotecas públicas brasileiras são antes bolorentas repartições estaduais ou municipais do que, como na América do Norte e na Europa, órgãos dinamicamente integrados em programas sistemáticos de educação, informação, cultura e lazer. Fossem nossas autoridades educacionais conscientes da importância que as bibliotecas públicas podem exercer, por exemplo, na alfabetização de adultos e na educação permanente – importância proclamada pela Unesco desde suas primeiras publicações e comprovada em países dos mais diferentes níveis econômicos[...] (FONSECA, 2007, p.56).

De acordo com Milanesi (1989), esse subdesenvolvimento já começa nas escolas que, mesmo tendo uma biblioteca, não sabe o que fazer com ela, pois dentro do sistema de ensino que prevalece não há lugar para ela, sendo na maioria das vezes mantidas sob a tutela de professores afastados da sala de aula.

Milanesi (1989, p.87) ainda faz duras críticas afirmando que “é na escola que se aprende a ler e, paradoxalmente, a não ter prazer pela leitura e, mais grave, a ler os livros sem, ao mesmo tempo, ler a vida. O livro na escola brasileira ainda é instrumento de aprovação”.

Com a reforma do ensino de 1º e 2º Graus, através da Lei 5.692/71, que tornou obrigatória a pesquisa por parte do estudante e em razão da carência de bibliotecas nas escolas, os alunos passaram a utilizar as poucas bibliotecas públicas existentes, levando-se ao

¹⁷ SHERA, Jesse. **Introduction to Library Science**: basic elements of library service. Colorado: LibrariesUnlimitedInc, 1976.

¹⁸UNESCO. *La biblioteca pública, fuerza viva para la educación popular*. Paris: 1959.

fenômeno da escolarização da biblioteca pública que, desde então, passou a priorizar o atendimento à classe estudantil em detrimento de outros segmentos da comunidade que também necessitavam dos serviços bibliotecários.

Assim, as bibliotecas públicas, que, teoricamente, serviriam à maioria da população, durante décadas se voltaram quase que exclusivamente para o atendimento do público dos estudantes em estado de pesquisa, deixando de lado o seu papel básico: prestação de serviços à coletividade no âmbito do interesse geral; além de não receberem incentivos que as fizessem sair de secular imobilismo.

Embora o Manifesto da Unesco sobre as Bibliotecas Públicas (1994) defenda que elas atuem como um centro de informação para a coletividade, um espaço que se abre para o lazer; e de preservação da memória, sabe-se que a biblioteca pública ainda permanece distante dessas formas de ação. É preciso que essas bibliotecas direcionem o seu acervo e atividades a fim de atender aos desejos de seus usuários.

Milanesi (1989) é bem enfático quando diz:

[...] se o povo não procura a biblioteca, como poderá construí-la no dia-a-dia? Se o povo não tem escolas adequadas, como pensar em bibliotecas públicas? Enfim, se a população tem necessidade de proteína, valerá que se alimente de livros? (MILANESI, 1989, p.93).

Sendo assim, ele afirma que a biblioteca não pode ser algo distante da população como um posto médico que ela procura quando tem dor. “Ela deve ser um local de encontro e discussão, um espaço onde é possível aproximar-se do conhecimento registrado e onde se discute criticamente esse conhecimento”. (MILANESI, 1989, p. 93). Caso contrário, haverá acervos inúteis ou enciclopédias para estudante copiar verbetes.

Não é possível pensar a biblioteca hoje sem que se considere a liberdade de acesso à informação como um direito humano para o exercício do pensamento criador. Sendo assim, Milanesi destaca que há um círculo perpétuo:

a informação produzida é organizada e colocada à disposição de um determinado público. Esse tem acesso aos dados, combinando-os, fazendo análise e crítica. Essa ação pode gerar um novo produto informativo que, por sua vez, deve ser integrado num serviço que permite o acesso do público (MILANESI, 1989, p.97).

A biblioteca, enquanto espaço de informação, acompanhou a evolução do aumento significativo do número e da variedade de documentos produzidos no século XX, abrindo espaços para essas novas possibilidades de conhecer, estabelecendo novas formas de organização, permitindo ao público o acesso livre à informação.

Contudo, a maioria dos governos estaduais e municipais, que quase sempre explicam que os poucos investimentos no segmento se deve à falta de recursos, continuam, por vezes, dando prioridade a realizações menos importantes, onde na relação, quase sempre polêmica, entre o custo e o benefício, a biblioteca ora surge como um supérfluo caro ou como uma necessidade relativamente barata, de acordo com a ótica dos gestores públicos.

Milanesi (1989) afirma que a questão do espaço é complexa, pois dependendo da visão que se tem da biblioteca, alguns gestores arquitetam um espaço que se resume basicamente em dois ambientes: o depósito de livros e o local de leitura, além de salinhas secundárias, sendo raro se pensar a biblioteca como um espaço para a circulação de pessoas entre informações (livros, revista, vídeo, palestra, filme, recital, jornal...). Os poucos investimentos com a parte da arquitetura é justificado, às vezes, pela ideia de que fazer cultura não exige, necessariamente, grandes investimentos.

Outro problema destacado por Milanesi (1989) ainda na década de 1980 e que continua afetando diretamente o desenvolvimento das bibliotecas brasileiras é a mão-de-obra, já que a maioria das bibliotecas públicas brasileiras não possuem bibliotecários em seus quadros de funcionários.

Quem exerce a função geralmente são funcionários das prefeituras sem a formação e os requisitos adequados para tal, além da falta de formação contínua dos mesmos. Há ainda, a questão dos professores readaptados que por algum problema, geralmente de saúde, são afastados das salas de aula e lotados nas bibliotecas.

Os gestores públicos de muitas secretarias de educação e cultura dos municípios brasileiros afirmam que o piso salarial de um bibliotecário estaria acima das possibilidades do orçamento, e que por isso, optam pelos professores readaptados, sendo poucos os casos em que o bibliotecário é contratado para atuar na rede escolar ou para prestar serviços juntos às bibliotecas municipais. O resultado disso, sendo Milanesi (1989) é uma distorção profissional que leva a um desempenho insuficiente por parte de funcionários, mesmo aqueles com disposição e atuantes dentro desses espaços, mas sem as bases necessárias para desenvolver um trabalho menos improvisado.

Em função disso, ainda é grande o número de bibliotecas, algumas até com grandes coleções, que não contam com um catálogo ou mesmo uma classificação que permita separar nas estantes livros de um mesmo assunto. O que se busca, portanto, “é a formação necessária para que os funcionários que nela atuem possam oferecer serviços de qualidade, além do respeito à legislação quanto à contratação de profissionais da área para atuarem na gestão desses espaços” (MILANESI, 1989, p.102).

Sendo assim, conforme Milanesi (1989, p. 103), o esforço deverá ser no sentido de “incrementar a biblioteca, transformando-a efetivamente num centro onde não apenas se tem o acesso à produção cultural da humanidade, mas onde também se produz cultura”, pois,

na medida em que a biblioteca assume a função de casa da cultura, que mantém uma infraestrutura que permite o exercício de uma série de atividades no campo das artes, torna-se claro que a biblioteca abrigue também o fazer. Isso significa uma transformação radical, uma vez que ela sempre se caracterizou como uma instituição que organiza a informação, colocando-a a disposição do público. Agora o que se propõe é a transformação da biblioteca em um espaço também do fazer criativo (MILANESI, 1989, p.103).

Porém, conforme Milanesi (1989) já apontava há décadas atrás, não será possível chegar a essa biblioteca sem a participação forte da coletividade, ainda que o Estado deva estar presente, dando apoio quer na parte material, quer na coordenação, pois muitas bibliotecas caem nos municípios como um presente, sem que a população seja consultada, sem que haja discussão. Por isso, se faz necessário que as bibliotecas estejam integradas num todo orgânico, ou seja, que os Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas presentes em cada estado seja fortalecido e que haja o estabelecimento de redes de bibliotecas públicas com as demais instituições já existentes, como por exemplo, as bibliotecas comunitárias.

Nessa perspectiva, o profissional bibliotecário e todos os que atuam nas bibliotecas são participantes da vida da comunidade, entendendo o papel a ser desempenhado pela biblioteca dentro da comunidade e atuando no sentido de construí-la dia-a-dia num trabalho de mediador do acesso, uso e disseminação da informação e da cultura.

Enfim, a biblioteca sob essa perspectiva é “um esforço de crescimento coletivo, é a ação que leva a repensar a informação. A biblioteca só atinge plenamente a sua função quando, além de propiciar a leitura, garante a seu público o ato de dizer e escrever” (MILANESI, 1989, p.107).

4.3 BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS BRASILEIRAS: DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA

As bibliotecas públicas municipais e estaduais no Brasil são consideradas equipamentos culturais e, portanto, estão no âmbito das políticas públicas do Ministério da Cultura (MinC) e são criadas e mantidas pelos estados e Municípios.

De acordo com a última Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), de 2013, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as bibliotecas públicas estão em 97% dos municípios do país, ou seja, é o equipamento cultural mais presente no cenário nacional.

Segundo os dados do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), de 11 de março de 2014, o Brasil possui 6.060 bibliotecas públicas, em 5.453 municípios, sendo 512 na Região Norte, 1.845 na Região Nordeste, 499 no Centro-Oeste, 1.932 no Sudeste e 1.272 na Região Sul¹⁹.

Neste trabalho, reflete-se sobre essa temática tendo como objeto de análise as contribuições das políticas culturais para as bibliotecas e, em particular, as bibliotecas públicas do Estado de Pernambuco, apontando, por meio de dados qualitativos e quantitativos, a situação em que se encontram essas instituições que trazem consigo um histórico marcado pelos ínfimos investimentos do Estado.

A pouca atenção dada às bibliotecas públicas no Estado de Pernambuco, bem como o impacto das políticas de estilo uniformizador, centralizador e tecnocrático podem ser evidenciadas a partir do *1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais* (2010), pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) a pedido do Ministério da Cultura e do *Mapeamento Preliminar* realizado pelo Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro e Leitura durante o *1º Encontro de Bibliotecas Públicas em Pernambuco* (2012).

O 1º Censo Nacional das Bibliotecas Públicas Municipais teve por objetivo subsidiar o aperfeiçoamento de políticas públicas em todas as esferas de governo – federal, estadual e municipal – voltadas à melhoria e valorização das bibliotecas públicas brasileiras. A partir de entrevistas e dados dos 5.565 municípios brasileiros, o Censo apresenta um panorama das bibliotecas em todo o país, tendo sido realizado no final de 2009, contém dados sobre os

¹⁹ Os dados das bibliotecas públicas municipais e estaduais existentes no país estão organizados por estado e disponibilizados em arquivos PDF no site do SNBP. Há também, dados referentes a outros tipos de bibliotecas (comunitárias, escolares, universitárias e especializadas) que podem ser obtidos no Sistema Nacional de Informação e Indicadores Culturais (SNIIC).

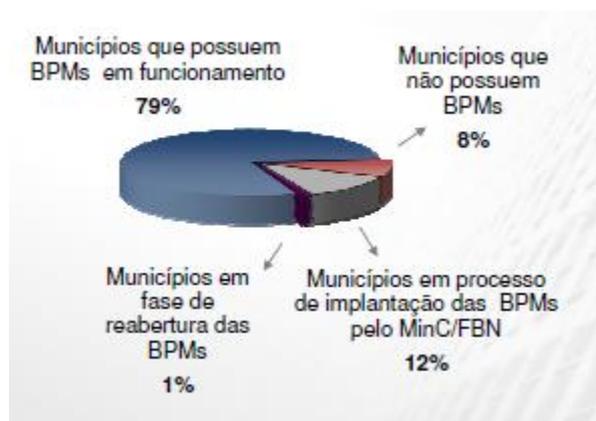
acervos das bibliotecas, suas infraestruturas e equipamentos, o perfil dos seus profissionais e usuários, instalações e equipamentos, a formação/qualificação, os serviços prestados aos usuários, entre outras características.

Dos 5.565 municípios pesquisados, em 4.905 municípios foram realizadas visitas *in loco*, no período de 8 de setembro a 9 de novembro de 2009, para a investigação sobre a existência e condições de funcionamento das Bibliotecas Públicas Municipais (BPM's). Os 660 municípios restantes, identificados sem bibliotecas em 2007 e 2008 pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) e atendidos pelo *Programa Mais Cultura* com a instalação de BPM's, foram pesquisados por contato telefônico.

Quanto aos entrevistados, o estudo obteve as informações sobre a existência da BPM's por meio de consulta às prefeituras e secretarias de cultura ou educação. Já sobre as condições de funcionamento, contou com as informações fornecidas pelos dirigentes de bibliotecas públicas municipais.

Abaixo, apresenta-se os principais aspectos levantados pelo estudo, a saber:

a) Retrato dos Municípios Brasileiros: municípios brasileiros que possuem pelo menos uma biblioteca pública municipal, que estão em processo de implantação de BPM's pelo MinC/FBN – Programa Mais Cultura ou que estão em fase de reabertura das BPM's.

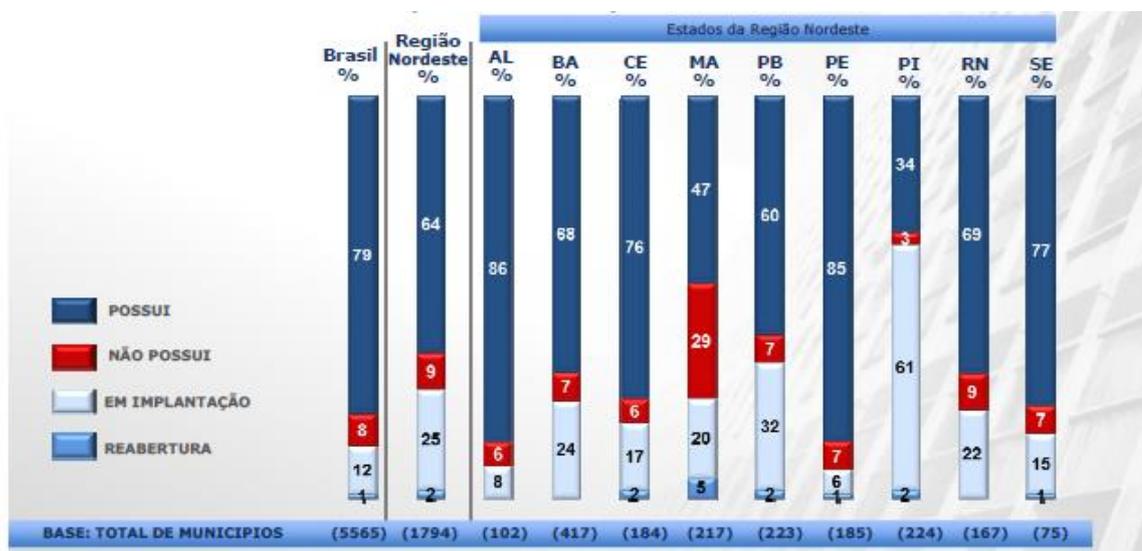


Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Vê-se, portanto, que 79% dos municípios brasileiros possuíam ao menos uma biblioteca aberta, o que corresponde a 4.763 bibliotecas em 4.413 municípios, demonstrando a existência de mais de uma biblioteca em alguns municípios. Contudo, possuir pelo menos

uma biblioteca aberta não significa que estão funcionando adequadamente. Conforme os dados que serão apresentados ao longo desse capítulo, muitas deixam a desejar em vários aspectos de sua estrutura, sem falar que em 8% dos municípios, ou seja, em 445 municípios, estão fechadas, extintas ou nunca existiram. Considerando aquelas que estão em funcionamento, são 2,67 bibliotecas por 100 mil habitantes no país.

b) Fazendo um recorte por região e por estado, tem-se:



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

A região Nordeste, em 2009, possuía 64% de suas bibliotecas públicas abertas, de um total de 1.794 municípios. Em 9% (161,46) dos municípios da região não possuíam bibliotecas em funcionamento e em 25%, as bibliotecas estavam em processo de implantação. Fazendo um recorte do Estado de Pernambuco, tem-se que dos 185 municípios existentes, 85%, ou seja, 157,25 municípios possuíam bibliotecas públicas abertas e em 7% (12,95) não possuíam.

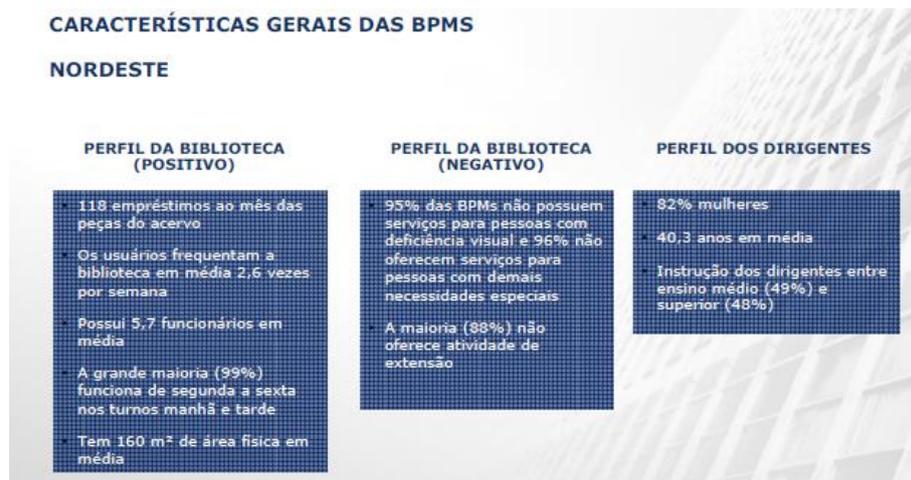
c) Quanto às características gerais das Bibliotecas Públicas Municipais, tem-se que a grande maioria (99%) funciona de segunda a sexta-feira, nos turnos da manhã e tarde, com usuários frequentando a biblioteca em média 1,9 vezes por semana e com uma média de 296 livros emprestados ao mês, conforme tabela abaixo.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Dentre os pontos negativos, destaca-se que 91% das BPM's não possuem serviços para pessoas com deficiência visual. Além disso, 94% também não oferecem serviços para pessoas que tenham outras necessidades especiais, como por exemplo, os cadeirantes. Outro dado relevante é que 88%, ou seja, a maioria, não oferece atividade de extensão, incluem-se aqui as atividades culturais.

Fazendo um recorte por região e estado, tem-se, conforme tabela abaixo, que embora a média dos usuários que frequentam a biblioteca seja maior (2,6 vezes por semana) que a média nacional (1,9 vezes por semana), o número de empréstimos ao mês é inferior (118 empréstimos). Além disso, sobe para 95% as BPM's que não oferecem serviços para pessoas com deficiência visual e 96% as que também não possuem outros serviços que venham atender outros tipos de necessidades especiais.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

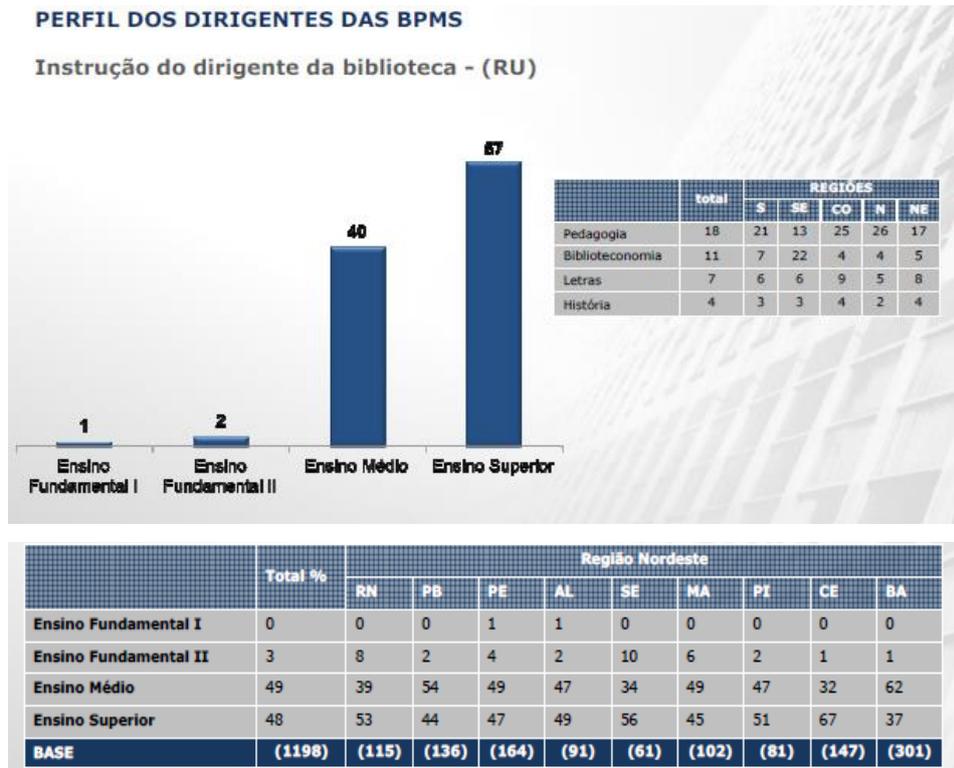
d) Quanto ao perfil dos dirigentes das BPM's, em 84% dos municípios brasileiros a gestão é realizada por pessoas do *sexo feminino*. Tomando como base os 1.198 municípios da Região Nordeste que foram visitados, Pernambuco (164 municípios visitados) apresentou 87% dos dirigentes do sexo feminino, conforme tabela abaixo.

	Total %	Região Nordeste								
		RN	PB	PE	AL	SE	MA	PI	CE	BA
Masculino	18	10	18	13	26	25	21	21	15	21
Feminino	82	90	82	87	74	75	79	79	85	79
BASE	(1198)	(115)	(136)	(164)	(91)	(61)	(102)	(81)	(147)	(301)

BASE: TOTAL DE BIBLIOTECAS ABERTAS POR REGIÃO

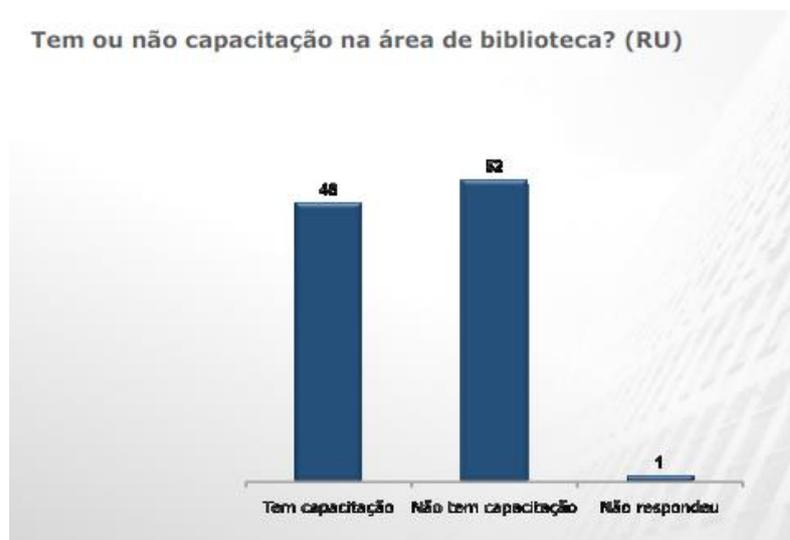
Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Com relação ao *grau de instrução*, 57% possuem Ensino Superior, contudo, fazendo um recorte da Região Nordeste, essa porcentagem cai para 47% no Estado de Pernambuco, perdendo para 49% do Ensino Médio, onde o Curso de Pedagogia aparece como aspecto dos que possuem instrução superior.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

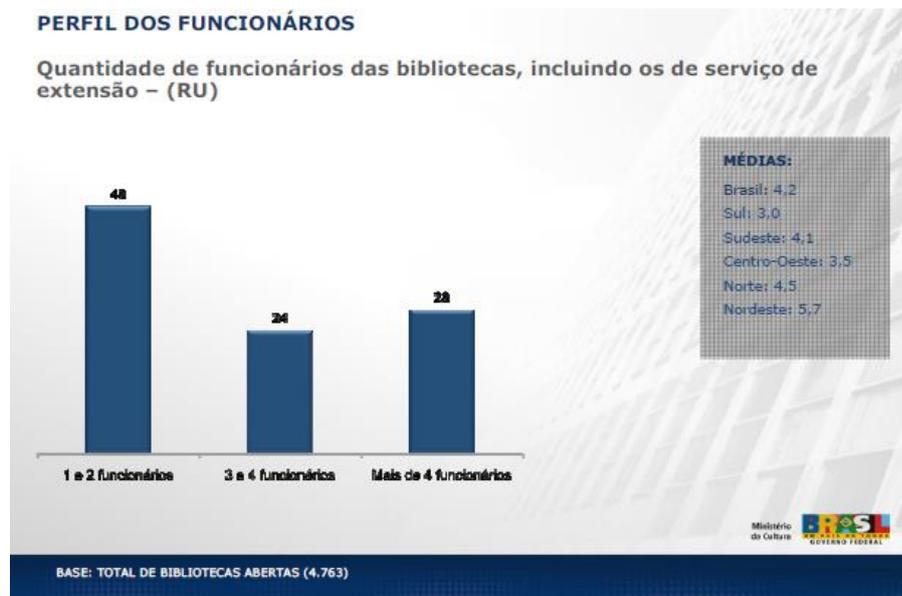
Quanto à *formação/capacitação na área de biblioteca*, tem-se que dos 4.763 municípios com biblioteca pública aberta, 52% dessas instituições não capacitam seus dirigentes na área. Fazendo um recorte da Região Nordeste, 55% de um total de 1.198 municípios visitados não oferecerem formação, já no Estado de Pernambuco, dos 164 municípios pesquisados *in loco* no período de set./nov.2009, 59% dos dirigentes afirmaram possuir capacitação na área de biblioteca.



	Total %	Região Nordeste								
		RN	PB	PE	AL	SE	MA	PI	CE	BA
Tem capacitação	44	43	34	59	53	39	40	28	66	35
Não tem capacitação	55	57	65	39	46	59	59	72	30	65
Não respondeu	1	0	1	1	1	2	1	0	4	1
BASE	(1198)	(115)	(136)	(164)	(91)	(61)	(102)	(81)	(147)	(301)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

e) Com relação ao perfil dos funcionários, a média do Brasil apresentada foi de 4,2 funcionários por biblioteca pública, incluindo os que atuam em serviços de extensão. No Nordeste, esse percentual sobe para 5,7 em média, e em Pernambuco, 66% das BPM's possuem mais de quatro funcionários por biblioteca, sendo a maior média (7,2) em relação aos demais estados do Nordeste, conforme mostra o gráfico abaixo.



	Total %	Região Nordeste								
		RN	PB	PE	AL	SE	MA	PI	CE	BA
1 e 2 funcionários	23	35	34	12	22	30	24	37	7	21
3 e 4 funcionários	31	38	33	21	37	31	39	30	32	28
Mais de 4 funcionários	46	27	33	66	41	39	37	33	61	51
<i>Média</i>	<i>5,7</i>	<i>4,4</i>	<i>4,8</i>	<i>7,2</i>	<i>4,9</i>	<i>5</i>	<i>5</i>	<i>4,3</i>	<i>7,1</i>	<i>6,1</i>
BASE	(1198)	(115)	(136)	(164)	(91)	(61)	(102)	(81)	(147)	(301)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Com relação ao *grau de instrução*, 76%, dos 4.763 municípios visitados, possuem em suas bibliotecas públicas funcionários com o Ensino Médio. Em relação ao Ensino Superior,

apenas 17% possuem o Curso de Biblioteconomia. Fazendo um recorte da Região Nordeste, essa porcentagem cai para 47% no Estado de Pernambuco, perdendo para 49% do Ensino Médio, onde o Curso de Pedagogia aparece como aspecto dos que possuem instrução superior.

Instrução dos funcionários da biblioteca - (RM)

	Total %	Regiões				
		Sul	Sudeste	Centro-oeste	Norte	Nordeste
Fundamental I	12	3	8	11	19	24
Fundamental II	21	11	20	15	27	32
Ensino Médio	76	67	74	68	77	90
Curso superior em Biblioteconomia	17	13	29	8	11	9
Outros cursos de nível superior	58	66	55	67	59	53
BASE	(4.763)	(1.128)	(1.719)	(408)	(310)	(1.198)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

f) Quanto ao funcionamento das bibliotecas públicas, tem-se que a maioria (99%) funciona de segunda a sexta-feira, durante do dia, estendendo-se também para o caso de Pernambuco.

FUNCIONAMENTO (%)

Dias de funcionamento das bibliotecas - (RM)

	Total %	Regiões				
		Sul	Sudeste	Centro-oeste	Norte	Nordeste
De segunda a sexta	99	100	99	99	100	99
Sábado	12	12	14	13	11	6
Domingo	1	1	1	0	0	1
BASE	(4.763)	(1.128)	(1.719)	(408)	(310)	(1.198)

Turnos de funcionamento das bibliotecas - (RM)

	Total %	Regiões				
		Sul	Sudeste	Centro-oeste	Norte	Nordeste
Dia	99	99	99	99	99	99
Noite	24	18	12	21	28	46
BASE	(4.763)	(1.128)	(1.719)	(408)	(310)	(1.198)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

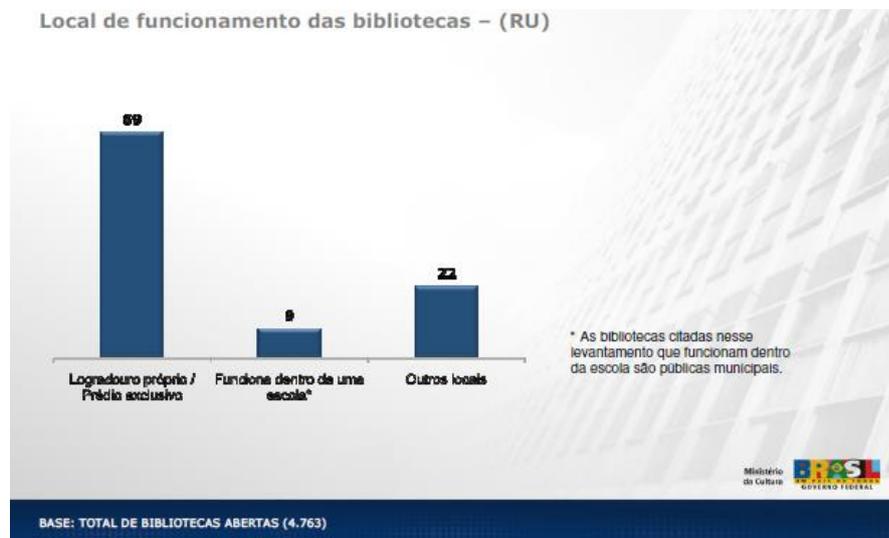
Quanto ao aspecto do *turno*, Pernambuco apresenta 68% de suas BPM's funcionando em horário noturno, destacando-se em relação ao percentual do Nordeste (46%) e demais estados da região.

	Total %	Região Nordeste								
		RN	PB	PE	AL	SE	MA	PI	CE	BA
De segunda a sexta	99	98	99	100	99	100	99	99	100	100
Sábado	6	9	7	5	9	7	3	9	9	5
Domingo	1	0	0	1	3	3	0	0	2	1
BASE	(1198)	(115)	(136)	(164)	(91)	(61)	(102)	(81)	(147)	(301)

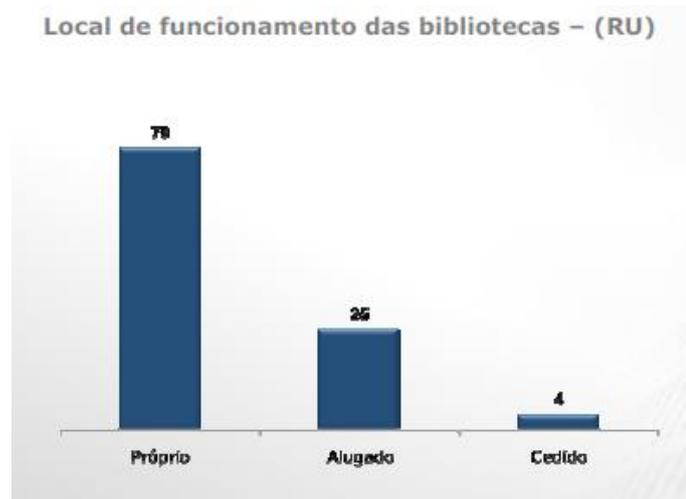
	Total %	Região Nordeste								
		RN	PB	PE	AL	SE	MA	PI	CE	BA
Dia	98	95	96	99	99	96	99	99	99	99
Noite	46	44	43	68	37	33	25	37	58	44
BASE	(1198)	(115)	(136)	(164)	(91)	(61)	(102)	(81)	(147)	(301)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

g) Quanto ao quesito instalação e estrutura física, a pesquisa mostrou que 69% das bibliotecas públicas municipais possuem logradouro próprio/prédio exclusivo, contudo 25% dos 4.763 municípios visitados ainda instalam suas bibliotecas em prédios alugados, que passam por longo período de “peregrinações” involuntárias, fazendo inúmeras itinerâncias, na maioria das vezes em lugares inadequados, sem a mínima condição de funcionamento, prejudicando a composição de seus acervos e à qualidade dos serviços prestados.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)



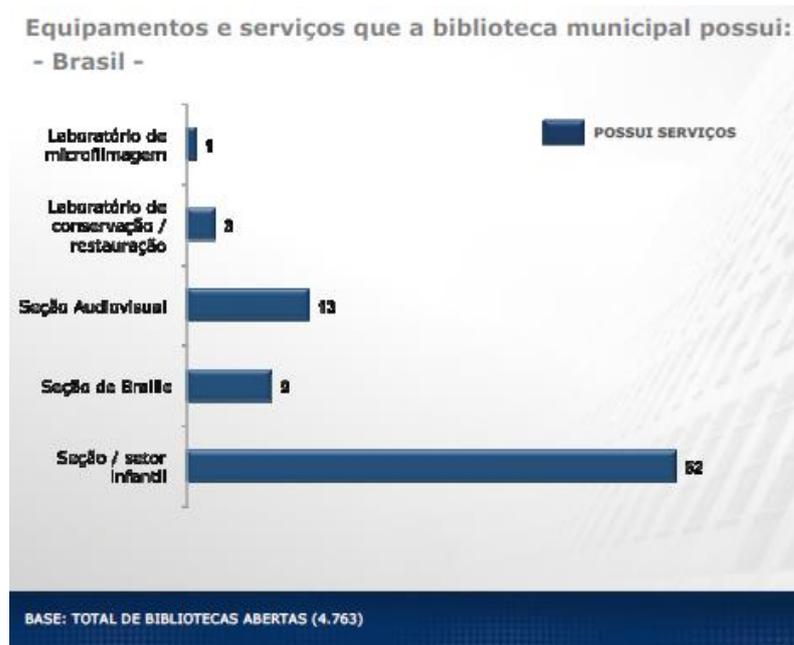
Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

E quanto às *condições dessas BPM's*, contemplando os aspectos de iluminação, ventilação, mobiliário e equipamentos, na percepção dos dirigentes, 51% encontram-se adequadas, contudo, como nesses municípios a pesquisa foi feita in loco, os técnicos que visitam as instituições perceberam que 53% estavam em condições inadequadas de funcionamento, conforme gráfico abaixo.



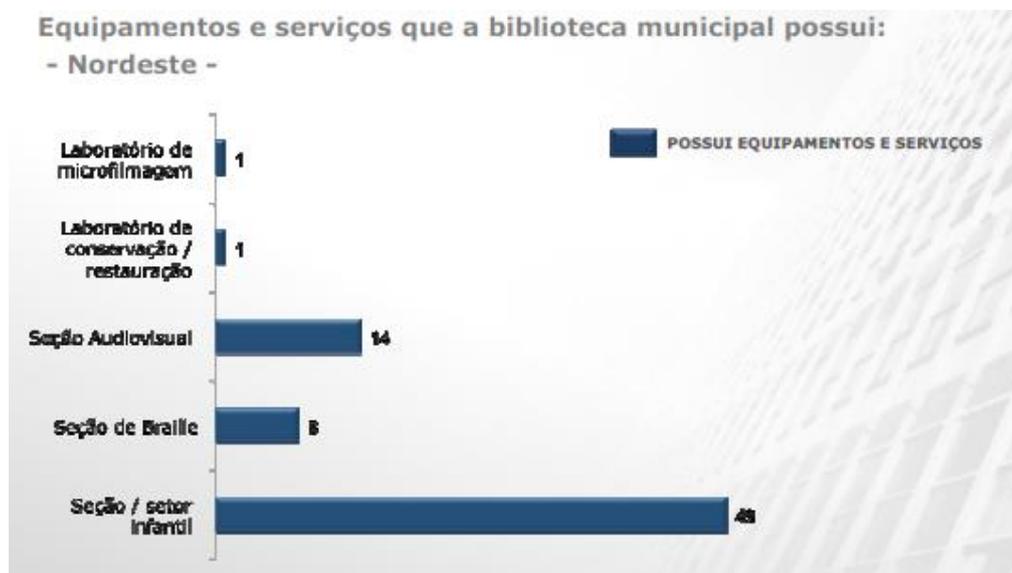
Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Quanto aos *equipamentos e serviços* que as bibliotecas públicas municipais possuem, tem-se que a maioria (52%) possuem seção/setor infantil. Um dado preocupante se refere ao baixíssimo percentual (3%) das BPM's brasileiras que possuem laboratório ou serviço de conservação/restauração de acervo, conforme gráfico abaixo.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

No Nordeste o percentual de das BPM's que possuem laboratório ou serviço de conservação/restauração de acervo cai para 1%, conforme se pode ver abaixo.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

h) No quesito, atividades de extensão, o dado é preocupante tendo em vista que no Brasil, assim como no Nordeste, 88% das bibliotecas públicas municipais não oferecem esse tipo de atividade.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Embora muitas ações estejam sendo desenvolvidas para ampliar o atendimento das bibliotecas públicas, como por exemplo, os programas e projetos como caixa-estante, carro-biblioteca; livro na praça, barco da leitura, desenvolvidos para suprir a carência de espaços de leitura no Norte e Nordeste ainda nas décadas de oitenta e noventa, ainda é constante a dificuldade de manter as atuais ações que sofrem descontinuidade em virtude dos poucos recursos liberados para manter atuante uma equipe de bibliotecários e animadores culturais.

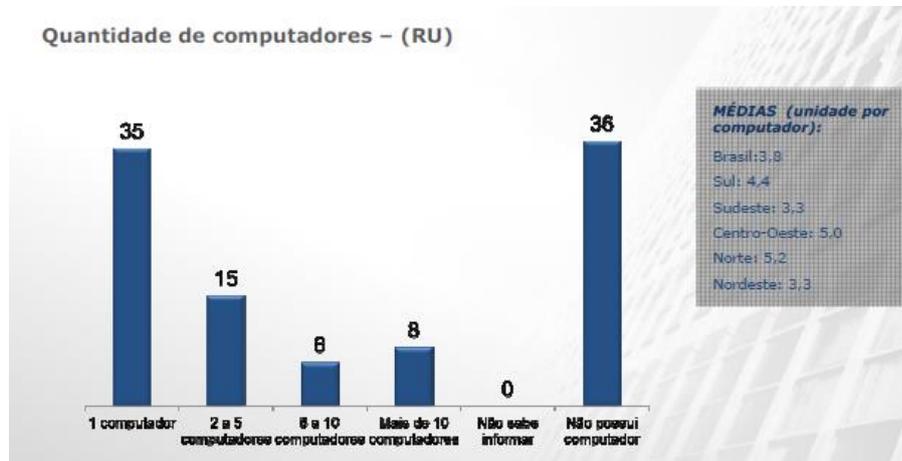
i) Quanto ao tipo de equipamentos que as BPM's possuem, o computador aparece como o equipamento mais presente nessas instituições (64%) do total de 4.763 municípios que possuem biblioteca pública aberta e 50% na Região Nordeste e em Pernambuco.

Equipamentos que as bibliotecas possuem – (RM / Estimada)

	Total	Regiões				
		Sul	Sudeste	Centro-oeste	Norte	Nordeste
Computador	64	78	72	60	38	50
TV	39	38	42	28	31	40
Video	28	32	30	18	20	28
Aparelho de DVD	27	28	32	15	18	25
Aparelho de som	27	34	28	16	16	25
Máquina de datilografia	24	29	30	19	12	16
Outros equipamentos	2	3	4	4	2	1
Nenhum	25	15	19	31	47	35
BASE	(4.763)	(1.128)	(1.719)	(408)	(310)	(1.198)

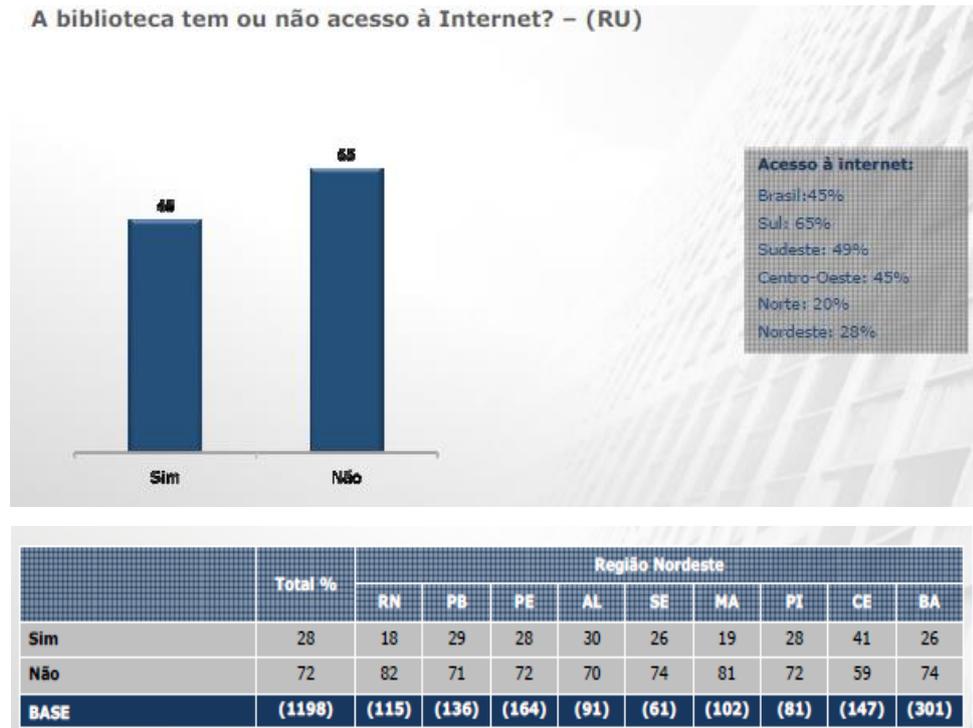
	Total %	Região Nordeste								
		RN	PB	PE	AL	SE	MA	PI	CE	BA
Computador	50	39	46	50	54	43	43	63	65	49
TV	40	24	38	37	40	41	33	59	54	40
Video	28	18	32	24	27	28	22	40	37	26
Aparelho de DVD	25	21	30	23	24	30	24	43	26	20
Aparelho de som	25	17	29	21	30	25	22	48	36	16
Máquina de datilografia	16	15	13	21	11	18	10	6	20	20
Outros equipamentos	1	0	3	5	1	2	3	1	2	1
Nenhum	35	52	45	29	36	39	48	27	14	33
BASE	(1198)	(115)	(136)	(164)	(91)	(61)	(102)	(81)	(147)	(301)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Contudo, embora o computador apareça como sendo o equipamento mais presentes nas BPM's brasileiras, 35% dessas instituições possuem apenas um computador e 55% não possuem acesso à Internet. No Nordeste e em Pernambuco esse percentual sobe para 72%, conforme gráficos abaixo.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

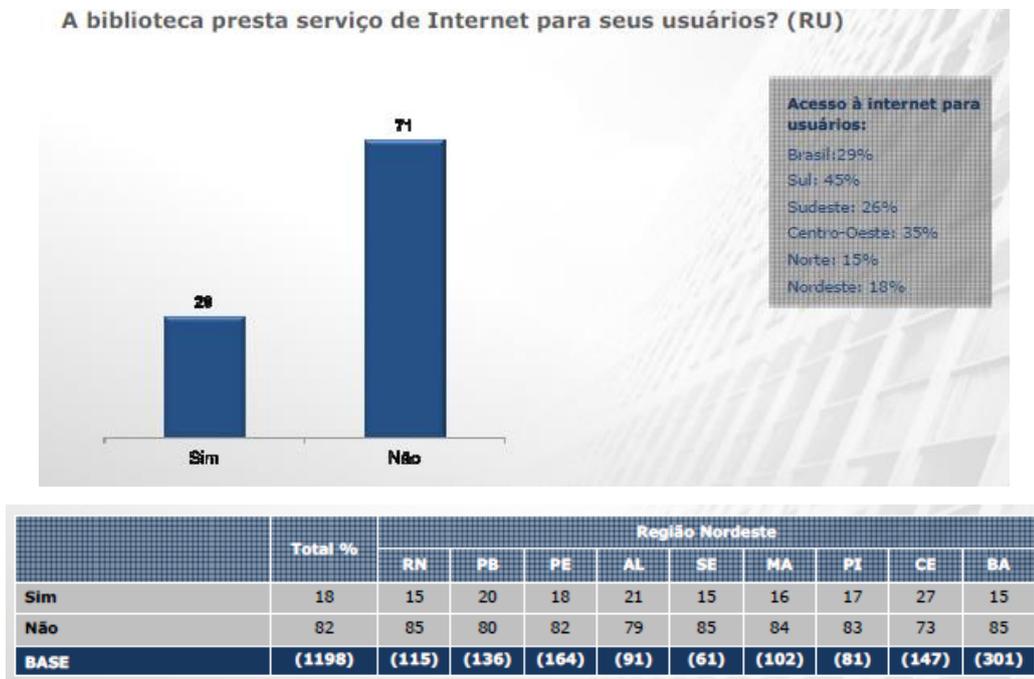
Contudo, embora se esteja vivendo na “era da informação e do conhecimento”, com o advento das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC’s), as bibliotecas públicas, criadas e mantidas pelo Estado, deveriam ser o ponto de apoio local para a sociedade ter acesso à informação e à leitura, porém parecem estar em constante compasso. No Brasil,

essas bibliotecas, de modo geral, ainda são entendidas pela população como um espaço unicamente físico, de organização de documentos no suporte papel e que têm como atividade principal o atendimento às pesquisas escolares (MACHADO, 2010, p.94).

Vivem à espera de modernização de seus serviços técnicos a fim de melhorar o atendimento aos seus usuários que, por sua vez, exigem eficiência e rapidez nos serviços oferecidos. Assim, segundo Ferreira (2006, p. 120) ao conviver com uma sociedade que exige serviços de qualidade e informações precisas, e outra que não demanda nenhum tipo de serviço, por desconhecer as reais funções de uma biblioteca pública, “a biblioteca vive numa encruzilhada em vista dos seus recursos insuficientes e indefinição de políticas no nível do Estado para que ela venha cumprir sua função social”.

O mesmo se estende para o *serviço de internet aos usuários*, em que 71% das BPM’s não oferecem esse tipo de serviço aos seus usuários. Em Pernambuco são 82%, o que significa

que 134,48 das bibliotecas públicas pernambucanas não oferecem acesso à internet aos seus usuários.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

j) Quanto ao tipo de serviços prestados pelas BPM's, tem-se que 65% das pessoas que procuram a biblioteca é geralmente para realizar pesquisa escolar. No Nordeste, este percentual sobe para 75% e 74%, em Pernambuco.



	Total	Regiões				
		Sul	Sudeste	Centro-oeste	Norte	Nordeste
Pesquisa escolar	65	57	61	71	75	75
Pesquisa em geral	26	30	26	27	24	24
Lazer	8	13	14	1	1	1
BASE	(4.763)	(1.128)	(1.719)	(408)	(310)	(1.198)

	Total %	Região Nordeste									
		RN	PB	PE	AL	SE	MA	PI	CE	BA	
Pesquisa escolar	75	71	59	74	75	90	79	78	73	81	
Pesquisa em geral	24	27	40	26	24	10	21	22	26	19	
Lazer	1	2	1	1	1	0	0	0	1	0	
BASE	(1198)	(115)	(136)	(164)	(91)	(61)	(102)	(81)	(147)	(301)	

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Sendo assim, conforme o quadro acima, ao se voltar quase que exclusivamente para o atendimento de alunos do ensino fundamental e médio, com a intenção de atender suas necessidades de pesquisas e atividades escolares, a biblioteca foi deixando de cumprir suas funções primordiais conforme determinado no *Manifesto da Unesco sobre as Bibliotecas Públicas* (1994).

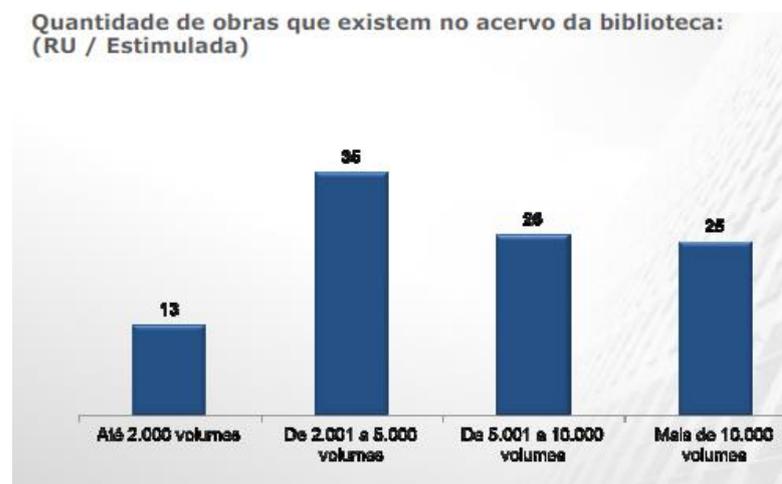
k) Quanto à frequência dos usuários nas BPM's, tem-se que 55% dos usuários vão à biblioteca de 1 a 5 vezes ao mês. No Nordeste esse percentual aparece com 36% junto a 35% para aqueles que frequentam a biblioteca de 10 a 20 vezes ao mês.



	Total	Regiões				
		Sul	Sudeste	Centro-oeste	Norte	Nordeste
De 1 a 5 vezes	55	68	61	50	48	36
de 6 a 10 vezes	18	12	21	20	25	18
De 10 a 20 vezes	20	13	15	20	22	35
Mais de 20 vezes	3	3	1	1	3	6
Não sabe informar	4	3	3	8	3	4
Média (vezes/semana)	1,9	1,6	1,6	1,8	2	2,6
BASE	(4.763)	(1.128)	(1.719)	(408)	(310)	(1.198)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

1) No quesito acervo, a quantidade de obras existentes nos acervos das bibliotecas públicas municipais ainda varia entre 2.000 e 5.000 volumes, ou seja, um percentual de 36%, seguido de 26% que possuem entre 5.000 e 10.000 volumes.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

No Nordeste o percentual sobe para 45% e 42% em Pernambuco, para as BPM's que possuem de 2.000 a 5.000 volumes e 28% e 32% respectivamente, para as com 5.000 a 10.000 volumes, conforme gráficos abaixo

	Total	Regiões				
		Sul	Sudeste	Centro-oeste	Norte	Nordeste
Até 2.000 volumes	13	7	11	17	25	17
De 2.001 a 5.000 volumes	35	32	28	39	45	45
De 5.001 a 10.000 volumes	26	28	24	25	21	28
Mais de 10.000 volumes	25	32	36	19	9	11
BASE	(4.763)	(1.128)	(1.719)	(408)	(310)	(1.198)

	Total %	Região Nordeste								
		RN	PB	PE	AL	SE	MA	PI	CE	BA
Até 2.000 volumes	17	27	23	9	33	11	21	12	4	16
De 2.001 a 5.000 volumes	45	40	49	42	48	39	63	59	33	44
De 5.001 a 10.000 volumes	28	23	23	32	14	34	14	21	49	28
Mais de 10.000 volumes	11	10	5	18	4	15	3	7	14	12
BASE	(1198)	(115)	(136)	(164)	(91)	(61)	(102)	(81)	(147)	(301)

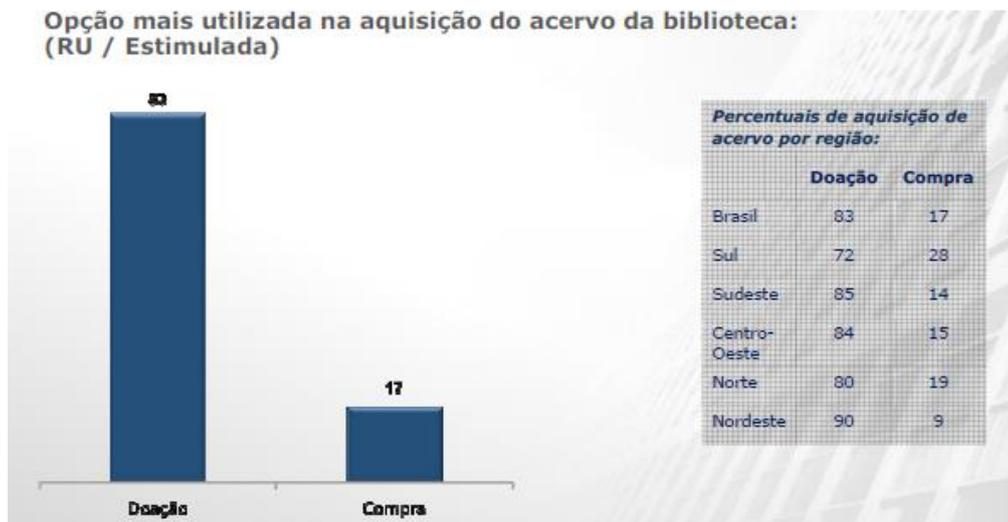
Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Quanto aos *tipos de obras*, a maioria dos acervos é composto por livros (100%) e em segundo lugar, aparecem as revistas (84%).



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

No Brasil, 83% de suas bibliotecas públicas municipais adquirem seus acervos por meio de doação e apenas 17% delas realizam compra. No Nordeste esse percentual ainda é maior (90%), conforme gráfico abaixo.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Fazendo um comparativo com o que diz o Manifesto da Unesco sobre as Bibliotecas Públicas (1994), “as colecções devem reflectir as tendências actuais e a evolução da sociedade, bem como a memória do esforço e da imaginação da humanidade”, pode-se afirmar que, se a maioria dos acervos das bibliotecas públicas brasileiras são formados por 83% de materiais doados, e que a doação já traz consigo o aspecto da desatualização, essas instituições possuem volumes que não refletem as tendências atuais do mercado editorial, fato que causa desinteresse de muitos leitores que buscam encontrar nesses espaços o que há de mais recente em determinadas áreas do saber.

m) Quanto aos empréstimos, a quantidade média mensal das BPM's brasileiras é de 296. No Nordeste, este percentual cai para 118.

Quantidade de empréstimos a biblioteca faz ao mês:
(RU / Estimulada)



	Total	Regiões				
		Sul	Sudeste	Centro-oeste	Norte	Nordeste
De 1 a 30 empréstimos	23	16	17	29	37	32
Mais de 30 a 90 empréstimos	21	22	20	23	22	21
Mais de 90 a 300 empréstimos	26	32	30	21	16	19
Mais de 300 empréstimos	19	27	28	11	6	7
Não faz empréstimos	9	2	3	13	20	20
NS	2	1	1	3	0	3
Média	296	351	421	157	90	118
BASE	(4.763)	(1.128)	(1.719)	(408)	(310)	(1.198)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Em Pernambuco, a média mensal é de 146,7, tendo 31% das suas 164 BPM's pesquisadas, realizando de 1 a 30 empréstimos por mês e 24%, com mais de 90 a 300 empréstimos por mês.

	Total %	Região Nordeste								
		RN	PB	PE	AL	SE	MA	PI	CE	BA
De 1 a 30 empréstimos	32	40	35	31	30	41	33	28	17	35
Mais de 30 a 90 empréstimos	21	19	22	15	15	13	22	21	29	23
Mais de 90 a 300 empréstimos	19	14	10	24	4	7	11	16	35	24
Mais de 300 empréstimos	7	4	3	7	3	11	0	6	14	7
Não faz empréstimos	20	21	26	21	44	28	34	27	5	6
NS	3	2	4	2	3	0	0	1	0	5
Média	118	85,6	83,6	146,7	69,2	109	52	139,7	186,6	115
BASE	(1198)	(115)	(136)	(164)	(91)	(61)	(102)	(81)	(147)	(301)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

n) Quanto aos serviços voltados às pessoas com deficiência visual, tem-se que 91% das bibliotecas públicas municipais brasileiras não oferecem esse tipo de serviço. No Nordeste esse percentual chega a 95% e em Pernambuco, 93%.

A biblioteca oferece ou não serviços para pessoas com deficiência visual? (RU / Espontânea)

	Total %	Regiões				
		Sul	Sudeste	Centro-oeste	Norte	Nordeste
Oferece serviços	9	15	9	3	3	5
Não oferece serviços	91	85	91	96	97	95
BASE	(4.763)	(1.128)	(1.719)	(408)	(310)	(1.198)

	Total %	Região Nordeste								
		RN	PB	PE	AL	SE	MA	PI	CE	BA
Oferece serviços	5	2	4	7	24	3	0	0	5	5
Não oferece serviços	95	98	96	93	76	97	100	100	95	95
BASE	(1198)	(115)	(136)	(164)	(91)	(61)	(102)	(81)	(147)	(301)

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Ao não redirecionar sua atuação e redefinir internamente suas funções para atender as especificidades de seu público, a biblioteca ampliou o fosso que distancia os indivíduos. Isso, segundo Cysne (1993, p.43), se dá em virtude da

desvinculação do estudo dos problemas informacionais com questões sociais, econômicas, políticas e culturais do país que produzem indivíduos letrados ou socialmente aptos ao acesso a informações produzidas e sistematizadas, e um grande contingente de analfabetos e semianalfabetos, expropriados de bens materiais, produtivos e culturais e, por isso mesmo, sem as condições favoráveis ao uso da informação registrada.

Já no quesito, *serviços para pessoas com outros tipos de deficiência*, a pesquisa levantou que 94% das BPM's não oferecem esse tipo de serviço. No Nordeste, esse percentual sobe para 96% e em Pernambuco, das 164 bibliotecas públicas visitadas, 93% não oferecem esses serviços, conforme gráfico abaixo.

	Total %	Regiões				
		Sul	Sudeste	Centro-oeste	Norte	Nordeste
Oferece serviços	6	7	8	4	4	4
Não oferece serviços	94	93	92	96	96	96
BASE	(4.763)	(1.128)	(1.719)	(408)	(310)	(1.198)

**A biblioteca oferece ou não serviços para pessoas com outras deficiência?
(RU / Espontânea)**

	Total %	Região Nordeste									
		RN	PB	PE	AL	SE	MA	PI	CE	BA	
Oferece serviços	4	4	2	7	9	5	1	9	3	3	
Não oferece serviços	96	96	98	93	91	95	99	91	97	97	
BASE	(1198)	(115)	(136)	(164)	(91)	(61)	(102)	(81)	(147)	(301)	

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Tomando como base o *Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Públicas*, de 1994, vê-se que a situação atual das BPM's está bem distante dos princípios e diretrizes apontados pelo referido Manifesto, quando afirma que os “serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo minorias linguísticas, pessoas com deficiências, hospitalizadas ou reclusas” (ORGANIZAÇÃO..., 1994, grifo nosso).

Assim, embora existam vários esforços de bibliotecas públicas que vêm desenvolvendo inúmeros trabalhos com a filosofia do fortalecimento da cidadania dos setores excluídos, assumindo a responsabilidade de atender e estendendo suas ações a outras camadas pouco atendidas, alguns setores continuam excluídos: os analfabetos, os portadores de necessidades especiais ou ainda aquelas pessoas que moram em zonas pouco acessíveis.

Isso se deve ao fato de que grande parte das ações ficam restritas aos espaços físicos dessas instituições, restringindo assim seu alcance de atuação, realidade que pude observar a partir das experiências acumuladas em diferentes momentos, seja como bibliotecária ou durante o período de atuação na gerência da *Biblioteca Popular de Afogados* (PE/RMR), entre 2010 e 2013, em que era perceptível que o órgão mantenedor, neste caso específico, a Fundação de Cultura Cidade do Recife/Diretoria de Gestão e Equipamentos Culturais (FCCR/DGEC) tinha desconhecimento do alcance e dimensão social das bibliotecas públicas municipais do Recife, carecendo, assim, de políticas estruturadoras e permanentes para que o segmento pudesse cumprir de suas finalidades.

o) Quanto às atividades culturais oferecidas pelas BPM's regularmente, tem-se que dos 4.763 municípios que possuem pelo menos uma biblioteca pública aberta, 44% não realizam nenhuma atividade cultural. Já com relação às que realizam algum tipo de atividade, 29% estão relacionadas às atividades de contação de histórias.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Percebe-se que, na maioria das vezes, os grandes programas e projetos criados na esfera federal não chegam de maneira efetiva até essas instituições, que tradicionalmente, se colocam como receptoras de políticas idealizadas no nível central e o MinC, segundo Machado (2010, p. 106),

por meio de seus projetos de doação de acervos e equipamentos para bibliotecas, estimulou durante anos essa forma de relação [...], sem consciência do potencial que têm esses espaços, os governos locais se contentam em receber kits padronizados de bibliotecas, sem nenhuma identificação com as necessidades locais, o que leva à criação de espaços sem atrativos e sem condições de atendimento adequado.

Conforme destaca Machado (2010), é interessante perceber que alguns governos locais veem como um diferencial em sua gestão apenas a construção de um prédio para abrigar a biblioteca pública, onde utilizam a inauguração para fins eleitoreiros, e que após um curto período de tempo, a biblioteca fica relegada a último plano. Machado (2010) reitera o que Milanesi (1989) já apontava na década de 1980, quando diz que as bibliotecas enfrentam

constantemente problemas como falta de recurso para manutenção do acervo e infraestrutura, funcionários com salários inadequados, a não contratação de bibliotecários com formação adequada para atuar e implementar serviços de qualidade para a população.

Diante da existência de poucos trabalhos e pesquisas que tratem especificamente de políticas públicas locais para bibliotecas, faz-se importante apresentar, aqui, os principais dados levantados pelo *I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de Pernambuco*, realizado entre os dias 13 e 14 de novembro de 2012, na Academia Pernambucana de Letras, organizado em três mesas temáticas e grupos de trabalho distribuídos em dois dias de atividades.

O referido Encontro foi resultado de uma ação articulada entre organizações não governamentais e movimentos sociais, órgãos do governo estadual e municipal e instituição pública de ensino superior. Teve como objetivo, reunir os diferentes segmentos de bibliotecas públicas para promover o debate sobre a situação das bibliotecas pernambucanas na política pública para o setor do livro, leitura e bibliotecas, resultando num mapeamento rápido participativo sobre a situação desses equipamentos no Estado.

Conforme foi mostrado anteriormente, a partir de 2003, o governo federal, através do MinC, avança no que se refere às políticas públicas de leitura, resultado dos processos de articulação entre a sociedade civil e os governos que “têm unido esforços para a formulação e controle social das políticas públicas, na perspectiva do fortalecimento de um projeto de desenvolvimento para o Estado Brasileiro, tal como conquistado na Constituição Cidadã de 1988” (RELATÓRIO PRELIMINAR..., 2012).

Com relação à situação das bibliotecas públicas em Pernambuco, em 2012, Pernambuco possuía cerca de 2% de seus municípios sem bibliotecas públicas. Contudo, embora esse percentual aponte para um aspecto positivo, o fato é que as bibliotecas públicas que estão em funcionamento, deixam muito a desejar.

Segundo informações coletadas durante o levantamento realizado pelo I Encontro de Bibliotecas Públicas em Pernambuco (2012), das 197 bibliotecas municipais existentes, apenas 10 estavam ligadas a secretarias/ fundações de cultura. Todas as demais, ou seja, 187 bibliotecas estavam vinculadas a secretarias de educação.

No Brasil, de modo geral, as bibliotecas municipais estão subordinadas às Secretarias de Cultura dos Municípios ou dos Estados, sendo comum em alguns municípios a existência de secretarias que integram as áreas de Cultura, Educação, Esporte, Turismo. Nesse tipo de arranjo, a biblioteca pública sempre ficou vulnerável aos mandos e desmandos de seus

governantes locais, que ora transferem a responsabilidade de manutenção e gestão desses espaços para as secretarias de Cultura, ora para as secretarias de Educação.

Diante da ocorrência do baixíssimo número de bibliotecas escolares, estas bibliotecas passam a exercer, conforme já citado por Milanesi (1989), quase que exclusivamente, a função de espaço voltado à pesquisa escolar do que efetivamente o papel de promotoras de informação, articuladoras culturais e geradoras de novos conhecimentos. Com isso, percebe-se que

não há uma clara definição sobre a função e o lugar das bibliotecas públicas no estado de PE, já que muitos municípios localizam suas bibliotecas ora na Secretaria de Educação, ora na Secretaria de Cultura, inviabilizando assim a continuidade de um projeto político-cultural para a ação pública das bibliotecas. (RELATÓRIO PRELIMINAR..., 2012).

Embora sejam visíveis os esforços em nível federal, quando se trata de ações em nível estadual, verifica-se que uma pequena parte dos investimentos contemplam as bibliotecas públicas. A maior parte dos investimentos no setor do Livro, Leitura e Literatura ainda está focada na criação, produção e circulação.

Mesmo com alguns projetos de bibliotecas comunitárias sendo aprovados por meio de editais do FUNCULTURA – Fundo de Cultura de PE, esses instrumentos não estão voltados especificamente para atender as necessidades estruturantes desses equipamentos, tais como a manutenção de uma equipe fixa de profissionais. Sendo assim, conforme apontado pelo Relatório Preliminar do Encontro (2012), não há investimento em bibliotecas como equipamento cultural público fundamental para o desenvolvimento das pessoas e de suas comunidades.

O referido Encontro foi dirigido aos representantes das bibliotecas públicas dos diversos segmentos do Estado de PE, tem como objetivo principal, debater a situação das bibliotecas a partir de mesas de reflexões e de promover um mapeamento da situação atual; e que por meio de sistematização, as informações pudessem servir para incidir na construção de uma política para as bibliotecas públicas no estado.

Durante o Encontro, segundo dados do Relatório Preliminar (2012), a discussão sobre a formação de uma sociedade leitora levou à constatação sobre a necessidade permanente de sensibilização dos gestores públicos para “a importância da biblioteca na democratização do acesso e na formação de leitores e a promoção do livro, da leitura e da literatura como um direito estruturante para a garantia de outros direitos de cidadania”. (RELATÓRIO PRELIMINAR..., 2012, p.8).

Apontou-se a necessidade de constituição de uma política pública, com ações continuadas e orçamento definido, fontes de financiamento garantidas que visem superar a fase de projetos e programas que mudam de nome e são reformulados nas mudanças de gestão governamental.

Constatou-se ainda que a mobilização das organizações e movimentos sociais, sua articulação com as organizações governamentais e a ocupação qualificada dos espaços de incidência foram e são fundamentais para algumas conquistas: a base para as políticas públicas: Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL, Plano Estadual do Livro e Leitura - PELL, Plano Municipal do Livro e Leitura -PMLL, Lei Federal 12.244/2010, que determina a criação de bibliotecas em 100% das escolas públicas e privadas até o ano de 2020, entre outras.

Contudo, é por meio do compromisso comunitário, do enraizamento como fator fundamental para a sustentabilidade das iniciativas, pois embora seja tamanha a importância das parcerias entre os movimento sociais, órgãos governamentais e instituições de ensino na construção de políticas, “os parceiros ajudam com recursos, mas o que sustenta a biblioteca comunitária é o comprometimento da comunidade; do estado e do município vem muito pouco”. (Isamar Santana, Cepoma-Recife/ PE).

Compreendendo que o livro - e por extensão leitura, literatura e biblioteca – não são artigos de primeira necessidade para a maioria das famílias que ainda lutam por direitos básicos tais como alimentação, moradia, educação e saúde, outro aspecto sintetizado nos debates foi o reconhecimento de que “é preciso numa mudança cultural em relação ao objeto livro e, em consequência, em relação à biblioteca como um importante equipamento cultural público” (RELATÓRIO PRELIMINAR..., 2012, p.8).

O debate evidenciou também a importância do trabalho colaborativo para gerar bons frutos na mobilização de pessoas e na construção de políticas públicas para o setor das bibliotecas. As falas de diferentes integrantes das mesas, fortaleceu a ideia da importância da integração das bibliotecas em rede.

Sendo assim, conforme apontado pelo Relatório Preliminar do Encontro, estabelecer e/ou aprofundar as parcerias entre a gestão pública e a sociedade civil, comprometer e monitorar o poder público para criar e executar as políticas públicas para o desenvolvimento de bibliotecas implica em mobilização social, articulação intersetorial, planejamento, no enraizamento comunitário, bem como na destinação orçamentária e da definição de fontes financiamento.

Durante a realização desse Encontro, houve a formação dos Grupos de Trabalho, cuja finalidade foi construir um levantamento preliminar - inspirado na metodologia do Diagnóstico Rápido Participativo - onde a equipe responsável por sua organização, estabeleceu a dinâmica e o propósito de sua aplicação junto aos participantes, a fim de obter dados sobre a situação das bibliotecas públicas no estado de PE, e a partir dos múltiplos olhares foram organizados grupos por segmentos de participantes. Cada grupo recebeu um roteiro elaborado pela comissão organizadora do Encontro, além de suporte de um membro da comissão que se dedicou em registrar e interagir durante as reflexões dos grupos.

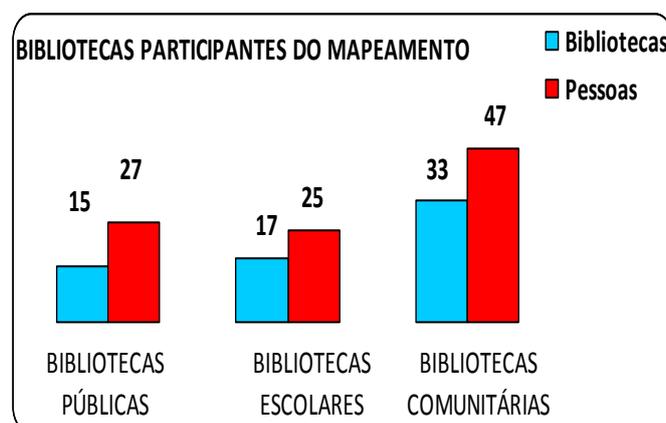
Os participantes foram divididos nos seguintes grupos: bibliotecas públicas municipais e estadual; escolares e comunitárias; Gerências Regionais de Educação - GRE's, Secretarias de Educação e Cultura e Sistema Estadual de Biblioteca Pública - SEBP.

Abaixo, serão apresentados os principais dados levantados durante o 1º Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de Pernambuco:

GRUPOS DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS

a) Participaram do Mapeamento:

- **14 Bibliotecas Públicas Municipais** e 01 Biblioteca Pública Estadual;
- **17 Bibliotecas Escolares**, representando 14 municípios de PE;
- **33 Bibliotecas Comunitárias**



b) Principais Resultados:

Os principais aspectos destacados no mapeamento estão relacionados às condições gerais de funcionamento e gestão das bibliotecas, por segmento.

Quanto ao acervo, tem-se:

Diversidade	Bibliotecas Municipais e Estadual (15)	Bibliotecas Escolares (17)	Bibliotecas Comunitárias (33)
Bastante diverso e suficiente	0	4	4
Relativamente diverso e suficiente	9	17	21
Pouco diverso e suficiente	3	7	4
Nada diverso e totalmente insuficiente	1	1	0
Não sabe	1	0	0

Fonte: Relatório Preliminar do I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de PE (2012)

Volume	Bibliotecas Municipais e Estadual (15)	Bibliotecas Escolares (17)	Bibliotecas Comunitárias (33)
Totalmente adequado	1	4	4
Relativamente adequado	12	16	25
Pouco adequado	0	0	0
Totalmente inadequado	2	2	0
Não sabe	0	2	0

Fonte: Relatório Preliminar do I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de PE (2012)

Observando-se as tabelas acima, percebe-se que as bibliotecas públicas, no que diz respeito à diversidade e volume de seus acervos, estão em condições inferiores em relações as demais bibliotecas, embora sejam mantidas pelas administrações estaduais e municipais.

Quanto à acessibilidade do acervo:

ACESSIBILIDADE DOS ACERVOS	Bibliotecas Municipais e Estadual (15)	Bibliotecas Escolares (17)	Bibliotecas Comunitárias (33)
Textos para o público com baixa visão – textos com fontes grandes	2	7	14
Livros em Braille	9	7	11
Áudio Livro	5	6	11
Sinalização em Braille	1	0	0
Não respondeu	1	0	0

Fonte: Relatório Preliminar do I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de PE (2012)

Em relação à disposição de acervos acessíveis para pessoas com limitação visual, das bibliotecas públicas municipais participantes, apenas duas possuem esse tipo de material em seus acervos. Além disso, é baixíssimo o número de bibliotecas públicas que se preocupam com a sinalização em Braille.

Quanto à conservação do acervo:

CONSERVAÇÃO DOS ACERVOS	Bibliotecas Municipais e Estadual (15)	Bibliotecas Escolares (17)	Bibliotecas Comunitárias (33)
Bastante conservado	3	11	19
Relativamente conservado	12	13	14
Deteriorado (muito desgastado e com fungos)	2	0	0

Fonte: Relatório Preliminar do I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de PE (2012)

Verifica-se nesse item que as bibliotecas públicas municipais e estadual são as que estão em situação de maior fragilidade, já que 12 delas indicaram ter os acervos relativamente conservados. Esse dado corrobora com percentual do Nordeste, que apontou

que apenas 1% das BPM's possuem laboratório ou serviço de conservação/restauração de acervo, segundo a pesquisa feita pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Quanto à atualização do acervo:

ATUALIZAÇÃO DOS ACERVOS	Bibliotecas Municipais e Estadual (15)	Bibliotecas Escolares (17)	Bibliotecas Comunitárias (33)
Bastante atualizados	0	5	5
Relativamente atualizados	9	19	10
Pouco atualizados	7	1	8
Nada atualizado	2	0	1
Não responderam	0	4	0

Fonte: Relatório Preliminar do I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de PE (2012)

Quando a questão é a atualização, verifica-se um número significativo de bibliotecas públicas municipais informam que seus acervos são relativamente ou pouco atualizados, conforme pode-se verificar na tabela acima.

Quanto à aquisição de acervo:

AQUISIÇÕES DE ACERVOS	Bibliotecas Municipais e Estadual (15)	Bibliotecas Escolares (17)	Bibliotecas Comunitárias (33)
São feitas exclusivamente por doações	12	4	1
São feitas por doações, com um pequeno recurso para compra	3	18	25
São feitas a maior parte por compras, já que existe um bom recurso para isso	0	1	3
São feitas exclusivamente por compras	1	0	0
Não sabe dizer/não respondeu	0	1	4

Fonte: Relatório Preliminar do I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de PE (2012)

É preocupante o fato de que praticamente 80%, de um total de 15 bibliotecas públicas municipais, adquiram seus acervos exclusivamente por doações. Mais uma vez, fica evidente a necessidade de políticas públicas estruturantes para o segmento que contemple a destinação de orçamento específico para atender a essas demandas.

Quanto aos principais doadores:

PRINCIPAIS DOADORES	Bibliotecas Municipais e Estadual (15)	Bibliotecas Escolares (17)	Bibliotecas Comunitárias (33)
Acervos doados pelo MEC (FNDE, PNBE, etc)	7	23	8
Acervos doados pelo MinC	7	1	12
Acervos doados por usuários	11	14	22
Acervos doados pela comunidade	10	4	26
Outros doadores	2	4	24

Fonte: Relatório Preliminar do I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de PE (2012)

De acordo com o Relatório Preliminar (2012), verifica-se certa coerência no que tange às políticas de distribuição de livros, já que todas as bibliotecas escolares apontam receber livros dos programas do MEC, contra apenas sete públicas municipais e oito comunitárias, o que é correto, uma vez que esses acervos são destinados às bibliotecas escolares. No caso das BPM's, os maiores doadores ainda são seus usuários.

Quanto à organização de acervo: a maioria das bibliotecas públicas municipais adota o sistema tradicional de classificação;

Quanto à automação do acervo:

AUTOMAÇÃO DOS ACERVOS	Bibliotecas Municipais e Estadual (15)	Bibliotecas Escolares (17)	Bibliotecas Comunitárias (33)
Sim	4	5	25

Não	4	19	2
Não sabe	1	0	0
Não respondeu	8	0	7

Fonte: Relatório Preliminar do I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de PE (2012)

Neste item, verifica-se que as bibliotecas comunitárias estão em melhor situação que as públicas municipais e as escolares, indicando que 73% dos espaços estão com os seus acervos automatizados ou em processo de automação, contra 24% das públicas e 21% das escolares.

Quanto aos processos técnicos:

QUEM FAZ OS PROCESSOS TÉCNICOS	Bibliotecas Municipais e Estadual (15)	Bibliotecas Escolares (17)	Bibliotecas Comunitárias (33)
Toda a equipe	9	18	20
Equipe específica	6	6	10
Não respondeu	2	0	3

Fonte: Relatório Preliminar do I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de PE (2012)

Quanto aos processos técnicos, verifica-se que em todos os segmentos os processos técnicos ocupam toda a equipe, mesmo nas bibliotecas públicas, onde era de se esperar uma melhor divisão dos trabalhos.

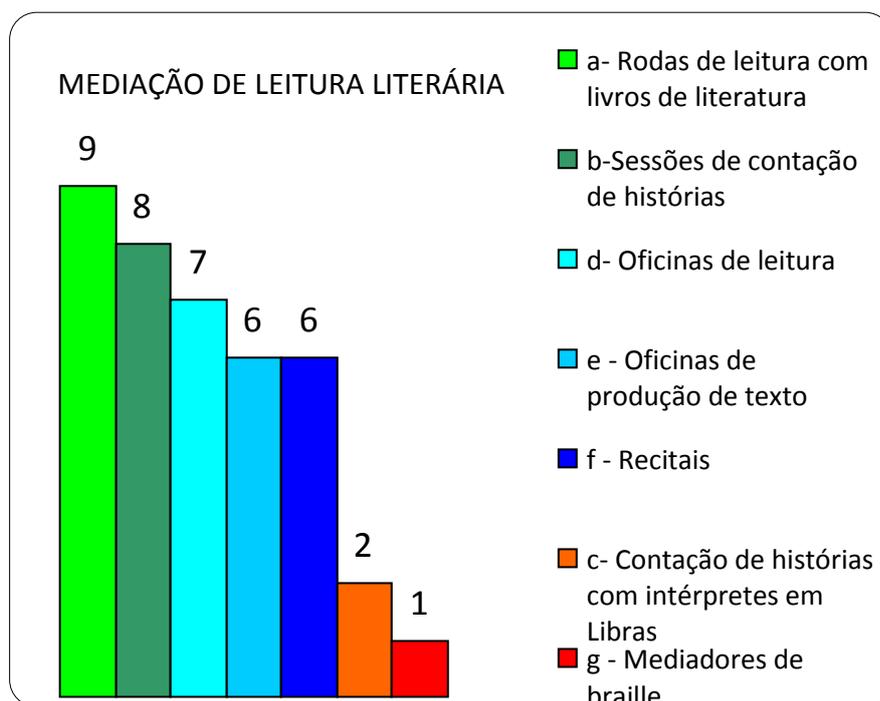
Fazendo um recorte apenas do universo das bibliotecas públicas municipais, tem-se que:

Quanto ao espaço físico: 30% consideram seus espaços pouco ou nada adequados à demanda, mais especificamente no que se refere a:

- a) Tamanho: 76% considera os espaços físicos relativamente adequados ou pouco adequados para a demanda;
- b) Iluminação: 58% considera relativamente ou pouco adequada;
- c) Ventilação: 58% considera relativamente ou pouco adequada;
- d) Acústica: 65% considera relativamente ou pouco adequada.

Em relação a equipamentos: apenas uma biblioteca, entre as 15 participantes, dispõe de computadores em número suficiente para uso da equipe e dos usuários.

Já em relação às atividades culturais e de promoção da leitura: Todas as bibliotecas públicas municipais participantes da pesquisa desenvolvem algum tipo de atividade de promoção da leitura.



Fonte: Relatório Preliminar do I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de PE (2012)

Verifica-se ainda, conforme gráfico acima, que as atividades mais expressivas nas bibliotecas públicas são as rodas de leitura, as sessões de contação de histórias, as oficinas de leitura, produção de textos e recitais. Contudo, é preocupante que a maioria ainda não desenvolva atividades que incluam o público com necessidades especiais.

Em relação à gestão, especificamente, a formação dos profissionais em serviço, um aspecto positivo é que em 100% dessas bibliotecas encontram-se profissionais de nível superior, entretanto identificou-se apenas dois da área de Biblioteconomia. Contudo, em 64% do total de bibliotecas participantes, não tem nenhum tipo de formação específica ou continuada para seus profissionais. Esses são apenas alguns dados levantados especificamente

sobre as bibliotecas públicas municipais, no mapeamento preliminar que envolveu 172 (cento e setenta e duas) pessoas (representantes de Gerências Regionais de Educação – GRE’s, Secretarias de Educação e Cultura de municípios do interior, Bibliotecas Escolares, Comunitárias e Públicas Municipais e Estadual.

Durante a realização do referido Encontro, verificou-se que há um reconhecimento generalizado sobre os investimentos que vêm sendo feito na área do livro, entretanto, esses investimentos tem tido como foco o objeto livro, beneficiando mais diretamente o setor editorial, em última instância. Nesse sentido, faz-se necessário inverter essa prioridade.

O representante da Representação Regional Nordeste/MinC, *Roberto Azoubel*, destacou também a dificuldade que os gestores têm em provocar a participação da sociedade civil, a exemplo do processo de construção dos planos estaduais e municipais do livro e da leitura, que deviam replicar o PNLL: “é preciso sensibilizar a sociedade civil para colaborar, cobrar dos poderes locais, senão não vai”, afirma.

Diante disso, constata-se a necessidade de formar e sensibilizar as pessoas, as organizações populares, os gestores públicos, a sociedade em geral para que se aproprie do direito. Conforme, *Tânia Pacheco*, do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP),

[...] nós fazemos parte dessa vontade política”.[...] Há municípios em que o prefeito não quer a biblioteca; podemos sensibilizar, mobilizar a sociedade para que cobre do gestor esse direito que está previsto em lei (RELATÓRIO PRELIMINAR..., 2012, p.24).

Já que a realização de qualquer investimento prescinde de um levantamento mínimo informações que permita fazer escolhas e construir caminhos, planejando o desenvolvimento do setor. O referido Encontro pretendeu ser o primeiro passo na construção desses caminhos, ou seja, espera-se que esse mapeamento, ainda que preliminar, sirva de instrumento capaz de contribuir para a sensibilização de gestores públicos e mobilização da sociedade na construção de uma política pública de leitura, que articule os diferentes elos da cadeia do livro e leitura, e que tenha em sua centralidade o desenvolvimento das bibliotecas públicas, como o instrumento fundamental para a democratização do acesso à informação, livro e leitura e, portanto, para o desenvolvimento sustentável do estado.

Como desdobramento do Encontro, a expectativa era que após o evento, fosse possível mobilizar a sociedade para promover a refundação do *Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro e Leitura*, cujo objetivo deveria ser a mobilização dos municípios e da

administração estadual para a formulação dos Planos para o Livro e Leitura, com ênfase para as bibliotecas públicas.

Conforme foi visto nos dados e análises expostos acima, embora algumas bibliotecas públicas brasileiras consigam se superar, adaptando-se aos novos tempos, incorporando várias modalidades de registro do conhecimento e oferecendo serviços variados, com o objetivo de facilitar o acesso à informação e a cultura, a grande maioria dessas instituições sofre as consequências oriundas de políticas públicas, nem sempre participativas e democráticas, ações essas que muitas vezes comprometem o papel da biblioteca, enquanto espaço cultural e instituição de domínio público, de atuar, efetivamente, como centro fomentador e gerador do conhecimento.

Diante desse imperativo, é preciso refletir sobre as políticas públicas de caráter permanente que visem apoiar essas instituições que têm em sua essência, a responsabilidade de armazenar, dar acesso, possibilitar o uso e disseminação um vasto número de registros informacionais, veiculando à sociedade a multiplicidade de informações existentes em seus acervos e atuando como um organismo que converge seus objetivos em favor do usuário, conforme suas particularidades e necessidades informacionais, além de ser um espaço potencializador de processos socioculturais e educativos, e, portanto, de emancipação humana.

4.2.1 Biblioteca Popular de Afogados: diagnóstico situacional

A *Biblioteca Popular de Afogados* teve a sua instalação autorizada em 05 de março de 1952, pela Prefeitura da Cidade do Recife, pela Lei nº 1696. O projeto e a construção do edifício esteve sob os cuidados do arquiteto Fernando Menezes, na época ligado à Prefeitura do Recife, enquanto que o mobiliário foi desenhado pelo arquiteto Aloísio Magalhães. Sua inauguração deu-se em 12 de janeiro de 1955, na administração do prefeito José Maciel.

As Bibliotecas populares de Afogados, na instância municipal, juntamente com a Biblioteca Popular de Casa Amarela, que até 2013, estavam vinculadas à Fundação de Cultura Cidade do Recife – FCCR, representam a cidade do Recife e tem seus nomes consolidados na história cultural e literária de Pernambuco e do Brasil.

Em dezembro de 2010, na Gestão do prefeito João da Costa, as gerências locais e a gerência geral das bibliotecas municipais do Recife, apresentaram à Diretoria de Gestão de

Equipamentos Culturais, subordinada à Fundação de Cultura Cidade do Recife, um diagnóstico geral de problemas, coletado através de pesquisas internas (dados, estatísticas, observações), da análise do tipo de usuários atendidos pelas unidades informacionais (através de questionários, caixas de sugestões/ críticas) e também fazendo um comparativo com outras cidades do Brasil, através da Fundação Biblioteca Nacional.

O objetivo do documento era que servisse como insumo para o estudo e reestruturação do segmento no município, tanto como equipamento subordinado a essa Fundação de Cultura, quanto na missão de representatividade da cidade, enquanto únicas instituições existentes para atender a crescente população de Recife.

1. PROBLEMAS DE ESTRUTURA FÍSICA

As Bibliotecas cresceram em visibilidade, em serviços, em ações, em acervo, mais a sua estrutura física não acompanhou estas mudanças.

Abaixo segue a relação destes problemas:

ÁREA/ SETOR	TIPO DE PROBLEMA	SOLUÇÕES
Prédio principal	<ul style="list-style-type: none"> • Porta principal e janelas antigos e não é projetada para atender a cadeirantes: totalmente vulnerável a arrombamentos e vandalismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar projeto para porta e janelas, respeitando as características da arquitetura do equipamento e de acordo com os conceitos de acessibilidade.
	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de depósito de produtos de limpeza: O local que vem abrigando é totalmente improvisado, sujeito a incêndios, furtos, além de ser insalubre. 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de um depósito de guarda de materiais.
	<ul style="list-style-type: none"> • Estagnação da área do acervo: não há mais espaço para estantes, conseqüentemente, não temos onde colocar o volume de livros doados pela população. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma do prédio; ampliação da área do acervo.
	<ul style="list-style-type: none"> • Precisa-se de espaço para abrir novos setores: espaço infantil, coleção pernambucana, setor em Braille, gibiteca, hemeroteca, espaço multimídia. Todo este acervo está guardado, sem tratamento e com o tempo ficará desatualizado ou desgastado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma do prédio; implantação destes setores;
	<ul style="list-style-type: none"> • Parte elétrica: lâmpadas e ventiladores queimam constantemente: sendo biblioteca onde os usuários fazem suas leituras, a boa luminosidade é essencial. 	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão geral/manutenção/ cota reserva de lâmpadas para estes espaços.

	<ul style="list-style-type: none"> • Hidráulica: banheiros dos usuários não é adaptado a cadeirantes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Adaptação dos sanitários;
	<ul style="list-style-type: none"> • Calor excessivo, falta de climatização/ aceleração do processo de degradação do livro: situação que está no ranking de reclamações dos frequentadores e funcionários. A Biblioteca é muito quente e por vezes funcionários e usuários passam mal. Muitos deixaram de frequentar alegando que não conseguem se concentrar para estudar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de um sistema de climatização: Para ter um ambiente de estudos agradável e diminuir a proliferação da contaminação fúngica (fungos e outros agentes de degradação dos livros). Esta garante a concentração nos estudos, um bom e produtivo ambiente de trabalho, diminui a poeira e a incidência destes agentes degradadores.
	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de espaço para a implantação de cabines individuais de estudo 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma da área do salão de leitura.
Área externa	<ul style="list-style-type: none"> • Areia de praia na praça versus livros totalmente empoeirados: A biblioteca está localizada dentro de uma praça pública composta por areia de praia em seu entorno. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de projeto paisagístico (que atinge um sonho da comunidade que é um jardim de leitura), retirada da areia de praia da praça;
	<ul style="list-style-type: none"> • Estacionamento invadido por não-usuários: o estacionamento não está servindo aos usuários e funcionários, devido a invasão dos frequentadores de outros órgãos localizados próximos à biblioteca. 	<ul style="list-style-type: none"> • Readequação do estacionamento com vaga para carros, bicicletas e motocicletas. Espaço destinado para funcionários.
Prédio anexo	<ul style="list-style-type: none"> • Climatização inadequada do telecentro digital: após a adequação da sala, foi analisado que os dois aparelhos de ar – condicionado (que são antigos), não estão conseguindo refrigerar o ambiente. Este problema incide na conservação das máquinas e no bom ambiente de pesquisas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de um sprint de boa capacidade compatível ao tamanho e funcionalidade da sala.
	<ul style="list-style-type: none"> • Falta d'água neste prédio: de 2010 até o presente momento (2013) não tivemos água neste prédio. Trata-se da falta de uma boba d'água resistente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de uma bomba d'água, com grade de segurança, cadeados resistentes a vândalos.

	<ul style="list-style-type: none"> • Precisa-se de espaço para ampliação do setor de processamento técnico: a sala é minúscula, não há espaço para tratamento técnico dos livros; competimos o espaço com um rack da Embratel que produz um aquecimento no local. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma do prédio anexo, ampliação da sala de processamento técnico.
	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação do setor de restauro de livros: durante o processo de automação desta biblioteca instalou-se um espaço improvisado para esta atividade. Com a ampliação da sala do telecentro, este espaço foi utilizado e atualmente os materiais e instrumentos desta atividade estão empilhados, cheios de poeira, chegando a ficar fora da validade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma do prédio/ implantação do setor de restauro.
	<ul style="list-style-type: none"> • Climatização inadequada: o prédio anexo também é muito quente e sem ventilação. As atividades realizadas neste, requerem também um espaço climatizado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Climatização do prédio anexo.

A proposta inicial apresentada à Diretoria de Equipamentos Culturais da Fundação de Cultura Cidade do Recife foi a reforma do prédio principal com a construção de um primeiro piso, onde todos os setores da biblioteca ficariam neste prédio e no prédio anexo toda a parte administrativa e técnica.

2. PROBLEMAS TÉCNICOS

ÁREA/ SETOR	TIPO DE PROBLEMA	SOLUÇÕES
Acervo circulante	<ul style="list-style-type: none"> • Desatualizado: a última e pequena compra de livros aconteceu em 2007. Deste ano até 2013, não houve recursos de investimento no acervo, sendo este um dos problemas mais graves que não devem acontecer em bibliotecas que representam a cidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos extras para a aquisição de livros, multimeios (mapas, CD's e DVD's, etc.), material de apoio pedagógico, cultural, etc.
Periódicos	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição inadequada/ retirada do valor da LOA destinada a ações culturais: a aquisição de revistas sempre foi tumultuada devido à inexistência de rubrica destinada à compra de revistas. Isso resulta na falta de periodicidade do exemplar, fato que causa crítica dos usuários 	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos extras para a aquisição de revistas. Regularidade na aquisição.
Jornal Folha dirigida	<ul style="list-style-type: none"> • É adquirida com recursos próprios, quando há: É um dos carro-chefe da biblioteca que atrai muitos leitores concurseiros. Só adquirimos este jornal quando há inscrições ou multas. Esta situação não garante a regularidade de oferta, sendo também alvo de críticas dos usuários. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição regular da assinatura, custeada pela FCCR, assim como acontece com os outros jornais.
Acervo de doações	<ul style="list-style-type: none"> • Temos cerca de 4.500 livros para serem tratados e esperando espaço no acervo; destes, 1.000 títulos foram doados pelo Programa Livro Aberto. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da área do acervo/ contratação de 02 bibliotecários para compor o setor de processamento técnico.
Acervo Braille	<ul style="list-style-type: none"> • Acervo em Braille: através da parceria com o Instituto Dorina Nowil chegam semanalmente livros, CDs e outros materiais em Braille que poderiam compor um setor que dedicasse seus serviços aos deficientes visuais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma do prédio principal/ implantação do setor Braille, com profissional com formação e experiência na área.
Acervo de obras raras	<ul style="list-style-type: none"> • Acervo de obras raras: acervo não disponível ao público, devido ao seu estado de conservação e nível de raridade. Estão guardados de forma inadequada e sujeitos a 	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de restauração, digitalização das obras e acesso via web.

	degradação.	
Acervos diversos	<ul style="list-style-type: none"> • Gibiteca, Multimídia, coleção pernambucana: também se encontram guardados, esperando tratamento e espaço físico para acomodá-los 	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação dos setores/ contratação dos bibliotecários do processo técnico.

2.1 Materiais específicos de biblioteca para tratamento técnico dos livros, setor infanto-juvenil e sala de jogos.

ÁREA/ SETOR	TIPO DE PROBLEMA	SOLUÇÕES
Processamento Técnico	<ul style="list-style-type: none"> • Os materiais são adquiridos com os recursos da LOA: bolsos, fichas, etiquetas, papéis especiais, entre outros, que são específicos, são adquiridos com recursos destinados a ações culturais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos extras para a aquisição de material específico. Orçamento próprio para a Biblioteca.
Setor infanto-juvenil	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de materiais de papelaria para trabalhar com as crianças: papéis, lápis de cor, de cera, hidrocor, cola glíter, bolas de isopor e outros são materiais que fazem falta neste setor, onde lidamos diretamente com crianças, confecção de painéis, pequenas oficinas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos destinados a papelaria, decoração, apoio pedagógico, mobiliário, etc.
Secretaria	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de recursos para a aquisição de livros de ponto, de tomo, de ata, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos destinados à papelaria (suprimento).
Sala de jogos	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de jogos educativos, pedagógicos e de raciocínio lógico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de jogos com recursos extras, mobiliário para compor o espaço, aquisição de relógios de xadrez, programas de computador, jogos diversos, profissional com teoria e prática na área.
	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de pintura das mesas e cadeiras deste setor. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pintura das mesas e cadeiras da sala de jogos.

3. EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO

ÁREA/ SETOR	TIPO DE PROBLEMA	SOLUÇÕES
Copa	<ul style="list-style-type: none"> • Geladeira em péssima condição de uso. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de geladeira nova.
	<ul style="list-style-type: none"> • Falta mesa de cozinha para realizar as refeições: as refeições são realizadas em mesa destinada a estudos e cadeiras dos usuários. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de mesa de cozinha.
Secretaria	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de computador para a secretaria • Computador da gerência é antigo, com baixa capacidade, dificultando o trabalho diário, etc.; 	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de computador para secretaria. • Estação de trabalho com gavetas com chave, cadeiras giratórias, máquina de xerox, scanner, etc.
Acervo	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de estante porta - revistas 	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de estantes para revistas.
Atendimento ao público	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de leitor óptico para livros • Há apenas 01 computador no setor, antigo e em condições de uso muito abaixo do necessário; 	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de leitor óptico. • Novos computadores com rede sem fio; • Novo mobiliário para o setor, cadeiras, armários, etc.
Processamento técnico	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de impressora: impressão das etiquetas dos livros. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de impressora

4. PROJETOS QUE PRECISAM SER FINALIZADOS:

Quando há problemas de recursos partimos para a elaboração de projetos e captação de parceiros. Ao aprovar o projeto temos o compromisso de finalizar as etapas de execução e mostrar o produto final. Os projetos mais recentes desta biblioteca encontram-se com pendências e neste quadro apresentamos algumas delas:

PROJETOS	PROBLEMAS	SOLUÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> Projeto de Automação e gerenciamento do acervo. <p>Parceria com o Instituto Alcoa</p>	<ul style="list-style-type: none"> Falta de regularidade de pagamento da base de dados PHL: devido a este problema, livros deixam de ser inseridos, usuários deixam de serem cadastrados de forma informatizada, vários procedimentos são quebrados, voltando a utilizar a forma manual (regredindo as rotinas). 	<ul style="list-style-type: none"> Estudar junto a assessoria de informática, jurídica e do setor financeiro as possibilidades de regularização deste procedimento.
	<ul style="list-style-type: none"> Setor e atividade de restauro, desativados: os livros estão parados desde 2009, aguardando reparos. Os materiais adquiridos para esta ano estão com validade quase vencidos. Acumulo de livros que estão em processo intermediário de tratamento. 	<ul style="list-style-type: none"> Ativação do setor e contratação de 02 restauradores; fornecimento do material específico sem ônus para a biblioteca.
<p>Projeto Livro Aberto</p> <p>Parceria do MINC e Ministério das Comunicações</p>	<ul style="list-style-type: none"> Tratamento dos 1.000 títulos de livros fornecidos pelo MINC; 	<ul style="list-style-type: none"> Ativação do PHL (Base de Dados); contratação dos 02 bibliotecários do processamento técnico; fornecimento do material específico de tratamento
<p>Telecentro Digital</p>	<ul style="list-style-type: none"> Treinamento dos funcionários do telecentro: o MEC responsável por esta 	<ul style="list-style-type: none"> Junto ao MEC ver possibilidade deste treinamento.

	ação não tem previsão de data deste treinamento, enquanto os funcionários não são treinados a sala permaneceu fechada até 2013.	
Cursos de Formação	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos para as oficinas do telecentro: após a inauguração deste espaço temos que ter uma programação de cursos a oferecer e para isto precisamos ter recursos destinados exclusivamente para esta demanda. 	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos extras para as oficinas do telecentro digital.

5. SEGURANÇA

Necessidade de, pelo menos, 1(um) policial militar para fazer a segurança da biblioteca, tendo em vista que a guarda municipal não possui porte de arma, e os funcionários se sentem desprotegidos, principalmente porque os guardas têm horário de almoço, deixando a biblioteca sem qualquer proteção.

6. QUADRO FUNCIONAL

Faz-se necessária a aquisição de pessoal especializado para ampliar o quadro de funcionários, tendo em vista a necessidade de criação de outros setores, projetos, atividades técnicas, melhor atendimento ao público, etc.

7. ATIVIDADES GERENCIAIS/ DIFICULDADES

Necessidade de um secretário em horário integral, assistente de gerência e/ou Vice-Diretor para dividir as atividades com o Gerente, e assim, termos condições de planejar, avaliar, divulgar e captar recursos para a biblioteca.

5 A FORMAÇÃO DA AGENDA PÚBLICA PARA A GESTÃO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS

A expressão “políticas públicas” teve origem nas ciências sociais e política, mas é usada em diversas áreas implicando num alto grau de polissemia ao termo. Expressões como “política” e “políticas públicas” comportam variadas acepções, concepções e definições.

De acordo com Muller e Surel (2004, citado por JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009) na língua inglesa o termo “policies” é a expressão utilizada para designar a ação pública, ou seja, os processos que elaboram e implantam programas e projetos públicos. O tipo ou modelo de Estado é quem vai determinar, em parte, o conceito de políticas públicas.

De acordo com Pereira (2011), foi a partir do segundo pós-guerra (1945-1975), que houve a institucionalização do Estado de Bem-Estar ou do Welfare State, fenômeno histórico específico do século XX, em que as políticas públicas, com destaque para a política social, se tornaram um meio possível e legitimado de concretização de direitos sociais de cidadania.

Seu surgimento está relacionado a demandas por maior igualdade e reconhecimento dos direitos sociais e segurança econômica; fazendo com que autores como Gough (1982) vejam o Welfare State como

um fenômeno também contraditório, porque, ao mesmo tempo em que tem que atender necessidades sociais, impondo limites às livres forças do mercado, o faz preservando a integridade do modo de produção capitalista. (GOUGH, 1982 citado por PEREIRA, 2011, p. 87).

Apesar disso, foi nesse período de auge do Estado de Bem-Estar (1945-1975) que se instituíram, expandiram-se e multiplicaram-se direitos de cidadania e fortaleceram-se instituições democráticas.

No final dos anos 1940, o sociólogo inglês T.H. Marshall elaborou uma teoria que incluiu na categoria dos direitos de cidadania os serviços sociais públicos, incumbindo ao Welfare State o seu provimento e garantia. Pois, “para que as pessoas consumam como cidadãos, o Estado deve proporcioná-lo e, portanto, é obrigado a empreender certas ações específicas (BARBALET, 1989, p.38 citado por PEREIRA, 2011, p.97).

Política Pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica, conforme Celina Souza (2006), ao contrário da tradição europeia, surge nos Estados Unidos, na década de 1950, do século XX, enquanto objeto de preocupação e estudo, ligada ao mundo

acadêmico e sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos.

O ano de 1951 pode ser considerado o marco de estabelecimento da área disciplinar de estudos de políticas públicas. Foi neste ano, que dois livros fundamentais da área de políticas públicas foram publicados: *The governmental process* (1951), de David B. Truman, sendo nos estudos sobre os processos de políticas públicas no Executivo, Legislativo, Judiciário e no corpo burocrático da administração pública; e *The policy sciences* (1951), de Daniel Lerner e Harold D. Lasswell, que contém um capítulo intitulado "The policy orientation", no qual se discute o crescente interesse de pesquisadores sobre a formulação e avaliação de impacto das políticas públicas.

A disciplina nasce como subárea da Ciência Política e seus estudos incorporaram o pressuposto analítico de que em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser formulado cientificamente e analisado por pesquisadores independentes. Nas palavras do cientista político Thomas R. Dye, "a política pública é tudo o que os governos decidem fazer ou deixar de fazer" (DYE, 1972, p.1 citado por SECCHI, 2013, p.6).

Segundo Cátia Oliveria (2014), Dye inclui a inação como uma política. E, embora ela seja de natureza negativa, como explicita Heidemann (2006), a ausência de ações em relação a uma questão, traduziria a decisão de nada se fazer em relação a ela - ou a própria inação - como um fato objetivo. Para Fernandes (2010, p.43), "o Governo que não toma uma atitude pública sobre determinado problema também faz política". Souza (2007, p.68), escreve que "não fazer nada em relação a um problema também é uma forma de política pública".

De acordo com Souza (2007), os fundamentos disciplinares dos estudos de políticas públicas (policy studies) estão nas ciências políticas, na sociologia e na economia; sendo que outras disciplinas têm contribuído para os estudos de políticas públicas, são elas: a administração pública, a teoria das organizações, a engenharia, a psicologia social e o direito.

Os conhecimentos produzidos pela área de políticas públicas vêm se mostrando úteis e largamente utilizados por pesquisadores, políticos e administradores que lidam com problemas públicos em diversos setores de intervenção e que precisam tomar decisões em políticas de saúde, educação, segurança, habitação, defesa nacional, transporte, saneamento, meio ambiente, gestão pública, desenvolvimento, assistência, cultura, entre muitas outras.

No campo das políticas públicas setoriais, como é o caso da presente pesquisa, as características político-administrativas são semelhantes, já que os problemas públicos surgem

e necessitam de estudo de alternativas de solução; os métodos de tomada de decisões e os obstáculos de implementação são essencialmente parecidos; e a avaliação de impacto das políticas públicas específicas para determinado setor, também pode ser feita de forma analiticamente parecida.

Conforme Souza (2006), Mead (1995) define política pública como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Na mesma linha, Peters (1986) afirmaria ser a política pública a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.

Na definição de Matias-Pereira (2008), política pública compreende um elenco de ações e procedimentos que visam à resolução pacífica de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos, sendo que personagens envolvidos nesses conflitos são denominados “atores políticos”. Contudo, elas não devem ser entendidas como meros planos e programas, mas compreendida em suas várias dimensões, como um conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, representando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em determinada área.

Ao mesmo tempo, trata-se de uma ação pública, vez que é coordenada pelo Estado, através dos diversos entes da federação, das suas funções básicas (administrativa, legislativa, jurisdicional) e dos diversos órgãos públicos. Podem ser sociais, econômicas, diplomáticas e não visam apenas às pessoas em situação de vulnerabilidade, mas a todos.

Heidemann (2006) ressalta que a definição de política pública inclui ao mesmo tempo dois elementos-chave, a saber: ação e intenção. E conforme o estudioso:

pode até haver uma política sem uma intenção formalmente manifestada, mas não haverá de forma alguma uma política positiva se não houver ações que materializem uma intenção ou propósito oficial eventualmente enunciado. Portanto, não há política pública sem ação, ressalvando-se, obviamente, as eventuais políticas deliberadamente omissivas prefiguradas por Dye (HEIDEMANN, 2006, p. 30).

Jardim, Silva e Nharreluda (2009) fazem menção à afirmação de David Easton (1917-1996), cientista político canadense, quando afirmou que uma política é “uma teia de decisões que alocam valor”. Jenkins (1978) aponta que política é “conjunto de decisões inter-relacionadas, concernindo à seleção de metas e aos meios para alcançá-las, dentro de uma situação especificada”. (JENKINS, 1978 citado por JARDIM; SILVA; NHARRELUDA, 2009, p. 10).

Nessa mesma direção, Subirats (1989) aponta que política pública “normalmente implica uma série de decisões. Decidir que existe um problema. Decidir que se deve tentar resolver. Decidir a melhor maneira de resolver. Decidir legislar sobre o tema”. (SUBIRATS, 1989, p. 4 citado por SECCHI, 2013, p.3).

A definição mais conhecida da área, como explicita Souza (2006), continua sendo a de Lasswell “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz” (SOUZA, 2006, p. 24).

Jardim, Silva e Nharreluda (2009) apontam algumas características comuns às políticas públicas: relações de poder e legitimidade; espaços de trocas; elementos de valor e conhecimento; normas, regulamentos e procedimentos; necessidades de escolhas; sentidos e valores culturais; uma ideologia que as gere e as sustente; planejamento orçamentário. Os autores apresentam também: organograma e estrutura organizacional hierárquica setorial; integração e inter-relacionamento entre seus vários aspectos e níveis; programas e projetos específicos; dinamismo para as necessárias atualizações; participação dos setores interessados; representação democrática da sociedade na sua formulação e implantação; atendimento de diferentes demandas; e critérios de aferição e avaliação de seus resultados.

Uma política pública é, portanto, dinâmica e mutante. Tende a se alterar ao longo do tempo, sob a redefinição de diretrizes e novos objetivos. Para entender melhor o conceito de política, Dagnino et al (2002, citado por JARDIM; SILVA; NHARRELUDA, 2009, p. 12) sintetiza a temática em 10 (dez) tópicos:

- a) necessidade de distinção entre política e decisão, pois a política é gerada por uma série de interações entre decisões mais ou menos conscientes de diversos atores sociais (e não somente dos tomadores de decisão);
- b) distinção entre política e administração;
- c) política envolve tanto intenções quanto comportamentos;
- d) ação como não-ação;
- e) pode determinar impactos não esperados;
- f) os propósitos podem ser definidos ex post: racionalização;
- g) processo que se estabelece ao longo de curto, médio e longo prazo;
- h) envolve relações intra e inter organizações;
- i) é estabelecida no âmbito governamental, mas envolve múltiplos atores;
- j) é definida subjetivamente segundo as visões conceituais adotadas.

Além disso, Jardim; Silva; Nharreluda (2009) assinalam que para se identificar uma política pública alguns critérios são necessários: existência de um conjunto de medidas concretas; estar inscrita em um quadro geral de ação, nunca ocorrer isoladamente; possuir sempre um público; possuir objetivos definidos. Na verdade, não se trata apenas de um conjunto de decisões, afinal, precisa ser concebida, formulada e implantada a partir de atores sociais diversos que se relacionam e se influenciam mutuamente em um ambiente de conflitos e consensos.

Reconhecida a realidade e as circunstâncias em que as políticas públicas serão formuladas e pretendem surtir efeito, sua implantação depende de planejamento estratégico, o que, por sua vez, significa também atuação política sustentada e prolongada no tempo.

Ainda conforme Jardim, Silva e Nharreluda (2009. p. 3),

[...] as políticas públicas configuram-se em processos complexos e característicos da contemporaneidade. A essência da formulação, implantação e avaliação de qualquer política está nas escolhas, confrontos e ações de grande impacto em vários níveis da vida social. Por isso que, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante (SECCHI, 2013, p.2).

Sendo assim, a essência conceitual de políticas públicas é o problema público. Exatamente por isso, “o que define se uma política é ou não pública é a sua intenção de responder a um problema público, e não se o tomador de decisão tem personalidade jurídica estatal ou não estatal” (SECCHI, 2013, p.5).

Independentemente do nível de análise, ou do nível de operacionalização, o conceito de política pública está vinculado à tentativa de enfrentamento de um problema público, em que, de acordo com Sjöblom (1984 citado por SECCHI, 2013, p. 10) uma definição prática para "problema" “é a diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível. Um problema existe quando o status quo é considerado inadequado e quando existe a expectativa do alcance de uma situação melhor”.

Ainda de acordo com Secchi (2013), para um problema ser considerado "público", este deve ter implicações para uma quantidade ou qualidade notável de atores políticos que intersubjetivamente consideram determinado problema (situação inadequada) e público (relevante para a coletividade).

Para que se materialize, a política pública necessita de instrumentos variados; é como se a política pública fosse a ‘alma’, e esta precisa de um corpo para tomar vida. Por isso,

conforme Secchi (2013), as políticas públicas tomam forma de programas públicos, planos e projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais, rotinas administrativas, decisões judiciais, coordenação de ações de uma rede de atores, gasto público direto, dentre outros.

Mais recentemente, de acordo com Cátia Oliveira (2014), surgiram referências a "políticas de Estado" em lugar de políticas públicas ou governamentais. Elas teriam caráter particularmente estável e inflexível e obrigariam todos os governos de um Estado em particular a implementá-las, segundo Heidemann (2006), independentemente dos mandatos que os eleitores lhes confiassem, em momentos históricos distintos. Contudo, o autor ressalta que, na prática, a noção de política de Estado difere pouco do conceito de política pública, pois se limita aos valores consagrados na Constituição.

Trazendo um pouco das contribuições das principais teorias dos estudos de políticas públicas, cuja origem deste campo de conhecimento é abordada a partir de seus precursores, a exemplo de Harold Lasswell - cujo modelo teórico inspirou novas abordagens na área. Pretendeu-se chegar a um dos modelos formatados a partir das contribuições deste autor, a saber: o do *Ciclo de Políticas Públicas*.

De acordo com Cátia Oliveira (2014), em 1936, Harold Lasswell, responsável pela incorporação do Modelo Racionalista aos estudos da política pública, introduziu a expressão *policy analysis* – ou seja, análise de política pública. Lasswell buscava aplicar modelos e métodos científicos ao tratamento de questões relativas ao governo.

Sua proposta visava que pesquisadores procurassem construir e aplicar conhecimentos acadêmicos à resolução dos problemas sociais percebidos. De acordo com o modelo racionalista de Lasswell,

a decisão nas políticas públicas é fruto de uma sequência bem definida de ações dos decisores que passa pela: identificação do problema; listagem das alternativas para sua solução; análise abrangente e detalhada dos custos-benefícios; consequências da adoção de cada alternativa levantada além da comparação entre alternativas e a escolha da mais eficiente (OLIVEIRA, 2014, p.16).

Em 1957, Simon introduziu o conceito de *Racionalidade Limitada* dos decisores públicos, isto é, dos *policy makers*. Para o autor, a racionalidade dos decisores públicos é “sempre limitada por problemas como informação incompleta ou imperfeita, tempo que dispõem para a tomada de decisão, auto interesse dos decisores, restrições cognitivas e

organizacionais além de desconhecimento das consequências de suas decisões” (SOUZA, 2006, p. 23).

Já Lindblom (1959; 1979) tece críticas à ênfase do racionalismo de Laswell e Simon propondo a observação de outras variáveis na formulação e análise de políticas públicas como as relações de poder (o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse) e a integração entre as diferentes fases do processo decisório.

Etzione (2006) propõe um modelo que chamou de sondagem mista Mixed-scanning, onde a formulação de alternativas e decisões políticas podem resultar de processos ou metodologias tidos como racionais, incrementais ou mistos. Easton (1965) trouxe contribuições para área, segundo Souza (2006), definindo a política pública como um sistema: “uma relação entre formulação, resultados e o ambiente” (SOUZA, 2006, p.24).

A teoria sistêmica, de acordo com Dye (2006), retrata as políticas públicas como um produto do sistema político e o conceito de sistema implicaria um conjunto “identificável de instituições e atividades na sociedade, que funcionariam no sentido de transformar demandas (inputs) em decisões oficiais, com o apoio indispensável de toda a sociedade” (Dye, 2006, p.125). Segundo Souza (2006), as políticas públicas na perspectiva sistêmica receberiam inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciariam seus resultados e efeitos.

Quanto aos Modelos de Análise e Teorias, segundo Souza (2006), eles buscam entender como e porque o governo faz ou deixa de fazer alguma ação que poderá repercutir na vida dos cidadãos. Eles podem ser reconhecidos enquanto Ciclo da Política (Policy Cycle); Arena Política (Policy Arenas); Modelo da Lata do Lixo: Garbage Can Model; Arenas Sociais, Modelo do Equilíbrio Interrompido (Punctuated Equilibrium), os modelos influenciados pelo que a autora denomina Novo Gerencialismo Público e ajuste fiscal - que vão contar com as contribuições de Olson e suas avaliações de ação coletiva - e, paralela a estas correntes, disputando também no debate sobre formas de governança e políticas públicas, as políticas de caráter participativo.

Já as *tipologias* são formas de classificar os conteúdos, os atores, os estilos, as instituições, dentro de um processo de política pública. Contudo, classificar as políticas públicas dentro das áreas de intervenção é uma tarefa que deve ser relativa, pois seu conceito é transversal a diversas áreas ou setores, além disso, muitas vezes uma política pública se enquadra em várias dessas áreas.

Dentro do campo de estudo dos tipos de política pública, tem-se a Tipologia de Theodore J. Lowi (1964), baseada no critério de "impacto esperado na sociedade", existindo quatro tipos de políticas públicas: políticas regulatórias, políticas distributivas, políticas redistributivas, políticas constitutivas. Já na Tipologia de James Quinn Wilson (1983), adota-se o critério da distribuição dos custos e benefícios da política pública na sociedade, as políticas de tipo clientelista, as políticas de grupo de interesses, as políticas empreendedoras.

Na Tipologia de Gormley (1986), a base é “o nível de saliência (capacidade de afetar e chamar a atenção do público em geral) e o nível de complexidade (necessidade de conhecimento especializado para sua formulação e implementação)”. (SECCHI, 2013, p.28).

Na Tipologia de Gustafsson (1983), que tem como critério de distinção o conhecimento e a intenção do formulador de políticas, há as políticas públicas reais, aquelas que incorporam a intenção de resolver um problema público com o conhecimento para resolvê-lo; e as políticas simbólicas, aquelas em que os *policymakers* até possuem condições de elaborá-la, mas não demonstram grande interesse em colocá-las em prática. Ainda há as pseudopolíticas e a política sem sentido. Para Bozeman e Pandey (2004), outra forma de distinguir as políticas públicas é por meio de seus conteúdos: conteúdo técnico e conteúdo político.

Conforme apontam Bucci (2002), Howlett, Ramesh e Pearl (2013), na abordagem estatística, o elemento definidor de política pública refere-se: “a política é elaborada ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito de sua competência e é coletivamente vinculante”. (SECCHI, 2013, p. 3). Além disso, de acordo com Melo (1999), no caso brasileiro, essa vinculação de política pública se dá com a tradição intervencionista do Estado brasileiro em toda história do pensamento político nacional.

Já os autores como Dror (1971), Kooiman (1993); Rhodes (1997); Regonini (2001) e Hajer (2003) defendem abordagens multicêntricas no que se refere ao protagonismo no estabelecimento de políticas públicas, como é o caso desta pesquisa, consideram que as organizações não governamentais, privadas, organismos multilaterais, redes de políticas públicas (policy networks), juntamente com os atores estatais, são protagonistas no estabelecimento das políticas públicas, pois atribuem o adjetivo "pública" a uma política, quando o problema que se tenta enfrentar é público.

Nessa abordagem, admite-se que atores não estatais até tenham influência no processo de elaboração de políticas públicas, mas não é conferido a eles o privilégio de estabelecer (decidir) e liderar um processo de política pública. No entanto, do ponto de vista analítico,

acredita-se que o Estado não é o único a protagonizar a elaboração de políticas públicas, e por isso que esta pesquisa opta pela abordagem multicêntrica, por vários motivos.

A abordagem multicêntrica tem inspiração em filósofos e cientistas políticos como Karl Polanui (1886-1964) e Elinor Ostrom (1933-2012), que ao longo de suas produções intelectuais estudaram e defenderam interpretações policêntricas da ciência, da política e da economia. Segundo Aligica e Tarko (2012, p, 250), a abordagem policêntrica “envolve a existência de múltiplos centros de tomada de decisão dentro de um conjunto de regras aceitas”. Em geral, as políticas públicas são elaboradas dentro do aparato institucional-legal do Estado, embora as iniciativas e decisões tenham diversas origens.

Nessa abordagem, adota-se um enfoque mais interpretativo do que seja uma política pública e entende que a interpretação do que seja um problema público e da intenção em enfrentá-lo surge nos atores políticos envolvidos com o tema (os *policymakers*, ou formuladores de políticas), os *policytakers* (recebedores de políticas), os analistas de políticas públicas, a mídia, os cidadãos em geral).

De acordo com Secchi (2013), a abordagem multicêntrica permite um aproveitamento do instrumental analítico e conceitual da área de política para um amplo espectro de fenômenos político-administrativos de natureza não estatal.

Sabe-se que o Estado moderno se destaca em relação a outros atores no estabelecimento de políticas públicas, pois a centralidade atual do Estado no estabelecimento de políticas públicas é consequência de alguns fatores:

- 1) a elaboração de políticas públicas é uma das razões centrais da existência do Estado moderno; 2) o estado detém o monopólio do uso da força legítima e isso lhe dá uma superioridade objetiva com relação a outros atores; 3) o Estado moderno controla grande parte dos recursos nacionais e, por isso, consegue elaborar políticas robustas temporal e espacialmente (SECCHI, 2013, p.5).

De acordo com Secchi (2013), o processo de elaboração de políticas públicas (policy-making process) também é conhecido como ciclo de políticas públicas (policy cycle). Primeiramente apresentado por Lasswell na década de 50, a ideia de modelar o processo político em termos de estágios buscou, segundo Jann e Wegrich (2007), estabelecer uma ciência política multidisciplinar e prescritiva. Lasswell apresentou em 1956 um modelo do processo político composto por sete fases: inteligência, de promoção, de prescrição, de invocação, de aplicação, de terminação/término e de avaliação.

Embora, na época, esta sequência de estágios tenha sido contestada, segundo Jann e Wegrich (2007), o modelo em si tornou-se o ponto de partida para uma variedade de tipologias do processo político. Nesta pesquisa, optou-se por apresentar as sete fases principais: 1) identificação do problema, 2) formação da agenda, 3) formulação de alternativas, 4) tomada de decisão, 5) implementação, 6) avaliação, 7) extinção. Contudo, vale salientar que essa sequência raramente reflete a real dinâmica de uma política pública, já que as fases geralmente se apresentam misturadas e as sequências se alternam.

Na fase de identificação do problema, como já foi dito, trata-se de identificar um problema público, ou seja, a diferença entre aquilo que se gostaria que fosse a realidade pública. Para Sjöblom (1984 citado por SECCHI, 2013), a identificação do problema público envolve: a percepção do problema, a definição ou delimitação do problema, a avaliação da possibilidade de resolução. Os partidos políticos, os agentes políticos e as organizações não governamentais são alguns dos atores que se preocupam constantemente em identificar problemas públicos.

Segundo Secchi (2013), se um problema é identificado por algum ator político, e se há interesse na resolução de tal problema, este poderá então lutar para que tal problema entre na lista de prioridades de atuação, conhecida como agenda.

A *Formação da agenda* é entendida como um conjunto de problemas ou temas relevantes. Ela pode tomar forma de um programa de governo, um planejamento orçamentário, um estatuto partidário ou, ainda, por meios de demandas oriundas da sociedade civil, através das instâncias de representação. Por isso, este estudo se deterá a fase da definição de agenda por determinados atores (*agenda setting*) com o objetivo de apresentar, por meio da teoria e de um quadro comparativo, quais demandas/questões do segmento das bibliotecas públicas têm entrado na agenda política efetivamente e quais outras têm sido ignoradas.

Em 1996, de acordo com Cátia (2014), os autores James W. Dearing e Everett Rogers procuraram sistematizar uma farta literatura sobre a agenda setting, buscando, segundo Mangialavori (2014), dar maior organicidade a este grupo de estudos inaugurados na década de 1970. No estudo, os autores descrevem três agendas:

- a) a agenda mediática (media agenda), definida pela ordem de prioridade que os meios de comunicação lhe designam aos temas na hora de informar; b) a

agenda pública²⁰ (public agenda), relacionada com a estruturação de temas que a audiência considera importantes, ou seja, a percepção dos temas que merecem atenção da opinião pública, e c) a agenda política ou institucional (policy agenda), definida como a hierarquização de intenções políticas e a percepção de quais os temas que devem ser objeto de ação por parte do Estado” (MANGIALAVORI, 2014).

Segundo Dearing e Rogers (1996), existiriam três tradições de pesquisa dentro da teoria do agendamento, que corresponderiam a essas três agendas. A primeira reúne o trabalho “clássico de McCombs e Shaw e as análises da influência da mídia sobre a opinião pública”.

A segunda, é o foco deste capítulo, é iniciada com os estudos de Cobb e Elder (1971) sobre *agenda building* e tenta explicar como se configura a agenda política. Esta corrente de pesquisas reuniria ainda Derksen y Gartrell (1993), além de Baumgartner e Jones (1993) passando por Kingdom (1995). Autores cujas pesquisas converteram-se em legados importantes para área. A terceira vertente, segundo Mangialavori (2014), relaciona-se aos intentos de clarear os determinantes da agenda da própria mídia.

De acordo com Mangialavori (2014), a segunda tradição de estudos de agendamento nascera principalmente das perguntas em torno da inovação em políticas públicas. “A constatação de que era possível identificar também uma ordem de prioridades nos âmbitos governamentais levou os pesquisadores da Ciência Política a apresentar a ideia de uma agenda institucional ou de governo” (MANGIALAVORI, 2014, p. 33).

Os autores Roger Cobb e Charles Elder ressaltaram a influência do processo de agendamento sobre a política focando no processo pelo qual é constituída a ordem de prioridades que dá lugar ao conjunto de políticas do Estado. Eles desenvolveram o conceito de *agenda-building*, primeiramente no texto *The politics of agenda-building*, de 1971, tendo revisado-o no livro *Participation in American Politics*, de 1983, como explicita Mangialavori (2014).

A perspectiva sugerida por Cobb e Elder surge da preocupação colocada por Bachrach e Baratz (1962) sobre o *pre-decisional process* ou processo “*pré-político*” pelo qual seria definido o conjunto de temas a serem atendidos pelo governo. E, no processo de construção da agenda política, os autores destacam os líderes políticos, os partidos e os meios de comunicação como atores chave.

²⁰ Esta agenda é desdobrada por Cobb e Elder (1971) em agenda sistêmica e agenda institucional.

No artigo de 1971, conforme Mangialavori (2014), os estudiosos propuseram subdividir o conceito de agenda política declarando que haviam utilizado o termo para se referir “a uma série de controvérsias políticas que serão vistas como pertencendo ao conjunto de preocupações legitimadas que merecem a atenção do governo” (COBB & ELDER, 1971, citado por MANGIALAVORI, 2014).

A definição corresponderia para os autores, à agenda sistêmica, que seria apenas um dos significados que poderiam ser atribuídos à agenda. Segundo Mangialavori (2014), o conceito de agenda institucional também é pontuado pela dupla de pesquisadores, sendo caracterizado como “um conjunto de itens concretos dispostos para a consideração ativa e a atuação de um órgão de decisão” (MANGIALAVORI, 2014, p.34). E, dentro desta perspectiva, pode ser sinalizado que na prática, segundo Mangialavori (2014), é possível observar uma multiplicidade de agendas institucionais. A mais importante no que tange ao campo da política seria a agenda do governo.

Secchi (2013) reforça, de forma simplificada, a definição de Cobb e Elder (1983) quando diz que há dois tipos de agenda:

agenda política, também conhecida como agenda sistêmica, é o conjunto de problemas ou temas que a comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública; a agenda formal, também conhecida como agenda institucional, é aquela que elenca os problemas ou temas que o poder público já decidiu enfrentar. Existe, ainda, a agenda da mídia, ou seja, a lista de problemas que recebe atenção especial dos diversos meios de comunicação (SECCHI, 2013, p.46).

Segundo o cientista político Thomas Birkland, se um problema ou ideia obtém êxito, é elevado da Agenda Sistêmica para a Agenda Institucional - um subconjunto mais amplo da agenda sistêmica. E, a Agenda Institucional seria a “lista de itens explicitamente até à consideração ativa e séria dos tomadores de decisão de autoridade ” (COBB & ELDER, 1983 citado por BIRKLAND, 2007).

Contudo, segundo Birkland (2007), para entender a definição da agenda, a agenda-setting, seria compreender o significado do termo Agenda: “Uma coleção de problemas, compreensão de causas, símbolos, soluções e outros elementos de problemas públicos que vêm à atenção dos membros do público e dos funcionários governamentais” (BIRKLAND, 2007, p. 109).

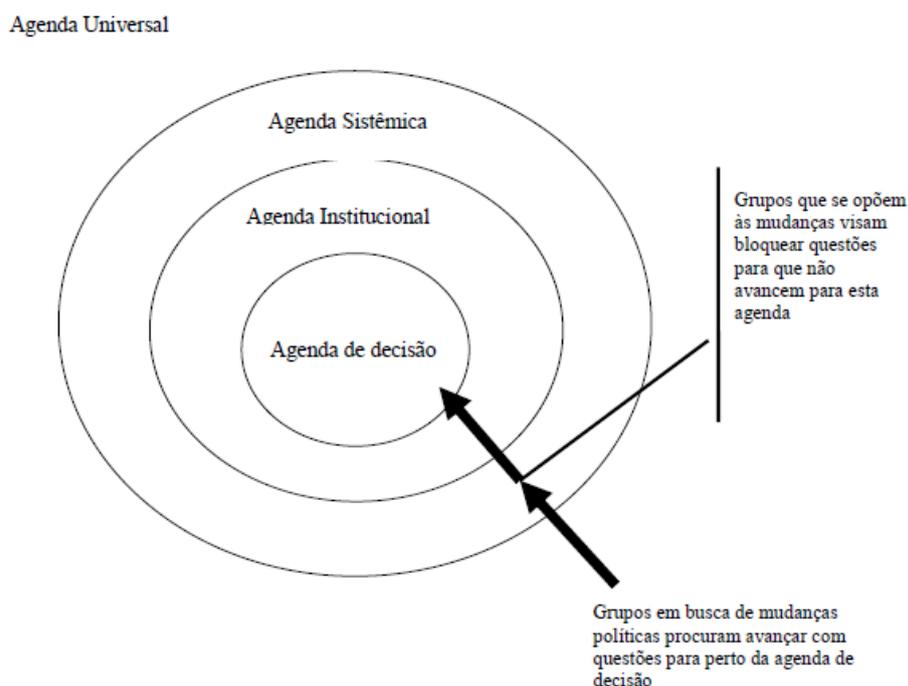
Segundo Cobb e Elder (1983 citados por SECCHI, 2013, p.48), existem três condições para que um problema entre na agenda política: “a) atenção, diferentes atores (cidadãos,

grupos de interesse, mídia etc.) devem entender a situação como merecedora de intervenção; b) resolubilidade, as possíveis ações devem ser consideradas necessárias e factíveis; c) competência, o problema deve tocar responsabilidades públicas”.

Na abordagem multicêntrica de políticas públicas, entende-se que existam múltiplas agendas dos policymakers e que os problemas entram e saem das agendas; pois, como destaca Subirats (1989 citado por SECCHI, 2013, p.46),

a limitação de recursos humanos, financeiros, materiais, a falta de tempo, a falta de vontade política ou a falta de pressão popular podem fazer que alguns problemas não permaneçam por muito tempo, ou nem consigam entrar nas agendas.

A figura abaixo tenta mostrar , a partir da ilustração de Birkland (2007), como estão situados os níveis da Agenda:



Fonte: Birkland (2007: 64), Levels of the agenda.

Conforme Rua (2013), a Agenda - ou Pauta – Governamental, Agenda de Políticas Públicas, Agenda de Decisões nada mais seria que uma lista de prioridades, inicialmente estabelecida pelos governos, às quais eles devem dedicar suas energias e atenções.

Segundo as autoras Rua e Romanini (2013), essas prioridades podem sofrer alterações com o passar do tempo e a dinâmica da política – *politics*. E, o conceito de Agenda teria

bastante importância, conforme a estudiosa, uma vez que, os atores políticos lutariam para incluir seus interesses nesta lista de prioridades “com vistas a que constituam objeto da decisão política” (RUA E ROMANINI, 2013).

As agendas não seriam todas da mesma natureza, como explicitado por Rua (2013), sendo a literatura da área baseada em critérios distintos para designar cada uma delas por meio de tipologias. A primeira não toma o *Policy Cycle*, o Ciclo da Política, como modelo de análise, desta maneira não enfatizariam as diferenças entre as fases dos ciclos de políticas públicas. As tipologias²¹ abaixo, foram configuradas pelos estudos de Kingdom (1984). Desta forma, quanto ao escopo e à participação dos atores nas decisões, as agendas podem ser:

a) Agenda Sistêmica ou Não Governamental ou Agenda de Estado: é a lista de problemas políticos que preocupam diversos atores políticos e sociais, não se restringindo ao governo. É anterior, externa e mais ampla, do que qualquer agenda de governo. Essa lista de temas pode preocupar a sociedade, o estado e até mesmo o sistema internacional. São exemplos de temas da agenda sistêmica: terrorismo, crime organizado, degradação ambiental, suprimento de água e energia, crise do sistema econômico, tráfico de drogas; etc.

b) Agenda do governo ou governamental : é aquela que reúne os problemas políticos sobre os quais um governo específico – suas autoridades seus assessores e indivíduos fora do governo, contudo são estreitamente associadas à autoridades formais – decide se debruçar. A composição dessa agenda depende da ideologia e dos projetos políticos daquele governo, da mobilização social, das crises conjunturais e das oportunidades políticas [...] nem todas as questões da agenda governamental chegam à Agenda de Decisão.

c) Agenda de decisão: é a lista dos problemas políticos encaminhados à tomada de decisão pelo sistema político (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário) no curto e médio prazo. Esses assuntos podem estar previamente na agenda governamental ou não” (KINGDON, 1984 citado por RUA E ROMANINI, 2013, p. 61).

E, o estudo da *agenda setting* seria, na visão do autor, uma forma “particularmente fértil para começar a entender como os grupos, o poder, e a agenda interagem para definir os limites do debate político” (BIRKLAND, 2007, p.109). De acordo Birkland, a Agenda-

²¹ O autor Leonardo Secchi (2010) aborda, como explicitado por Rua (2013), outras formas de agenda, diferenciando-as entre Agenda política; Agenda Formal ou Institucional e Agenda da Mídia. Conforme o autor: “(A) *Agenda política*: consiste em um conjunto de problemas políticos ou temas que uma comunidade política percebe como merecedor de intervenção pública. Ela pode coincidir, eventualmente, com a Agenda Sistêmica; B) *Agenda Formal ou Institucional*: é aquela que elenca os problemas políticos ou temas que o poder público decidiu enfrentar”. Corresponderia à agenda governamental; C) *Agenda da mídia*: é a lista de problemas políticos que recebe *atenção especial dos diversos meios de comunicação*, e que pode assim, condicionar as agendas políticas e as agendas institucionais (SECCHI, 2010 apud RUA E ROMANINI, 2013: 62).

setting seria “o processo pelo qual os problemas, soluções e alternativas, ganham ou perdem a atenção do público e da elite” (BIRKLAND, 2007, p. 63).

Segundo Cátia Oliveira (2014), na literatura sobre políticas públicas vários autores, como explicitam Rua e Romanini (2013), adotam a concepção de Ciclo de Políticas (*Policy Cycle*) como recurso de análise - também apresentando neste trabalho, distinguindo a formação da agenda como uma etapa específica, diferenciada da formulação. Outras abordagens, conforme as autoras, preferem analisar, a elaboração das alternativas e a escolha entre elas (o que denominaria “decisão”) como um todo, que corresponderia a formação da política pública propriamente dita.

Na perspectiva do modelo do Ciclo de Políticas Públicas, de acordo com Jann & Wegrich (2007), Agenda-setting tratar-se-ia de um “processo de estruturação da questão política em relação às potenciais estratégias e instrumentos que moldam o desenvolvimento de uma política nas fases subsequentes de um ciclo de políticas” (JANN & WEGRICH, 2007, p. 46). Ainda de acordo com os autores, Agenda-setting seria o resultado da seleção entre diversos problemas e questões.

Hoje, conforme Jann e Wegrich (2007), a distinção entre a definição da Agenda, Formulação de Políticas, Tomada de decisão, Implementação e Avaliação (mais o posterior encerramento) tornou-se a forma convencional para descrever a cronologia de um processo político. Importante salientar que alguns autores fazem uma diferenciação entre as etapas *Formulação* (alternativas de ação com a definição de objetivos a serem alcançados) e *Tomada de decisão* - adoção final de uma política com posição formal de assumi-la).

No entanto, como as políticas nem sempre são formalizadas em programas separados e uma distinção clara entre a formulação e tomada de decisão, segundo Jann e Wegrich (2007), não seria possível, os autores identificam as duas etapas como subestágios em uma única fase do ciclo político. Já, para Lindblom (1968) e Wildavsky (1979), a tomada de decisão compreenderia não só a coleta de informações e o processamento (análise), “mas acima de tudo, consiste em resolução de conflito entre atores públicos e privados dentro de departamentos governamentais” (LINDBLOM, 1968; WILDAVSKY, 1979 citado por JANN & WEGRICH, 2007, p. 46).

Para Bachrach e Baratz (1962), a definição da agenda, a agenda-setting seria:

resultado de um processo de filtragem de questões e problemas, implicando em não-decisões (questões e problemas que são deliberadamente excluídos da agenda formal) fruto da distribuição assimétrica de influência através de

estruturas institucionais que excluem alguns problemas de sérias considerações de ação (BACHRACH & BARATZ, 1962 citado por JANN & WEGRICH, 2007, p.46).

Birkland (2007) também traz considerações importantes acerca de restrições à agenda. Segundo o autor “a competição de grupo para definir a agenda é feroz porque nenhuma sociedade, sistema político, ator oficial, ator não-oficial ou pessoa física tem capacidade para atender a todas as alternativas possíveis para todos os problemas possíveis, que possam surgir a qualquer momento” (BIRKLAND, 2007, p. 109).

Nos estudos sobre *Agenda Setting* do pesquisador estadunidense Giandomenico Majone (2006), um monopólio do *agenda setter* podem alcançar quase qualquer resultado que deseje, desde que possa adequadamente preparar o sequenciamento de opções emparelhadas consideradas pelo grupo de votação operando sob a regra da maioria. Majone (2006) explica que tais resultados têm sido explorados para examinar o impacto de regras e procedimentos sobre a formulação de políticas, para explicar o poder político dos líderes parlamentares, que controlam a sequência e a ordem das deliberações legislativas e para explicar o poder de comissões legislativas (BATES, 1990 citado por MAJONE, 2006).

Cátia Oliveira (2014), destaca que outra distinção importante pontuado por Majone (2006) é a diferença entre definição da agenda e definição de prioridades dentro de uma dada ou potencial agenda. O significado da distinção, de acordo com o pesquisador, residiria no fato de que “pode não ser bom o suficiente para uma proposta de política entrar na agenda da decisão; ainda mais importante é que a proposta deve ocupar uma posição de destaque na agenda” [...] Ainda segundo o autor, “limitações de tempo, recursos, dinheiro, pessoal, ou de especialização, geralmente tornam necessário definir prioridade na agenda de decisão” (MAJONE, 2006, p.238).

Sendo assim, levando-se em consideração, conforme Majone (2006), que dentro de uma dada ou potencial agenda se faz necessário definir prioridades, apresenta-se, abaixo, um quadro comparativo acerca das demandas/ações presentes na Agenda Setting que, de um lado se configuram como *agenda sistêmica*, ou seja, constituída por uma lista de problemas públicos que preocupam diversos atores políticos e sociais (governo e sociedade civil) e do outro, como *agenda de decisão*, constituída por uma lista dos problemas públicos encaminhados à tomada de decisão pelo sistema político (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário).

5.1 AGENDA INSTITUCIONAL DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS BRASILEIRAS: QUADRO COMPARATIVO

O quadro contempla as demandas surgidas nos três níveis da federação (federal, estadual e municipal) e também está estruturado por eixos específicos do segmento das bibliotecas públicas, a saber: espaço, acervo, mediação e gestão.

O objetivo é apresentar, por meio da “construção da Agenda”, quais demandas/questões do segmento das bibliotecas públicas têm entrado na agenda política efetivamente e quais outras têm sido ignoradas.

CATEGORIAS/EIXOS (dados estatísticos)	NACIONAL	ESTADUAL (PERNAMBUCO)	MUNICIPAL (RECIFE)
ESPAÇO	<u>Instalação e estrutura física:</u> 69% das BPM's possuem logradouro próprio/prédio exclusivo*	70% aproximadamente	100%
	<u>Condições de iluminação, ventilação, mobiliário e equipamentos:</u>		
	51% encontram-se adequadas (visão do dirigente);	65% em condições adequadas	90% em condições adequadas
	53% encontram-se em condições inadequadas (visão do técnico da visita);	70% em condições inadequadas	90% em condições inadequadas
	<u>Equipamentos e serviços:</u>		
52% possuem seção/setor infantil	49 % possuem seção/setor infantil	100% possuem seção/setor infantil	
3% possuem laboratório de			

	<p>conservação/restauração</p> <p><u>Tipo de equipamentos que as BPM's possuem:</u></p> <p>O computador aparece como o equipamento mais presente nessas instituições (64%), sendo:</p> <p>35% das BPM's com apenas um computador; 55% não possuem acesso à Internet;</p>	<p>1%</p> <p>50%</p> <p>90% com 1 a 2 computadores</p> <p>72%</p>	<p>0%</p> <p>100%</p> <p>50% com mais de 4 computadores</p> <p>100%</p>
ACERVO	<p><u>Quantidade de obras existentes:</u></p> <p>2.000 e 5.000 volumes - 36%;</p> <p>5.000 e 10.000 volumes - 26% ;</p> <p><u>Tipos de obras:</u></p> <p>A maioria dos acervos é composto por livros (100%);</p> <p>2º Lugar – composto por revistas (84%);</p> <p><u>Aquisição do acervo:</u></p> <p>83% adquirem seus acervos por meio de <u>doação;</u></p> <p><u>Empréstimos:</u></p> <p>A quantidade média mensal das BPM's brasileiras é de 296.</p>	<p>2.000 e 5.000 volumes - 42%;</p> <p>5.000 e 10.000 volumes - 32%;</p> <p>100%);</p> <p>100%);</p> <p>85%</p> <p>Média mensal - 146,7</p>	<p>5.000 e 10.000 volumes - 100%</p> <p>100%);</p> <p>100%);</p> <p>90%</p> <p>Em 2010, média mensal 317; Em 2011, média mensal 308; Em 2012, média mensal 267;</p>

MEDIAÇÃO	<p><u>Ações culturais e de extensão:</u></p> <p>88% não oferece atividade de extensão;</p> <p>90% realizam alguma atividade cultural, sendo a contação de histórias, a atividade mais frequente;</p> <p><u>Tipo de serviços prestados pelas BPM's:</u></p> <p>65% das pessoas que procuram a biblioteca é geralmente para realizar pesquisa escolar.</p>	<p>88% não oferece</p> <p>90% oferece – contação de histórias</p> <p>74%</p>	<p>100% oferece</p> <p>100% oferece – contação de histórias, oficinas de leitura.</p> <p>90%</p>
GESTÃO	<p><u>Funcionamento:</u></p> <p>99% funciona de segunda a sexta-feira, nos turnos da manhã e tarde;</p> <p><u>Frequência dos usuários nas BPM's:</u></p> <p>55% dos usuários vão à biblioteca de 1 a 5 vezes ao mês.</p> <p><u>Serviços:</u></p> <p>91% das BPM's não possuem serviços para pessoas com deficiência visual;</p> <p>94% também não oferecem serviços para pessoas que tenham outras necessidades especiais;</p> <p><u>Serviço de internet aos usuários:</u></p> <p>71% das BPM's não oferecem esse tipo de serviço aos seus usuários.</p>	<p>100% funciona de segunda a sexta-feira, nos turnos da manhã e tarde;</p> <p>70% dos usuários vão à biblioteca de 10 a 20 vezes ao mês.</p> <p>93%</p> <p>93%</p> <p>82%</p>	<p>100% funciona de segunda a sexta-feira, nos turnos da manhã e tarde;</p> <p>30% dos usuários vão à biblioteca de 10 a 20 vezes ao mês.</p> <p>100%</p> <p>100%</p> <p>100%</p>

	<p><u>Perfil dos dirigentes:</u></p> <p>84% da gestão é realizada por pessoas do sexo feminino;</p> <p><u>Grau de instrução dos dirigentes:</u></p> <p>57% possuem Ensino Superior (Pedagogia);</p> <p><u>Formação/capacitação na área de biblioteca:</u></p> <p>Dos 4.763 municípios com biblioteca pública aberta, 52% dessas instituições <u>não</u> capacitam seus dirigentes na área;</p> <p><u>Perfil dos funcionários:</u></p> <p>Média do Brasil - 4,2 funcionários por biblioteca pública;</p> <p><u>Grau de instrução dos funcionários:</u></p> <p>76% possuem em suas bibliotecas públicas funcionários com o <u>Ensino Médio</u>;</p>	<p>87%</p> <p>47%</p> <p>39%*</p> <p>Média - 7,2 - 66% das BPM's possuem mais de quatro funcionários por biblioteca.</p> <p>75% aproximadamente possuem funcionários com o Ensino Médio.</p>	<p>100%*</p> <p>100%*</p> <p>100%*</p> <p>100% possuem mais de quatro funcionários por biblioteca;</p> <p>98% - Ensino Médio</p>
--	--	--	--

AGENDA INSTITUCIONAL (propostas/demandas da agenda pública para as BPM's)	AGENDA DE DECISÃO (ações executadas/implementadas)		
<u>METAS DO PLANO NACIONAL DE CULTURA (PNC)</u>	NACIONAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
<p>Meta 18 – Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura.;</p>	<p>META 18 - A Fundação Biblioteca Nacional (FBN) realizou seminários, cursos e oficinas dos comitês do Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) e da Casa da Leitura, o XIX Encontro Nacional do Sistema de Bibliotecas Públicas e o Fórum Brasileiro de Bibliotecas Públicas;</p>	<p>Em 2012 e 2013, Em parceria com o Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro e Leitura, o Sistema Estadual de Bibliotecas de PE realizou o 1º Encontro de Bibliotecas Públicas de Pernambuco;</p>	<p>Realização da 1ª Capacitação Interna dos Funcionários da Biblioteca Popular de Afogados.</p>
<p>Meta 19 – Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão do conhecimento;</p>	<p>META 19 - A Fundação Biblioteca Nacional (FBN) concedeu bolsas por meio do Edital Público do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa (PNAP) e Apoio a Pesquisadores Residentes (PNAP-R). Realizou também Estudo Qualitativo de Acesso à Informação em Bibliotecas Públicas;</p>	<p>O FUNCULTURA, Fundo de Cultura do estado de PE aprovou uma bolsa de fomento à pesquisa na área de bibliotecas comunitárias*.</p>	<p>Realização, em 2010 e 2011, das 12ª e 13ª edições do Concurso de Poesia – uma das ações do calendário cultural da Biblioteca Popular de Afogados.</p>
<p>Meta 20 – Média anual de 4 livros lidos fora do aprendizado formal por cada brasileiro;</p>	<p>META 20 - Em 2013, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), a Coordenadoria Geral de Pesquisa (CGPE) e a Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB), ligados à Fundação Biblioteca Nacional (FBN), desenvolveram:</p>	<p>-</p>	<p>Publicação de 2.000 exemplares do livros da 12ª e 13ª edição do Concurso de Poesia da Biblioteca Popular de Afogados (BPA)</p> <p>Realização, em 2010 e 2011, do 7º e 8º Festim – Festa do Livro e</p>

<p>Meta 22 – Aumento em 30% no número de municípios brasileiros com grupos em atividade nas áreas de teatro, dança, circo, música, artes visuais, literatura e artesanato;</p>	<p>Políticas afirmativas para a inserção dos negros no mercado editorial brasileiro: lançamento de edital de formação de parcerias para a coedição de obras de autores negros, juntamente com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR-PR)</p> <p>Contratos de parceria com editores para coedição de obras – 2013, que gerou 9 Livros publicados em coedição (a partir do edital 2012);</p> <p>Publicação de periódicos literários, culturais e científicos: Revista Poesia Sempre, Anais da Biblioteca Nacional e Revista do Livro da Biblioteca Nacional;</p> <p>Realização de 38 eventos literários no Espaço cultural/Auditório Machado de Assis;</p> <p>Apoio a 100 Pontos de Leitura e Realização de 16 Feiras de Livros;</p> <p>META 22 – Divulgação, em 2013, da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic – IBGE) com dados referentes ao ano de 2012, em que aparecem as associações literárias presente em 11% dos municípios brasileiros;</p>	<p>-</p>	<p>da Literatura Infantil e Juvenil da BPA.</p> <p>Em 2010 e 2011, parceria com o Festival Recifense de Literatura na realização de atividades de formação e difusão durante o evento.</p> <p>Em 2011, participa com atividades, da Fliporto – Feira Internacional do Livro e da Literatura em Olinda.</p> <p>Em 2011, participa com atividades de formação e difusão da Virada Multicultural do Recife.</p> <p>Em 2012, realiza o BPA na Rua – Projeto Biblioteca Itinerante</p>
--	---	----------	---

<p>Meta 25 – Aumento em 70% nas atividades de difusão cultural em intercâmbio nacional e internacional;</p>	<p>META 25 – Em 2013, a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) concedeu bolsas de tradução de obras brasileiras e bolsas de Intercâmbio de autores brasileiros;</p>	-	-
<p>Meta 29 – 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência;</p>	<p>META 29 – Em 2013, foi lançado os editais de acessibilidade, um destinado ao fomento, produção, difusão e distribuição de livros em formato acessível;</p> <p>Edital voltado para ampliação e qualificação da acessibilidade em 10 bibliotecas públicas;</p>	<p>O estado de PE teve bibliotecas municipais contempladas pelo edital do SNBP.</p>	-
<p>Meta 32 - Zerar o número de municípios sem bibliotecas públicas e garantir que, pelo menos, uma biblioteca pública aberta funcionando adequadamente em cada município;</p>	<p>META 32 - Em 2013, foi lançado o projeto “Mais Biblioteca Pública - Apoio à instalação e qualificação de Bibliotecas Públicas”, resultado do convênio entre a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e o Centro de Desenvolvimento e Cidadania (CDC), o Sistema Nacional de Biblioteca Públicas (SNBP) deu início a um processo de mobilização local a favor da ampliação do número de bibliotecas públicas no Brasil.</p> <p>Em 2013, 98,8% dos municípios possuem pelo menos uma biblioteca em funcionamento;</p> <p>Aprovação, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), do Projeto de Lei do Senado (PLS)156/2013, que tramitou com o PLS 259/2013, que estabelece acesso universal às bibliotecas públicas. O primeiro promove o compartilhamento das</p>	<p>Por meio da FBN, da Diretoria do Livro, Leitura e Bibliotecas, até 2012, 8 BPM's de PE receberam o Kit de instalação.</p> <p>Em março de 2014, o Sistema Estadual de Pernambuco apoiou a realização do Encontro do Programa Mais Biblioteca Pública realizado em Recife.</p>	<p>Em 2013, as bibliotecas públicas de Recife-PE receberam visitas técnicas in loco realizadas pela Fundação Biblioteca Nacional.</p>

<p>Meta 34 – 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados;</p>	<p>bibliotecas públicas para garantir a todos o acesso a seu acervo. O segundo define o conceito de biblioteca pública;</p> <p>META 34 - Em 2013, a Fundação Biblioteca Nacional realizou o monitoramento de 1.698 bibliotecas públicas localizadas em municípios que receberam apoio na instalação e modernização desse tipo de equipamento cultural.</p> <p>Até 2010, tinham sido modernizadas 609; Em 2011, foram modernizadas mais 124; Em 2012, 207 e em 2013, 58, totalizando 998 (2010-2013);</p>	<p>Por meio da FBN, da Diretoria do Livro, Leitura e Bibliotecas, até 2012, 4 BPM's de PE receberam o Kit de modernização.</p>	-
<p>Meta 35 – Gestores capacitados em 100% das instituições e equipamentos culturais apoiados pelo Ministério da Cultura;</p>	<p>META 35 - O Ministério da Cultura, por meio do programa Praças dos Esportes e da Cultura – denominado "Céus das Artes e do Esporte", realizou parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para a realização do Programa de Capacitação em Gestão de Equipamentos Públicos, onde foram capacitados 491 gestores em 2013.</p>	<p>De 2010 a 2014, o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas realizou algumas formações como organização de acervo, mediação de leitura e catalogação.</p> <p>Em 2013, participou, juntamente com o Fórum Pernambucano das Bibliotecas, livro e leitura, dos seminários formativos em políticas públicas e Planos municipais para BLL realizados pela Secult-PE na Zona da Mata, Agreste e Sertão de PE.</p>	-

<p>Meta 41 – 100% de bibliotecas públicas e 70% de museus e arquivos disponibilizando informações sobre seu acervo no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC);</p>	<p>META 41 - O Sistema Nacional de Informações de Indicadores Culturais (SNIIC) lançou, em maio de 2013, a versão beta do módulo do Registro Aberto da Cultura;</p> <p>Os acervos, referentes à Fundação Biblioteca Nacional (FBN) estão disponibilizados na internet, porém ainda não estão no SNIIC.</p>	-	-
<p>Meta 42 - política para acesso a equipamentos tecnológicos sem similares nacionais formulada;</p>	<p>META 42 – No campo das bibliotecas, ainda não foram apresentadas ações.</p>	-	-
<p>Meta 43 - 100% das Unidades da Federação (UFs) com um núcleo de produção digital audiovisual e um núcleo de arte, tecnologia e inovação;</p>	<p>META 43 - No campo das bibliotecas, ainda não foram apresentadas ações.</p>	-	-
<p>Meta 45 - 450 grupos, comunidades ou coletivos beneficiados com ações de Comunicação para a Cultura.</p>	<p>META 45 - Em 2014, o Ministério da Cultura lançou o Edital "Comunica Diversidade: Edição Juventude", iniciativa que premiará 60 jovens que desenvolvam projetos de comunicação voltados à cultura, contudo, a ação não possui uma relação em parceria com as bibliotecas públicas.</p>	-	-

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o objeto desta pesquisa está focado na relação entre as políticas públicas de cultura e as bibliotecas públicas municipais, vê-se que, por meio dos dados e análises apresentados, resultantes das pesquisas realizadas pela Fundação Getúlio Vargas e pelo Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro e Leitura, a grande maioria das bibliotecas públicas encontra-se em situação difícil, considerando-se o desenvolvimento sustentável desses equipamentos face à ausência de políticas de Estado para o setor, principalmente no âmbito dos estados e municípios brasileiros e, sobretudo, no Estado de Pernambuco.

As pesquisas e publicações desenvolvidas pelos diversos autores apresentados nesta pesquisa têm mostrado que as bibliotecas públicas usufruem de políticas de governo, marcadas pela falta de continuidade nas ações e pela inexistência de ações planejadas e prontas para serem adotadas, principalmente, por parte dos governos municipais e estadual que ainda não enxergam as bibliotecas públicas para além de um espaço apenas de guarda de livros e pesquisa, e por isso, há enormes lacunas quanto aos investimentos no que se refere aos eixos: espaço físico, acervo, mediação e gestão dessas unidades de informação. Sendo assim, pode-se inferir que as políticas voltadas às bibliotecas públicas ainda não estão atendendo efetivamente aos objetivos dessas instituições por serem recentes e ainda serem implementadas, em sua maioria, pelo governo federal, necessitando que as diretrizes, programas e projetos cheguem aos estados e municípios, e estes, por sua vez, planejem e implementem políticas locais para atender as especificidades do segmento e da população envolvida.

Comprovou-se também, que as bibliotecas públicas ainda estão marcadas por ações descontínuas e pouco efetivas por parte dos governos, que ora estão ligadas às secretarias de educação, ora às de cultura, além da crônica ausência de orçamento próprio para a manutenção suas atividades.

Aliado a isso, tem-se também os espaços físicos inadequados, os acervos desatualizados, associados ainda à falta de formação continuada para as equipes, além da ausência de planos de gestão para os espaços e, sobretudo, a ausência de políticas públicas estruturantes e permanentes para o segmento, são os aspectos marcantes da história das bibliotecas públicas brasileiras.

Nesse sentido, o presente estudo, embora não tenha a pretensão de se esgotar aqui, vem para ampliar o entendimento acerca das carências das bibliotecas públicas, discutidas por ocasião do I Encontro Estadual de Bibliotecas Públicas de Pernambuco e já comentadas através dos indicadores apresentados. Registra-se, ainda, que as ações de reivindicação e críticas a atual situação em que se encontram as bibliotecas públicas municipais, sobretudo, as pernambucanas foram esclarecedoras, apontando para uma compreensão da realidade dos envolvidos, muito importante para o cotidiano dos profissionais que defendem a adoção de bibliotecas públicas para o crescimento educacional e cultural de diferentes setores da população.

Fica claro que é urgente a necessidade da adoção e implantação de políticas públicas de Estado como alternativa à descontinuidade das políticas de governo, destacando o papel dos agentes envolvidos na construção dessas políticas em suas diversas etapas: formulação/elaboração, implantação, avaliação, controle social/fiscalização.

Nesse sentido, de acordo com Machado (2010), a esfera federal, através do Ministério da Cultura (MinC), criou o Programa Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), com a intenção de se constituir numa política de Estado para a área de bibliotecas. E que para viabilizar a elaboração e implementação de políticas públicas para a área, iniciou um processo de articulação dos inúmeros programas, projetos, ações e atividades em geral ligadas ao livro, à leitura, à literatura e à biblioteca.

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas - SNBP vem traçando suas diretrizes e ações com foco no estímulo à criação de Planos Estaduais e Municipais do Livro, Leitura e Bibliotecas, de acordo com os parâmetros traçados pelo PNLL. Com base nos objetivos do PNLL, pode-se constatar a disposição do governo federal em reorganizar a situação das bibliotecas públicas, no sentido de articular ações até então dispersas e fragmentadas, quando diz

[...] criar condições e apontar diretrizes para a execução de políticas, programas, projetos e ações continuadas por parte de diferentes esferas de governo e também por parte das múltiplas organizações da sociedade civil [...] (PLANO NACIONAL DO LIVRO E DA LEITURA, 2006).

Contudo, conforme foi apontado por esta pesquisa, as ambiguidades, contradições e o papel exercido pelos governos, sobretudo, os municipais e estaduais na gestão das bibliotecas

públicas é quase sempre de omissão, descaso, pouco investimento, pouca renovação dos quadros de pessoal, contribuindo para que as essas instituições estejam cada vez mais distanciadas dos setores populares, deixando, assim, de cumprir sua função primordial: socialização de informações com vistas a ampliar os direitos de cidadania entre os indivíduos, já que, conforme Oliveira (2008), a biblioteca pública deve atuar como instituição representativa do setor cultural, portanto, como o local privilegiado de acesso à informação em seus variados suportes e práticas culturais.

Diante disso, sabendo-se que o desenvolvimento de uma política pública requer ações efetivas e integradas por parte do poder público, principalmente na esfera local/municipal, que visem à participação da sociedade civil desde a etapa elaboração até a avaliação/fiscalização das ações executadas, faz-se necessário, em caráter de urgência, realizar investimentos em programas, projetos e ações que caminhem para a elaboração do Plano Estadual e dos planos municipais do livro e leitura em PE, com base no Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL, como um benefício para o crescimento social das populações envolvidas, fortalecendo o desenvolvimento e a autonomia das bibliotecas públicas pernambucanas, contemplando-as como espaços privilegiados de acesso, disseminação e uso da informação e da cultura.

Nesse sentido, conclui-se destacando a importância do fortalecimento das ações desenvolvidas pelo Fórum Pernambucano em Defesa das Bibliotecas, Livro e Leitura – FPEBLL bem como, propõe-se a ampliação dos encontros de bibliotecas públicas, diante da contribuição trazida à causa das bibliotecas, principalmente por ampliar a discussão com a sociedade e incidir na mobilização de outros segmentos preocupados com o acesso à informação, a cultura, a educação e à leitura enquanto direito das pessoas.

REFERÊNCIAS

- ALIGICA, Paul D., TARKO, Vlad. **Polycentricity: from Polanyi to Ostrom, and beyond.** *Governance*, v.25, n.2, abr. 2012, p.237-262.
- ALMEIDA JÚNIOR, O.F. **Biblioteca pública e bibliotecas alternativas.** Londrina: Ed. Universidade Federal de Londrina, 1997. 171p.
- ANUÁRIO de Estatísticas Culturais. **Cultura em números 2009.** Brasília: MinC, 2009.
- ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não governamentais (ONGs) brasileiras. **Ciência da Informação**, v.29, n.2, p.155-167, 1999.
- _____. A construção social da informação: dinâmicas e contextos. **DataGramZero – Revista da Ciência da Informação**, v.2, n.5, out. 2001, p.1-12.
- AUGUSTO, M.H.O. Políticas sociais e políticas de saúde: algumas questões para reflexão e debate. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.1, n.2, p.105-119, 1989.
- AVRITZER, L. Teoria democrática e deliberação pública. **Lua Nova**, n.49, 200, p. 25-46.
- BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente.** Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2000.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. **A questão da informação.** Disponível em: <<http://aldoibct.bighost.com.br/quest/quest2.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2002.
- BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas.** São Paulo: Planeta, 2003.
- BENDIX, R. **Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança.** São Paulo: EDUSP, 1996. 401p.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas: Histórico.** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.bn.br/snbp/historico.html>>. Acesso em: 14 jun. 2014.
- BIRKLAND, Thomas A. Agenda setting in Public Policy. In. Frank Fischer; Gerald J. Miller; Mara S. Sidney (ed). **Handbook of Policy Analyses: Theory, Politics, and Methods** CRC Press. Boca Raton: 2007
- BOBBIO, N. Política. In: BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.j PASQUINO, G. **Dicionário de Política.** 12. ed. v. 2. Brasília: Editora da UnB, 2002.
- BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968. (Tradução Livre).

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 412p.

BOTELHO, Isaura. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. **Revista Espaço e Debates** - Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, v.23, n.43-44, jan/dez, 2003.

BRAGA, Maria de Fátima Almeida. A biblioteca pública como um lugar de signos. **Infociência**, São Luis, v.4, p. 21-34, 2004. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000004283&dd1=1fbb0>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

BRASIL. Decreto nº 6.226, de 4 de outubro de 2007. **Institui o Programa Mais Cultura**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2007/Decreto/D6226.htm>. Acesso em: 14 jun. 2013.

_____. Ministério da Cultura. **Apresentação do Programa Mais Cultura**. Brasília: Ministério da Cultura, 2007b. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2009/02/13/mais-cultura-para-o-brasil-e-o-povo-brasileiro-5/>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

_____. Ministério da Cultura. **Editais**: Ministério da Cultura. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/categoria/editais-ministerio-da-cultura/>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

_____. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/politicas/livroeleitura/pnll/>>. Acesso em: 3 abr. 2006.

_____. Ministério da Cultura. **Pontos de cultura**. Brasília: Ministério da Cultura, [2007?]. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/cultura_viva/?page_id=31>. Acesso em: 21 jun. 2014.

_____. Ministério da Cultura. **Por que aprovar o Plano Nacional de Cultura**: conceitos, participação e expectativas. Brasília: MINC, 2009.

BRIET, S. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Édit - Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951. 48 p. Disponível em: <<http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/briet.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

BUCCI, M.P.D. O conceito de política pública em direito. In: BUCCI, M. P.D. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BUCKLAND, M.K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v.45, n.5, p.351-360, 1991. (Tradução livre de Luciane Artêncio).

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 3., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.gestaocultural.org.br/pdf/Lia%20%20Pol%C3%ADticas%20Culturais%20no%20Brasil%20balan%C3%A7o%20e%20perspectivas.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

_____. **Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CAMPOS, Shirleti Amorim. **As bibliotecas públicas são centros culturais ou os centros culturais são o milagre do século?**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento), Centro de Ciências Humanas, UNI-RIO, 1995. 104p.

CAPURRO, Rafael.; Hjørland, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.12, n.1, p.148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>>. Acesso em: 23 mar. 2009.

CARDOSO, Ana Maria. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da Informação Social. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.32, n2. p.107-114, jul/dez. 1994.

_____. & NOGUEIRA, Maria Cecília D. Projeto de implementação do Centro de Cultura de Belo Horizonte. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.23, n2. p.203-216, jul/dez. 1994.

CARIDAD SEBASTIÁN, M.; MÉNDEZ RODRÍGUEZ, E. M.; RODRÍGUEZ MATEOS, D. La necesidad de políticas de información ante la nueva sociedad globalizada: el caso español. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 22-36, maio/ago. 2000.

CASTELLS, M. Fluxos, redes e identidades: uma teoria crítica da sociedade informacional. In: CASTELLS, M. et al. **Novas perspectivas críticas em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p. 3-32.

_____. **A sociedade em rede**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; 1).

CENNI, Roberto. **Três centros culturais da cidade de São Paulo**. Dissertação de mestrado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1991. 334p.

CENSO Nacional de Bibliotecas Públicas: estudo quantitativo: principais resultados. Brasília: FGV, 2010. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/05/microsoft-powerpoint-fgv-ap-minc-completa79.pdf>>. Acesso em: 14 maio. 2014.

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1999.

_____. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002.

- CHAUI, Marilena. A Cultura. In: _____. **Convite à filosofia**. 3ª. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1995. p.288-296.
- _____. **Cultura e democracia**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 1997. 309p.
- _____. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CYSNE, F.P. **Biblioteconomia**: dimensão social e educativa. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1993. 145p.
- COELHO NETO, J.T. Da política cultural a cultura política. **Contato**, Brasília, v.1, n.2, p.77-106, 1999.
- _____. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. 3.ed. São Paulo : Iluminuras, 2004.
- _____. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo: Iluminuras,1997.
- _____. **O que é indústria cultural**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
- _____. **Usos da cultura**: políticas de ação cultural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 124p.
- COSTA, Greiner; DAGNINO, Renato (Org.). **Gestão estratégica em políticas públicas**. Rio de Janeiro: T. Mais.Oito, 2008.
- COSTA, F. L. da; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n.5, set. – out. 2003.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1996.
- CREVELD, Martin van. **Ascensão e declínio do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- CUBILLO, J. Políticas públicas de información en América Latina: cuánto nos hemos renovado? **Data Grama Zero**, v.4, n.4, ago. 2003. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago03/Art_03.htm>. Acesso em: 16 set. 2013.
- CUCHE, Denis. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo: EDUSC, 1999.
- DAGNINO, R. Metodologia de análise de políticas públicas. In: DAGNINO, R. et al. **Gestão estratégica da Inovação**: metodologias para análise e implementação. Taubaté: Cabral Universitária, 2002.
- DECLARACIÓN de Caracas sobre la biblioteca pública como factor de desarrollo e instrumento de cambio social en América Latina y el Caribe - 1985. **Revista El libro en América Latina y el Caribe**, n.87, p.55-60, 1999.

- DYE, Thomas R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In Políticas Públicas e Desenvolvimento – Bases Epistemológicas e Modelos de Análise. HEIDEMANN, Francisco G. ; SALM, José Francisco (Orgs). Ed: UnB. Brasília, 2009.
- DRAIBE, S. O welfare state no Brasil: características e perspectivas. **Ciências Sociais hoje**. São Paulo: Vertical/ANPOCS, 1989. p.13-61.
- FEIJÓ, M.C. **O que é política cultural**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FERNANDES, M. M. A. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4.ed. Curitiba: Positivo, 2009. Verbete: biblioteca.
- FERREIRA, M.M. **Mulher, gênero e políticas públicas**. São Luís: Núcleo Interdisciplinar Mulher Cidadania e Relações de Gênero, UFMA, 1999b. 136p.
- _____. **O compromisso social e político do profissional da informação**. São Luís: UFMA, 2001. 12 fl. (Palestra proferida em setembro na aula da saudade aos alunos do Curso de Biblioteconomia da UFMA).
- _____. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão? **TransInformação**, Campinas, v.18, n.2, p.113-122, maio/ago., 2006.
- FLEURY, S. **O estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. 252p.
- FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2007.
- _____. Um novo conceito da biblioteca e uma nova missão para o bibliotecário. In: _____. **Problemas brasileiros de documentação**. Brasília: IBICT, 1988, p. 152-157.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4.ed. 12.reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.
- GOMES, S. C. **Bibliotecas e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Pioneira, 1983.
- GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 4.ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.
- GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- HAJER, Marteen. Policy without polity? Policy analysis and the institucional void. **Policy Sciences**, n.36, 2003, p.175-195.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: Thompson, K. (org.) *Media and Cultural Regulation*. Inglaterra: Open University, 1997. (cap.5)

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. Modelos para Análise de Decisões político-administrativas In *Políticas Públicas e Desenvolvimento: Bases Epistemológicas e Modelos de Análise*. HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (Orgs). Ed: UnB. Brasília, 2006.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PEARL, A. **Política pública**: seus ciclos e subsistemas, uma abordagem integral. Rio de Janeiro; Elsevier, 2013.

JACOB, Christian. Prefácio. In: BARATIN, Marc.; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. 3.ed. Rio de Janeiro : Editora UFRJ, 2008.

_____. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: BARATIN, M.; JACOB, C. (Dir.). **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000. p. 45-73.

JANN, Werner; WEGRICH, Kai. Theories of the Policy Cycle. In Frank Fischer; Gerald J. Miller; Mara S. Sidney (ed). *Handbook of Policy Analyses: Theory, Politics, and Methods* CRC Press. Boca Raton: 2007.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, São Paulo, v.14, n.1, p.2-22, jan./abr. 2009.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 26.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 11. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986. (Coleção Antropologia Social)

LE COADIC, Yves,-François. O objeto: a informação. In: _____. **A ciência da Informação**. 2.ed.rev. e atual. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. **História e Memória**. 5.ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LINDOSO, Felipe. **O Brasil pode ser um país de leitores?** : Política para a cultura/política para o livro. São Paulo: Summus, 2004.

LOURENÇO, Bríggida Azevedo. FREIRE, Gustavo Henrique. Construindo um mapa das políticas públicas para gestão e acesso à informação em comunidades carentes. **Biblionline**, João Pessoa, v. 4, n. 1/2, 2008.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 94-111, 2010.

MAJONE, Giandomenico. Agenda Setting. Part IV, Producing Public Policy. In Robert E. Goodin (ed). The Oxford handbooks of Public Policy. Oxford University Press Inc., New York. 2006.

MANGIALAVORI, Leonardo. Revisitando os Estudos de Agenda Setting Quarenta Anos Depois. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB/ Anpocs, São Paulo, n. 74, p. 27-42, jun.2014. Disponível em <http://anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=1286&Itemid=435>. Acesso em: 20 out. 2014.

MANIFESTO da UNESCO sobre bibliotecas públicas (1994). Disponível em: <http://www.sdum.uminho.pt/bad/munesco.htm>. Acesso em 20 fev; 2014.

MARTELETO, Regina. Informação: elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno? **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v.16, n.2, p.169-180, jul./dez. 1987.

_____. Cultura da modernidade: discursos e práticas informacionais. Belo Horizonte, **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v.32, n2. p115-137, jul/dez. 1994.

_____. & NASCIMENTO, Denise Morado. A “Informação Construída” nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bordieu. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 5, out. 2004.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. São Paulo: Ática, 2002.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2008.

MELO, M.A. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, S. (Org). **O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995): Ciência Política**. SÃO Paulo: Sumaré, 1999.

McGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MILANESI, Luis. **A casa da invenção**. São Caetano do Sul: Ateliê Editorial, 1997.

_____. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Primeiros Passos, 94).

_____. **Ordenar para desordenar; centros de cultura e bibliotecas públicas**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e científicos; São Paulo: Secretaria da Cultura, 1979.

_____. **O problema das bibliotecas brasileiras**. 2.ed. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1983.

MORESI, Eduardo (Org.). **Metodologia da pesquisa**. 2003. Apostila (Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Católica de Brasília – UCB, Brasília, 2003. Disponível em:// <http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2013.

MORIN, Edgar. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A., 1986. 362p.

_____. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **O método V - a humanidade da humanidade: a identidade humana**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2003.

MOURA, Maria Lúcia Seidi de et al. **Manual de elaboração de projetos de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

NASCIMENTO, Dinalva Melo do. **Metodologia do trabalho científico: teoria e prática**. 2.ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

NASCIMENTO, Flávio Martins e. **Ação e informação em centros culturais: um estudo sobre o instituto Tomie Ohtake**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). PUC Campinas, Campinas, 2004.

NÓBREGA, N. G. Acervos como memória do mundo (e sobre sua dinamização). **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. I, p. 59-76, jan./jun.1999.

NUÑES, Eloy Martos. Espaços de leitura: projetos, conteúdos e animação cultural. In: RÖSING, Tânia M. K.; BECKER, Paulo. (Orgs). **Leitura e animação cultural: repensando a escola e a biblioteca**. Passo Fundo: UPF, 2002.

OLIVEIRA, Cátia Patrícia de. **Participação e agenda setting: quais as implicações do manuseio da agenda no debate ?**: um estudo dos conselhos de saúde dos municípios de Paulista e Olinda. Dissertação. 95f. (Dissertação em Ciência Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFPE, Recife, 2014.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVERIA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (Org.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 55-82.

OLIVEIRA, M.C.G.; OLIVEIRA, S.R. de; AZEVEDO, H. Política cultural, memória e informação: práticas e articulações para a construção social. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação, 11, out. 2008, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://congresso.ibict.br/index.php/enancib/paper/2010>>. Acesso em: 10 out. 2013.

OLLAIK, L. G.; MEDEIROS, J. J. Instrumentos governamentais: reflexões para uma agenda de pesquisas sobre implementação de políticas pública no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n.6, nov.- dez. 2011, p.1.943-1.967.

OLIVEIRA, Zité Catarina Prates de. **A biblioteca “fora do tempo” políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937 – 1989**. Tese. 220 f. (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de comunicação e Artes, Curso de Pós – Graduação em Ciência da comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

OTLET, P. **El Tratado de Documentación: el libro sobre el libro: teoría y práctica**. Trad. por Maria Dolores Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia, 1996. Tradução de: *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Mundaneum, 1934. Disponível em: <http://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2013.

OXFORD English Dictionary. 2.ed. Organizado por J.A. Simpson, E.S.C. Weiner. Oxford, Clarendon, 1989.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. **Bibliotecas públicas: políticas do Estado Brasileiro de 1990 a 2006**. 2008. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA. **Objetivos e metas**. Brasília: PNLL, 2006. Disponível em: <<http://www.pnll.gov.br/>>. Acesso em: 30 jan. 2007.

PEREIRA, Potyara A.P. **Política Social: temas & questões**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PINHEIRO, L.V. & LOUREIRO, J.M. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 42-53, jan./abril 1995.

PINHO, Antônio Carlos; Machado, Ana Lúcia. **História das Bibliotecas: introdução, origens e as bibliotecas no Brasil**. [S.l.: s. n.], 2003. Disponível em: <<http://www.mundocultural.com.br/index.asp?url=http://www.mundocultural.com.br/artigos/colunista.asp?artigo=635>> Acesso em: 22 fev. 2014.

RAMOS, Kátia, SOUZA, Lívia, DIAS, Mônica, FELIX, Patrícia, FERREIRA, Zenaide. **Centro de Cultura Belo Horizonte**. Relatório de visita apresentado como trabalho final do seminário “O Centro Cultural como Centro de Informação”, ECI/UFMG, Minas Gerais, out. 2006.

RAMOS, Luciene Borges. **Centros de cultura, espaços de informação: um estudo sobre a ação do Galpão Cine Horto**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

RELATÓRIO preliminar. ENCONTRO ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE PERNAMBUCO, 1., Recife, nov. 2012.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida N. **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins de século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RÔLA SANTOS, Vânia Carvalho. **Cultura, identidade e memória: uma leitura informacional dos museus históricos em ambientes comunitários**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Escola de Ciência da Informação/UFMG, Belo Horizonte, 2005, 161p.

ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia; ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n.3, p. 183-93, set./dez. 2006.

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. **Para Aprender Políticas Públicas – Conceitos e Teorias**. V.1. Instituto de Gestão, Economia e Políticas Públicas – IGEPP. Brasília, 2013.

RUBIM, Antônio Albino C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: _____. ; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

RUBIM, Linda. Produção cultural. In: RUBIM, Linda (Org). **Organização e produção da cultura**. Salvador: EDUFBA, 2005.

SANTOS, B.S. O Estado, a sociedade e as políticas sociais. **Revista Crítica de Ciências**, n.23, p.13-74, 1987.

SANTOS, Josiel Machado. Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, São Paulo, v.6, n.1, p. 50-61, jan./jun. 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. RJ, SP: Record, 2000.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 41-62, jan./jul. 1996.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed.rev.e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SHERA, Jesse H. **The foundations of the public library**. Chicago: University of Chicago Press, 1949.

_____.; CLEVELAND, Donald B. History and foundations of information science. **ARIST-Annual Review of Information Science and Technology – ARIST**, v.12, p.249-275, 1977.

SILVA, Armando Malheiro da. **A informação: da compreensão do fenômeno e construção do conhecimento**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

_____.;RIBEIRO, Fernanda. **Das “ciências” documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SILVA, Maria Celina Soares. **Centro cultural** – construção e reconstrução de conceitos. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento), Centro de Ciências Humanas, UNI-RIO, Rio de Janeiro, 1995.

SILVA, Sara Maria de Andrade. O espaço da informação: dimensão de práticas, interpretações e sentidos. **Informação e Sociedade**: estudos, v.13, n.1, p.1-14, jan./jun. 2003. Disponível em:< <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000001131&dd1=0f84f>>. Acesso em: 03 ago.2013.

SOUZA, Clarice Muhlethaler de. Biblioteca: uma trajetória. In: CONGRESSO DE BIBLIOTECONOMIA, 3. 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.csouza952.com.br/IIICIB.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2007.

SOUZA, C. Estado da arte em políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M. T. da S.; MARQUES, E. C. (Orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

SOUZA, Leila Aparecida de. **A criança na biblioteca pública comunitária “saber com Sabor” em Cuiabá – MT**: formação leitora literária. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT: 2006.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira**: desempenho e perspectiva. São Paulo: Livros Irradiantes, 1980.

_____. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.2, p.52-60, maio/ago. 2000.

TELLES, V.P. Movimentos sociais e cultura política: notas sobre as (difíceis) relações entre pobreza, direitos e democracia. In: DINIZ, E. et al. **O Brasil no rastro da crise**: partidos, sindicatos, movimentos sociais, Estado, cidadania nos cursos dos anos 90. São Paulo: HUCITEC, 1994. p.225-243.

UNESCO. **Manifesto da Unesco para bibliotecas públicas (1994)**. Disponível em: <<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>> Acesso em: 20 nov. 2013.

_____.**Marco estratégico para a UNESCO no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2006. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001475/147544por.pdf>> Acesso em: 31 jan. 2014.

VALADE, Bernard. Cultura. In: BOUDON, Raymond (Ed). **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. p. 489-518.

VERRI, Gilda M. Whitaker. **Informação, memória e cultura**. Páginas a & b, s.2, n.6, p.7-26, 2010.

YUDICE, George. **A Conveniência da Cultura**: usos da Cultura na era global. Trad. de Marie-Anne Kremer. Belo Horizonte: Editora da UFMG; 2004.

ANEXO A – Diagnóstico do Sistema de Bibliotecas Públicas de Pernambuco: Biblioteca Popular de Afogados - 2012

DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE PERNAMBUCO			
1 - Dados de identificação			
Município: RECIFE			
Prefeito: JOÃO DA COSTA BEZERRA FILHO			
Telefone da prefeitura: 3355-8034			
Site institucional: WWW.RECIFE.PE.GOV.BR			Link para biblioteca? NÃO
Nome da Biblioteca: BIBLIOTECA POPULAR DE AFOGADOS			
Endereço (Rua, Av.): RUA JACIRA, SN			
Bairro: AFOGADOS			Cep: 50 - 930
Telefone: 81-3355-3122 / 3355-3025			Fax:
Email: BIBLIOTECAPOPULARDEAFOGADOS@GMAIL.COM			
Horário de funcionamento: 08:00 às 17:00h (ININTERRUPTAMENTE)			
Coordenador (a): GILVANEDJA MENDES			
Telefone para contato: 81-87018081			
Data de criação da Biblioteca 12/04			
Lei de Criação da Biblioteca:			
Subordinação administrativa: SECRETARIA DE CULTURA / FUNDAÇÃO DE CULTURA			
Secretário (a): ANDRÉ BRASILEIRO (PRESIDENTE FUNDAÇÃO - PCCR)			
Telefone: 3355-			Fax:
2 - Equipe da biblioteca			
Nome do responsável: GILVANEDJA F. MENDES DA SILVA			
Formação: BIBLIOTECÁRIA		Capacitação: (X) não () sim - ano:	
Curso: BIBLIOTECONOMIA - PÓS-GRAD. CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (EM CURSO)			
Número de funcionários da biblioteca: (8) SERVIDORES PÚBLICOS (6) TERCEIRIZADOS (2) ESTAGIÁRIOS			
Possui bibliotecário (a): SIM			
2.1 - Identificação de necessidades de capacitação de recursos humanos			
Nome	Tempo de serv. na biblioteca	Escolaridade	Capacitado
AMPLIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO;			
AMPLANTAÇÃO DE ACERVO EM BRAILLE;			
GESTÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL;			
SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO;			
FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO/REICLAGEM PARA OS RECURSOS HUMANOS DA BIBLIOTECA;			
AQUISIÇÃO DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS;			
FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO EM AÇÕES CULTURAIS;			

3 - Recursos físicos

Área física da biblioteca: m²

Situação do imóvel: próprio construído para tal finalidade Adaptado
 Alugado
 Cedido
 outro:

A biblioteca possui:

Salas de leitura: não sim Quantas? 1 SALÃO PRINCIPAL + 1 SALA INFANTIL

Auditório: não sim Capacidade: 65 PESSOAS SENTADAS

Espaço para atividades culturais: não sim interno externo

Mesas para estudo individuais sim não Quantas?

Outros espaços que a biblioteca possui: Quais? 1 AUDITÓRIO

Identifique e quantifique os equipamentos da biblioteca:

Televisão Quantos: 01
 vídeo cassete Quantos: -
 aparelho para DVD Quantos: 01
 aparelho de som Quantos: 01
 Máquina de Xerox Quantos: -
 Máquina datilográfica Quantos: -

A biblioteca possui computadores?

sim Quantos: OS COMPUTADORES EM USO
 não 17 COMPUTADORES SEM USO (TELECENTRO DIGITAL ESPERANDO INAUGURAÇÃO)

Quantos estão disponíveis para o público? -

A biblioteca possui conexão com a internet? SIM

Identifique e quantifique o mobiliário disponível para o usuário

mesas Quantos:
 cadeiras Quantos:
 estantes Quantos:
 balcão Quantos:

4 Recursos financeiros

A biblioteca dispõe de orçamento próprio? sim não

Em caso positivo, qual a média dos últimos 2 anos?

Existem outras formas de captação de recursos financeiros? NÃO Quais?

5 Acervo

Indique a quantidade de:

Livros: APROX. 10.000 CADASTRADOS NA BASE DE DADOS E 5.000 (EM PROCESSO)
 Assinaturas de revistas/jornais: DIÁRIO DE PERNAMBUCO / FOLHA DE PE / JORNAL DO COMÉRCIO

DVDs:

Cds:

Partituras: -

Mapas: -

Outros tipos de materiais. Indique quantidades:

5.1 Crescimento do acervo

Indique o total geral de itens incorporados ao acervo APROX.

6 Perfil do usuário da biblioteca	
Caracterize percentualmente os tipos de usuários habituais da biblioteca	
Estudante do ensino fundamental: 40%	Estudante do ensino médio: 30%
Pré-escolares: 25%	Idosos: 5%
Outros profissionais:	
7 Serviços oferecidos à comunidade	
Assinale os serviços que a biblioteca oferece	
Empréstimo domiciliar <input checked="" type="checkbox"/> sim () não	Empréstimo entre bibliotecas <input checked="" type="checkbox"/> sim () não
Consulta <input checked="" type="checkbox"/> sim () não	Caixa biblioteca () sim () não
Carro biblioteca () sim <input checked="" type="checkbox"/> não	Encontro com autores <input checked="" type="checkbox"/> sim () não
Rodas de leitura <input checked="" type="checkbox"/> sim () não	Hora do conto <input checked="" type="checkbox"/> sim () não
Exposições <input checked="" type="checkbox"/> sim () não	
Atividades voltadas para a 3ª. Idade <input checked="" type="checkbox"/> sim () não	Quais? DANÇA P/ 3ª IDADE / ENCONTRO DE POETAS
Atividades voltadas para o público jovem <input checked="" type="checkbox"/> sim () não	Quais? ENCONTRO DE XADREZ / OFICINAS
Atividades voltadas para crianças <input checked="" type="checkbox"/> sim () não	Quais? FESTIM (FESTA DO LIVRO E DA LITERATURA
Outros serviços? Quais? SETOR INFANTIL	INFANTIL E JUVENIL), CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS, AULAS DE REFORÇO.
8 Comunicação com o Usuário	
Indique os canais de comunicação que a biblioteca possui:	
<input checked="" type="checkbox"/> Mural	<input checked="" type="checkbox"/> Caixa de sugestões
<input checked="" type="checkbox"/> Email	() Boletins
<input checked="" type="checkbox"/> Atendimento telefônico	<input checked="" type="checkbox"/> Outros Indicar: BLOG
Sociedade de amigos da biblioteca () sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
9 Acessibilidade	
A biblioteca possui espaço/serviços adequados para atender pessoas com deficiência. Indicar:	
Rampas de acesso <input checked="" type="checkbox"/> sim () não	Banheiros <input checked="" type="checkbox"/> sim () não
Acervo em braile () sim <input checked="" type="checkbox"/> não	
Outros serviços. () sim <input checked="" type="checkbox"/> não Quais?	
10 Automação	
A biblioteca possui catálogo automatizado do acervo <input checked="" type="checkbox"/> sim () não	
Qual sistema/software é utilizado? PHL	
Está disponível na internet? <input checked="" type="checkbox"/> sim () não	
11 Informações adicionais	
A biblioteca possui?	
Mencione as informações que julgar relevantes que complementem esse questionário:	
Envie fotos da biblioteca (fachada, salas internas)	
Assinatura: <u>Gilvaneida Mendes</u>	
Data: <u>05/2012</u>	

11 – Produções Culturais

Existem atividades culturais no espaço da Biblioteca: (X) Sim () Não .

Quais?

- FESTIM (FESTA DO LIVRO E DA LITERATURA INFANTIL E JUVENIL)
- CONCURSO DE POESIA
- ENCONTRO DE XADREZ / OFICINAS E TORNEIOS
- FÓRUM DE LEITURA

→ AÇÕES FIXAS:

- ESCRITOR DE PLANTÃO
- CINEMA ÀS QUARTAS
- PEGUE E LEVE (DOAÇÃO DE LIVROS À COMUNIDADE)
- EXPOSIÇÕES
- SETOR INFANTIL (AULAS DE REFORÇO, CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS,

→ AÇÕES EVENTUAIS: ATIVIDADES PEDAGÓGICAS DIVERSAS)

- OFICINAS, CURSOS, MOSTRAS, LANÇAMENTOS DE LIVROS,
- PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS LITERÁRIAS, PALESTRAS, SEMINÁRIOS, ETC;

A biblioteca participa dos eventos culturais do Município?

- (X) Feiras de Livro
- (X) Festivais Literários
- () Bienais
- () Apresentações Folclóricas
- (X) Palestras
- (X) Semanas Temáticas (Saúde, Comemorativas, etc).
- (X) Festividades do Calendário Cultural do Município.

Caso não haja participação da Biblioteca nestes eventos supracitados, qual alternativa pode ser tomada para inserir a instituição nestes eventos?

Há uma preocupação por parte dos Gestores da biblioteca com o objetivo de preservar e difundir os costumes e artes produzidas no município neste espaço?

- (X) Sim
- () Não

No acervo se contempla uma estante dedicada as obras literárias de autores do município (livros, atlas, biogeografia, biografias, estudos científicos, etc):

- (X) Sim () Não AUTORES PERNAMBUCANOS (ACERVO INFANTIL)

Caso a resposta seja negativa. Por que?

Qual a frequência máxima de usuários na biblioteca?

- Estudantes () Idosos
 Crianças () Jovens
 Pessoas com Limitações Físicas () Outros Profissionais.

Qual o índice de frequência mensal dos usuários na biblioteca: 700

A biblioteca possui uma programação cultural? Sim () Não

Caso a resposta for positiva, a programação acontece:

- Mensal () Semestral () Pontual

Há uma preocupação por parte dos gestores com a divulgação e difusão dos artistas e literários do município nos eventos da biblioteca? Sim () Não

De acordo com a Lei de Deposito Legal, a biblioteca preserva e promove a produção literária do município, bem como seus autores e autoras?

- Sim () Não

Nas atividades culturais voltadas para o Incentivo à Leitura, quais os autores mais usados: Nacionais () Regionais () Locais

O resgate aos costumes lúdicos, as tradições da oralidade e credences são trabalhados em ações culturais promovidas pela biblioteca:

- Sim
 Não

Em caso de resposta negativa. Por que?

A biblioteca utiliza equipamentos tecnológicos para ilustrar pesquisas das expressões culturais de sua localidade: Sim () Não

Quais equipamentos culturais o município possui:

- Teatro () Galeria de Artes () Centro de Convenções
 Cinema () Mercado Público () Videolocadora
 Museu () Feira de Artesanato () Universidade
 Praças () Centro Cultural () Outros: _____

12 - Divulgação

A População tem facilidade de saber a geolocalização da biblioteca em seu município? Sim () Não

Existe algum meio de comunicação social realizada pela biblioteca:

- Folders () Escolas () Televisão
 Jornais () Eventos Culturais () Panfletos
 Internet () Carros de Som () Outros: BLOG
 Rádio () Cartazes

13 - Gestão e Produção Cultural

São Realizadas Capacitações aos funcionários para o desenvolvimento de produção cultural nos espaços de bibliotecas públicas:

Sim

Não CAPACITAÇÃO ORGANIZADA PELA GERENCIA

No caso de resposta afirmativa, Qual a frequência e por quem a capacitação é ministrada?-

SEMESTRALMENTE PELAS GERÊNCIAS DA BIBLIOTECA

Os funcionários que atuam na biblioteca são conhecedores das políticas públicas e culturais do Estado? Sim Não

A política cultural para bibliotecas no seu município é aplicada ativamente pelos os gestores? Sim Não.